

| |
|-----------------|
| CEDI - P. I. B. |
| DATA |
| CCB |

HOMEM E NATUREZA NA AMAZÔNIA

**Usos Potenciais da Floresta
e Gestão Social dos Recursos Naturais**

CONVÊNIO IEA/FKA

**Proposta de Reformulação do Projeto
(Versão para discussão)**

**MACAPÁ
Dezembro de 1992**

**HOMEM E NATUREZA NA AMAZÔNIA
Usos Potenciais da Floresta
e Gestão Social dos Recursos Naturais**

O projeto HOMEM E NATUREZA NA AMAZÔNIA - Usos Potenciais da Floresta e Gestão Social dos Recursos Naturais, resultado de convênio entre o IEA - Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais e da FKA - Fundação Konrad Adenauer, tem a duração de quatro anos e está sendo implantado no Estado do Amapá, com os seguintes objetivos gerais:

a) Contribuir para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento estadual com base no uso sustentável e na gestão comunitária dos recursos naturais disponíveis no Amapá;

b) Contribuir para a criação de novas políticas públicas para o Estado através da execução de projetos específicos nas áreas de política fundiária, políticas ambientais, políticas sociais e econômicas, dentre outras.

c) Apoiar iniciativas comunitárias nos Projetos de Assentamento Extrativista dos rios Maracá I, II, III e na Reserva Extrativista do rio Cajari.

O primeiro ano de desenvolvimento do Projeto, 1992, apresentou resultados positivos relacionados com a criação de uma base técnica de apoio e de informações sobre o Amapá. Permitiu a experiência na implementação de um projeto com volume de recursos financeiros maior do que os anteriormente executados pelo IEA. Apresentou alguns resultados negativos em termos de planejamento e cumprimento de metas devido, em parte, às divergências político-institucionais surgidas entre IEA e CNS a partir do segundo semestre do ano.

A avaliação do projeto demonstra, de um lado, um grande avanço no trabalho realizado pelo IEA no Amapá, iniciado em 1987, por permitir uma atuação institucional permanente e de médio prazo, estabelecendo os pré-requisitos necessários para as intervenções planejadas para os próximos anos. Por outro lado, o fato do projeto não ter alcançado as metas físicas definidas no início de sua execução, levou o Instituto a repensar algumas de suas propostas para o Amapá, visando um maior equilíbrio entre as demandas das comunidades locais e os objetivos prioritários do Projeto.

Para fundamentar a avaliação e redefinição do projeto para os próximos anos, e planejar as ações de 1993, o IEA realizou um estudo preliminar sobre a estrutura econômica, social e ambiental do Amapá e dois debates técnicos com especialistas e com as demais equipes de trabalho, visando definir com maior precisão as prioridades e intenções institucionais para o Estado.

Este documento sintetiza os resultados da avaliação do Projeto, do estudo e dos debates, apresentados em forma detalhada no documento "Relatório de Avaliação e Sugestões de Continuidade do Projeto Homem e Natureza...", em anexo.

1. AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PROJETO EM 1992.

O IEA iniciou sua atuação no Amapá em 1987 através de um convite do órgão governamental responsável pela política fundiária (INCRA) para avaliar as possibilidades técnicas de criação de Reservas Extrativistas no Estado. Desse trabalho preliminar resultaram as propostas, elaboradas e apresentadas ao IBAMA, pelo IEA e Conselho Nacional dos Seringueiros em 1990, dando origem às unidades atualmente implantadas (rios Maracá e Cajari).

Em função da ausência de recursos financeiros, o IEA, durante os anos subsequentes (90 e 91) atuou no Amapá apenas ocasionalmente, mediante demandas específicas do CNS e em assessoria a um projeto desenvolvido com apoio da WWF visando a estruturação do CNS na região.

Ao retomar suas atividades no Estado, como resultado do Convênio IEA/FKA, a primeira iniciativa foi a realização de um planejamento conjunto com o CNS/Regional do AP, para as atividades de treinamento, formação e apoio comunitário e para implantação de micro projetos. Ficou claro também que, diferentemente dos outros momentos de atuação do IEA no Amapá, a partir deste projeto, estaríamos iniciando a implantação de uma proposta institucional própria envolvendo outros agentes sociais externos às reservas extrativistas.

1.1. ASPECTOS POSITIVOS.

Do ponto de vista qualitativo, o Projeto tornou possível ao IEA apoiar iniciativas desenvolvidas por comunidades locais das Reservas Extrativistas, através da realização de encontros comunitários, treinamentos, cursos de formação técnica; estabelecer uma rede de contatos junto ao setor público do Estado, através de seminários e da participação em projetos conjuntos; iniciar processos de articulação com outras instituições públicas, privadas e não governamentais envolvidas com projetos de desenvolvimento comunitário no Estado, visando o planejamento conjunto de ações futuras; implantar uma base física, a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento dos trabalhos, na cidade de Macapá.

Além disso, o Convênio IEA/FKA apoiou diferentes iniciativas de articulação institucional entre o Projeto do Amapá e os demais projetos do IEA, em execução em outras regiões da Amazônia,

visando a troca de experiências e o estabelecimento de diretrizes comuns de trabalho para a Amazônia e para a atuação nacional em torno da proposição de políticas para o desenvolvimento sustentável.

Por último, o Convênio possibilitou importante aporte institucional ao viabilizar a aquisição de equipamentos ao Instituto como um todo, potencializando sua atuação futura e aperfeiçoando os serviços que o IEA se propõe a oferecer para a sociedade brasileira.

1.2. ASPECTOS NEGATIVOS.

As metas físicas acordadas entre IEA e CNS não foram cumpridas. Várias razões explicam este fato:

- a) superdimensionamento da capacidade de execução de ambas as instituições;
- b) inexistência de um planejamento conjunto entre as diferentes instituições, governamentais e não governamentais atuando nas reservas;
- c) redefinição de prioridades por parte do CNS em decorrência de situações emergenciais ligadas à implantação das Reservas (caducidade do decreto de criação, por exemplo);
- d) ausência de infra-estrutura adequada de transporte e comunicação, tanto por parte do IEA quanto do CNS;
- e) alta dispersão populacional dentro das Reservas dificultando o acesso.

A estas dificuldades foram agregadas outras decorrentes de divergências político-institucionais surgidas a partir de julho de 1992 entre CNS e IEA, levando a um distanciamento entre as duas instituições e a uma redefinição temática e das responsabilidades públicas do IEA.

Os desdobramentos deste fato levaram o CNS a uma avaliação do Projeto, a ser discutida brevemente com o IEA e o representante da FKA, da qual resultará um possível acordo destinado à continuidade do trabalho conjunto nas Reservas, respeitando as esferas em que o IEA tem competência técnica para colaborar, mediante demanda do CNS. Do ponto de vista institucional, esse fato permitiu ao IEA uma profunda reflexão sobre o seu futuro, levando à ampliação de sua atuação.

1.3. UM BALANÇO.

Do equilíbrio entre os pontos negativos e positivos do projeto, em 1992, surgiu um resultado favorável ao trabalho realizado, especialmente porque permitiu:

- a) a formulação de uma proposta de profissionalização das relações institucionais entre CNS e IEA que deverá se refletir em uma nova fase de cooperação, benéfica a ambas as instituições;
- b) a necessidade de equilibrar de maneira mais adequada os objetivos do Projeto à realidade na qual está inserido, levando em consideração deficiências de infra-estrutura, noções próprias de tempo e de prioridades, típicas dos grupos sociais com os quais colabora;
- c) a constatação da desproporção entre volume de recursos alocados e área de abrangência do Projeto;
- d) reafirmar a metodologia de trabalho adotada pelo IEA de não dispendere recursos que criem dependência dos grupos sociais com os quais trabalha, nem provoquem relações paternalistas.

Esta avaliação, no entanto, não foi considerada suficiente para redefinir o Projeto para os próximos anos. Faltavam ao IEA dados e informações referentes à economia, à história e à dinâmica social do Estado do Amapá, que permitissem fundamentar e planejar as ações para o futuro através de uma análise das tendências mais gerais do Estado.

2. CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DO ESTADO DO AMAPÁ.

As ações que o IEA desenvolve no Estado do Amapá precisam estar contextualizadas e referenciadas em uma análise das características econômicas, sociais e ambientais principais, assim como das tendências que os dados apontam para o futuro do Estado.

Os primórdios da ocupação do Amapá foram marcados por conflitos relacionados com a disputa internacional em torno das riquezas minerais ali existentes e ao fato de fazer fronteira com outros países, colocando em risco o controle brasileiro sobre aquele território. Por apresentar fronteiras internacionais, a questão de segurança nacional sempre se fez presente, de forma acentuada, como elemento de atenção sobre o Amapá, desde o início de sua ocupação e, com conotações diferenciadas, até anos mais recentes.

A história econômica do Amapá está relacionada, também, com sua situação político-institucional. Durante a fase de expansão das atividades extrativistas na Amazônia, centradas na exploração da borracha, do final do século passado às primeiras décadas deste, a região que hoje constitui o Estado do Amapá fazia parte do Pará, não tendo surgido, portanto, uma base econômica e social própria, nem concentrações populacionais semelhantes às que se desenvolveram em outras partes da Amazônia. A crise do extrativismo, deu origem a atividades de subsistência de caráter familiar dispersas em um território de grandes proporções.

Em 1943 foi criado o Território Federal do Amapá e a atuação do Governo Federal esteve voltada, a partir de 1949, para a criação de núcleos de povoamento com pequenos agricultores, assim como para a implantação de uma estrutura administrativa local.

Foi o potencial mineral do Território que atraiu o interesse econômico para a região. Na década de 50 a primeira exploração mineral em caráter empresarial surgida na Amazônia foi implantada no Amapá, através da concessão da exploração de manganês para a empresa CAEMI, subsidiária da Bethel Steel, pelo período de 50 anos com isenções e incentivos fiscais. Obras de infra-estrutura executadas pelo Governo Federal, como a Hidrelétrica Coaracy Nunes, e mão de obra recrutada em outras regiões do país, deram a esta atividade a clara característica de "economia de enclave", imprimindo pouca dinâmica no Estado como um todo.

Recentemente transformado em Estado, a mineração continua sendo uma das principais atividades econômicas do Amapá. Tendo atualmente mais de 50% do sub-solo sob concessões de pesquisa e/ou lavra. Apresenta potencial de exploração de ouro, caulim,

cromita, tantalita, ferro, cassiterita e diamante, potencial ainda pouco explorado. Duas grandes empresas controlam a exploração do ouro, sendo recente a expansão da atividade garimpeira.

O impacto ambiental produzido por estas atividades não pode ser comparado com o que ocorreu em outros Estados da Amazônia, como o Pará e Rondônia. Menos de 1% do território foi desmatado e a degradação ambiental está localizada nas áreas onde as atividades citadas vem sendo desenvolvidas, como resultado direto do tipo de exploração que ali se verifica.

O perfil populacional do Amapá na atualidade reflete claramente as particularidades de sua base produtiva. A ausência de uma base econômica anterior e a falta de estímulo às iniciativas agrícolas, levou a uma baixa densidade populacional no interior do Estado, e à concentração da população urbana em duas cidades, Macapá e Santana.

Um dos aspectos que mais chama a atenção na caracterização sócio-econômica do Amapá é o indício de isenções fiscais nas principais atividades desenvolvidas. Dado que o setor terciário é o que mais contribui para o PIB estadual, causando dúvidas o fato de um Estado que possui empresas que extraem vários minerais de alto valor comercial - manganês, ouro, diamante, culim e outros, arrecadarem apenas 17,6% de sua receita total com o Imposto Único sobre Minerais.

O perfil econômico e social hoje existente no Estado do Amapá resultou da concepção de desenvolvimento predominante no Brasil a partir da década de 60 e que deu origem aos programas e subsídios para a implantação de grandes projetos, intensivos em capital, com instalações e equipamentos de porte, voltados para o mercado internacional e com pequena inserção seja na economia regional ou nacional. Esta característica se adaptou apropriadamente à noção de segurança nacional especialmente em regiões de fronteira, gerando a idéia de que o controle do território estaria assegurado através de atividades de grande volume de investimentos e presença de um setor empresarial influente politicamente.

Com características semelhantes, em 1976, instalou-se no Território o Projeto Jari, através da implantação de um projeto industrial de produção de celulose, exploração mineral e silvicultura, ligado diretamente ao mercado internacional, dando origem à primeira favela do Estado, o Beiradão.

No contexto de hoje, pós Conferência do Rio, quando o conceito de desenvolvimento leva em consideração as variáveis ambientais e sociais, o Amapá surge como um espaço privilegiado para ações de longo prazo. Com recursos naturais pouco alterados, baixa pressão demográfica, isolamento geográfico em relação ao conjunto do país, o desenvolvimento futuro do Estado pode ser orientado para uma outra direção. Diferentemente de outros Estados da Amazônia nos quais as ações do setor público precisam se concentrar na recuperação ambiental e no controle dos conflitos sociais, no Amapá, é possível planejar ações e

programas orientados pelos novos conceitos do desenvolvimento auto-sustentado.

3. O NOVO PERFIL TEMÁTICO-INSTITUCIONAL DO IEA.

A experiência do primeiro ano do Convênio IEA/FKA no Amapá demonstrou que o Projeto foi idealizado e implantado em bases desproporcionais, se se considerar o volume de recursos disponíveis, a área restrita sobre a qual atua e o potencial de intervenção que caracteriza esse Estado.

Essa constatação vem de encontro às discussões e deliberações havidas durante o segundo semestre de 1992, entre os técnicos e diretores do IEA, dando origem a um novo perfil temático-institucional, a ser implantado a partir de 1993.

A crise ocorrida entre IEA e CNS evidenciou a necessidade do IEA agregar ao seu trabalho tradicionalmente desenvolvido nas reservas extrativistas, outros espaços sociais, nos quais seja possível generalizar a experiência acumulada. Além disso, a Conferência do Rio abriu campos de atuação novos ligados à idéia de sustentabilidade ambiental e social, nos quais o IEA pode se inserir, contribuindo para tornar mais amplos os resultados já obtidos com a experiência das reservas extrativistas.

Um dos principais resultados do debate técnico desenvolvido pelo IEA foi a idéia de priorizar as relações entre uso dos recursos naturais e equidade social, mais do que à defesa de espaços específicos nos quais essa articulação se dá. Ou seja, procurar influir nas Políticas que definem o acesso e o uso dos recursos naturais, independente do segmento social específico que delas venha a se beneficiar.

Limites das Unid. Conservação

Também com relação à importância estratégica para a sociedade brasileira, do potencial de recursos naturais existentes no país, o IEA considera de importância vital acompanhar as Políticas nacionais e internacionais que regulam a utilização da biodiversidade, uma vez que este é um recurso importante não somente para a produção agrícola e industrial futura do Brasil e dos países desenvolvidos, mas também recurso de subsistência e potencial econômico para a sociedade amazônica.

Tendo em vista esse conjunto de idéias, sinteticamente aqui esboçadas, o IEA vai elaborar, a partir de 1993, um único projeto institucional, congregando as atividades que hoje desenvolve e às novas, evitando dessa forma a atual dispersão existente. Além

disso, vai enfatizar sua atuação na influência, elaboração de sugestões, campanhas de educação pública, voltadas para interferir no processo de decisão do setor público em suas diferentes esferas (legislativo, executivo e judiciário) e em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal).

Três linhas de atuação serão privilegiadas: **ações demonstrativas**, dentro e fora das Reservas Extrativistas, através das quais se pretende implantar, apoiar e divulgar experiências concretas demonstrativas das teses gerais do desenvolvimento auto-sustentado; **ações em políticas públicas** através das quais pretende influir no processo de decisão a respeito de alternativas de desenvolvimento a nível estadual e nacional; **produção de informações** que objetivam aprofundar o conhecimento ambiental, social e econômico sobre o Amapá, de maneira a subsidiar a atuação do IEA nesse Estado.

4. PROGRAMA DE TRABALHO PARA 1993

4.1. AÇÕES DEMONSTRATIVAS

As Ações Demonstrativas têm por objetivo demonstrar concretamente a possibilidade de melhoria nas condições de vida das comunidades locais rurais, com base na utilização racional e gestão social dos recursos naturais. Também são Ações Demonstrativas aquelas que têm como objetivo buscar novas alternativas econômicas para estas populações através da realização de pesquisas e/ou estudos específicos sobre a base de recursos naturais disponíveis, tecnologias apropriadas e mercado para produtos florestais.

PROPOSTA 1: APOIO À ORGANIZAÇÃO E FORMAÇÃO COMUNITÁRIAS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO RIO CAJARI E DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA DO RIO MARACÁ.

Objetivos:

* Apoiar financeiramente o CNS/AP e Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Cajari e Maracá na realização de Encontros Comunitários.

* Apoiar tecnicamente aquelas entidades visando a dinamização dos encontros e introdução de metodologias inovadoras de comunicação.

Justificativa: A importância dos Encontros Comunitários como instrumento de organização e participação das comunidades no processo de desenvolvimento e consolidação das Reservas Extrativistas.

Encaminhamentos: Reunião com o CNS/AP, ASTEX-CA e ASTEX-MA para estabelecimento de mecanismos interinstitucionais para a operacionalização do apoio proposto.

PROPOSTA 2: PROGRAMA INTEGRADO DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS.

Objetivo: Assegurar a melhoria nas condições alimentares, nutricionais e de saúde da população beneficiada através da implantação articulada das seguintes ações:

- a) Implantação de Unidades Demonstrativas de sistemas agroflorestais, agroflorestas e melhoria de capoeiras.
- b) Programa de Formação/Capacitação de Recursos Humanos em sistemas agroflorestais.

Justificativa: O estabelecimento de um Programa de Formação para populações locais requer a identificação prévia de demandas específicas e o estabelecimento de prioridades e metodologias adequadas. Por outro lado, um programa dessa natureza deve estar conectado com experiências concretas que façam sentido e alcancem resultados palpáveis para a população beneficiária das ações desencadeadas.

A implementação de um Programa de Formação integrado à instalação de Unidades Demonstrativas de recuperação e adensamento de capoeiras, ao lado de um monitoramento sistemático dos resultados alcançados representa, para o IEA, a possibilidade de executar um projeto técnico, de natureza demonstrativa. Benefícios sociais e ambientais podem ser esperados a partir da implementação de projeto dessa natureza.

Essa proposta integra o conjunto de iniciativas capazes de contribuir, efetivamente, para a utilização racional de recursos ambientais, bem como de assegurar melhores condições de saúde e alimentação para populações que deles dependem para viver.

Como se sabe, dada a baixa fertilidade dos solos em áreas de floresta, os roçados, após dois ou três anos de utilização, são abandonados e outras áreas são desflorestadas para serem ocupadas com novas roças. Dos roçados abandonados elevam-se as capoeiras; são as chamadas capoeiras espontâneas ou "não melhoradas" que se recuperam. Entretanto, conforme salienta Jean Dubois, "no processo de formação e crescimento de capoeiras, o homem pode colaborar com a natureza."

Ainda segundo Dubois, o "dono" de uma capoeira melhorada, enriquecida com muitas espécies úteis para efeito de subsistência ou comercialização... "vai preservá-la, manejando-a como uma fonte permanente de recursos para melhorar suas condições de vida (melhorar e diversificar a alimentação da família; explorar e manejar de forma sustentável os recursos comercializáveis contribuindo para um processo de "capitalização")". Uma capoeira melhorada dessa forma - de maneira intensiva - e submetida a manejo sustentado vem a constituir o que pode ser chamado de "agrofloresta".

As capoeiras da região do Rio Maracá, por exemplo, constituem as chamadas capoeiras não melhoradas e são reconhecidamente pobres por conterem, em relação a outras áreas da Região Amazônica, um número reduzido de espécies. A implementação de um Programa de Formação e de Unidades Demonstrativas voltadas para o enriquecimento dessas áreas asseguraria benefícios sociais e ambientais palpáveis e, certamente, contribuiria para a manutenção da floresta e de sua população.

Encaminhamentos: O estabelecimento de um Programa de Formação articulado com a instalação de Unidades Demonstrativas requer um período de planejamento e detalhamento. Para isto faz-se necessária a contratação de consultoria especializada que possa apresentar, num prazo determinado, um projeto de ação demonstrativa para a área, assim como a previsão de um técnico florestal para fazer parte permanente da equipe de trabalho do Projeto.

Sugere-se a participação dos professores Carlos Castro/IEA/MT e Jean Dubois/REBRAP na elaboração do projeto. As comunidades e entidades locais devem ser envolvidas no processo de planejamento, execução e avaliação do Projeto e seus desdobramentos.

PROPOSTA 3: MERCADOS DA FLORESTA - AMAPÁ

Objetivos:

* Identificar as potencialidades econômicas existente em plantas utilizadas por populações tradicionais.

- * Identificar o conhecimento local sobre as utilidades das espécies e técnicas tradicionais de manejo.
- * Levantar as pesquisas existentes sobre tecnologias adequadas de processamento.
- * Realizar, a partir de seleção prévia, estudos de mercado.

Justificativa: O Projeto Mercados da Floresta é uma iniciativa do IEA, visando identificar alternativas econômicas que possam diversificar a base econômica das populações tradicionais da Amazônia, articulando a pesquisa etnobotânica, a busca de tecnologias adequadas e o conhecimento do mercado. O resultado final deverá ser a auto-sustentação econômica de comunidades tradicionais da região e a manutenção da floresta.

O estabelecimento de padrões de desenvolvimento compatíveis com a utilização racional dos recursos naturais e participação social na gestão destes recursos, requer que se empreendam esforços na busca de alternativas econômicas para populações tradicionais, sejam elas, residentes ou não, em áreas de Reservas Extrativistas. O Estado do Amapá, dada suas especificidades sócio-ambientais, apresenta condições extremamente favoráveis para o desenvolvimento de estudos e/ou pesquisas específicas com os objetivos acima relacionados.

Encaminhamentos: O Projeto "Mercados da Floresta" foi iniciado no Estado, através do Estudo "Potencialidades Econômicas das Plantas do Amapá", com o objetivo específico de selecionar, através de informações secundárias, aquelas plantas que possam apresentar potencial para exploração econômica sustentável e em benefício de comunidades tradicionais.

Simultaneamente a este estudo e seus desdobramentos, o projeto deverá trabalhar, ainda, com a identificação de mercado para duas atividades econômicas já existentes no Estado: a) Extração do chamado "grude da gurijuba" e b) Extração do óleo da Andiroba.

PROPOSTA 3A: RECURSOS NATURAIS E POPULAÇÃO NO ARQUIPÉLAGO DO BAILIQUE

Objetivos:

- * Identificar alternativas econômicas para as populações do Arquipélago baseadas na utilização sustentável dos Recursos Naturais.
- * Identificar a base de recursos naturais utilizadas para fins econômicos ou com potencial de exploração.
- * Levantar informações sobre as populações e economia local.
- * Levantar informações sobre a produção e comercialização do grude da gurijuba.

Justificativa: O Arquipélago do Bailique dista algumas horas, via fluvial, da cidade de Macapá. É formado por pequenas ilhas e habitado por populações tradicionais que vivem da extração de produtos vegetais, sobretudo, do açaí (fruta e palmito) e da pesca de diferentes espécies, entre elas, a da gurijuba (*Tachysurus Luniscutis*), cuja vesícula natatória (grude) é de grande interesse comercial. A maior empresa exportadora deste produto tem sede em Belém e os seus principais mercados são os da Argentina e da Inglaterra.

Dadas as especificidades da sua base de recursos naturais e características das populações residentes, a área foi indicada como adequada à criação de uma Reserva Extrativista pela Coordenação local do CNPT/IBAMA, em 1992. O IEA foi convidado pela Deputada Estadual Janete Capiberibe, que desenvolve trabalhos comunitários na região, a visitar o local com o objetivo de identificar possíveis linhas de cooperação entre o Projeto IEA/FKA e as comunidades locais.

Considerando as circunstâncias que envolveram o primeiro ano do Projeto IEA/FKA no Amapá, não foi possível avançar nessa direção. Todavia, a partir da ampliação das suas Linhas de Atuação, considera-se oportuno a execução do projeto ora proposto, sobretudo, por sua relação com o projeto "Mercados da

Floresta".

Encaminhamentos: A execução deste projeto condiciona-se, em primeiro lugar, à sua compatibilização com os demais projetos a serem implementados no ano de 1993, pelo IEA no Amapá. A partir daí deverá ser detalhado, metodológica e operacionalmente, bem como restabelecidos os contatos anteriormente realizados.

PROPOSTA 3B: TREINAMENTO ETNOBOTÂNICO PARA POPULAÇÕES RESIDENTES EM RESERVAS EXTRATIVISTAS.

Objetivos:

* Prover as comunidades extrativistas com os meios para coletar informação etnobotânica (especialmente etnofarmacológica).

* Organizar os dados Etnobotânicos.

* Analisar os dados botânicos para selecionar espécies promissoras.

* Elaborar projetos orientados para o desenvolvimento de produtos comerciais (para os mercados local, regional e nacional) baseados em produtos naturais que possam ser produzidos de maneira ecologicamente sustentável.

* Ajudar as Reservas Extrativistas a estabelecer contatos e negociar acordos com instituições de pesquisa e empresas que beneficiem e comercializem os produtos de maneira a assegurar que benefícios satisfatórios ocorram entre todas as partes envolvidas.

Encaminhamentos: O projeto "Levantamento Etnofarmacológico em Reservas Extrativistas" foi encaminhado ao IEA pela Sociedade Internacional de Etnobiologia através de sua proponente, professora Elaine Elisabestky da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para que fosse analisada a possibilidade de

cooperação, por parte do IEA, na sua operacionalização.

Trata-se de um projeto importante no sentido da busca de alternativas econômicas para as Reservas Extrativistas, além de compatível com as Linhas de Atuação propostas na redefinição do Projeto IEA/FKA. O projeto de três anos de duração, prevê atividades de: treinamento, levantamento e sistematização de informações, criação de bancos de dados e elaboração de projetos específicos voltados para a produção e comercialização de produtos naturais.

A participação do IEA deve ser analisada e requer entendimentos entre a proponente do projeto, o Conselho Nacional dos Seringueiros/Regional do Amapá, seu beneficiário, e o IEA no sentido da definição do Termos de Cooperação entre as partes envolvidas.

4.2. AÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS

As Ações em Políticas Públicas referem-se àquelas atividades que têm como finalidade influenciar e subsidiar o poder público no estabelecimento de novos padrões e políticas de desenvolvimento regional, compatíveis com a proteção ambiental e equidade social. Diferentemente das Ações Demonstrativas que estão diretamente voltadas para a implementação de experiências localizadas de desenvolvimento sustentável no Amapá, as Ações em Políticas Públicas visam influenciar o desenvolvimento geral do Estado. Para tanto, são apresentadas propostas de ações e/ou realização de estudos específicos que visem, respectivamente, informar/formar a opinião pública e subsidiar propostas de desenvolvimento sustentável.

PROPOSTA 4: TRANSFORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO EXTRATIVISTA DO RIO MARACÁ EM RESERVA EXTRATIVISTA.

PROPOSTA 5: ACOMPANHAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES REFERENTES ÀS POLÍTICAS FUNDIÁRIA, EXTRATIVA VEGETAL, AGRÍCOLA E DE MINERAÇÃO PARA O ESTADO DO AMAPÁ.

VAI PARA O PROJ. 3.
VISANDO PUBLICAÇÃO.

PROPOSTA 6: PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO:

PROPOSTA 6A: CAPACITAÇÃO DO QUADRO TÉCNICO DO SETOR PÚBLICO EM DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTADO.

Objetivos:

* Realizar Curso sobre o tema Desenvolvimento Auto-Sustentado considerando as Reservas Extrativistas e outras experiências similares na Amazônia.

* Divulgar e discutir experiências de desenvolvimento auto-sustentado na Amazônia.

Justificativa: A intervenção do Governo via Políticas, Programas e Projetos de natureza social, econômica ou ambiental ocorre, em parte, através da atuação dos quadros técnicos disponíveis na estrutura administrativa do Estado.

A divulgação de informações e o debate, com este segmento, acerca de alternativas econômicas que contemplem a utilização adequada dos Recursos Naturais e a participação das populações tradicionais na gestão daqueles recursos é fundamental para o estabelecimento de padrões de desenvolvimento compatíveis com esses princípios.

O projeto proposto prevê a promoção de Curso, especialmente planejados para técnicos e profissionais de Órgãos públicos do Estado do Amapá, sobretudo, aqueles que, direta ou indiretamente, estejam envolvidos com o planejamento e desenvolvimento do Estado. A experiência adquirida com a promoção do Curso "Formação de Treinadores Agroflorestais", em 1992, é um exemplo da importância desse segmento.

Encaminhamentos: Dar início ao planejamento e à organização do curso. Sugere-se sua realização no final do primeiro semestre de 1993.

PROPOSTA 6B: PRIMEIRA OFICINA AMBIENTAL SOBRE A AMAZÔNIA.

Objetivos:

- * Formar a opinião pública acerca da problemática ambiental amazônica.
- * Divulgar o Amapá e seus Recursos Naturais entre comunicadores sociais: jornalistas, radialistas, especialistas em Meio Ambiente e outros segmentos da mídia nacional.
- * Discutir e debater, com base na experiência, biodiversidade, ecossistemas e populações

Justificativa: O Estado do Amapá, dentre os estados da região amazônica, dadas suas condições de isolamento e recentidade da ocupação, é o que menor impacto sofreu com o avanço da agropecuária na região. Os índices de desmatamento são pequenos e a base de recursos ambientais diversificada e relativamente protegida, permanece sem ter sofrido impactos ambientais de difícil recuperação ou irreversíveis. Pelas mesmas condições acima citadas, o Estado pode, ainda, ser objeto de análise e proposições de ecodesenvolvimento.

Encaminhamentos: Discutir o projeto com o objetivo de definir sua temática e operacionalização e iniciar o planejamento e organização que vai, inclusive, implicar na captação de recursos adicionais.

4.3. PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO.

Outra linha de atuação do Projeto IEA/FKA que deve ser fortalecida e ampliada é a da produção e divulgação de conhecimento e informações básicas acerca do Estado do Amapá. Subsidiar e intervir nas decisões públicas requer a realização de

estudos e levantamentos de informações que possam orientar a ação política nesse sentido.

PROPOSTA 7: IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DA MINERAÇÃO EMPRESARIAL NO ESTADO DO AMAPÁ.

Objetivos:

* Realizar um levantamento da legislação acerca das normas de implantação da atividade de mineração e dos direitos de lavra.

* Realizar um levantamento da arrecadação fiscal no Amapá com a atividade de mineração, bem como das isenções oferecidas às empresas que atuam no Estado.

* Analisar as informações acima apontadas com o objetivo de verificar as reais condições e possibilidades de arrecadação com a atividade de mineração.

* Divulgar as informações e a análise realizada entre os técnicos do governo, políticos locais e público em geral com o objetivo de esclarecer sobre as contribuições e o retorno social da atividade no Amapá.

Buscar amostra técnica para

* Realizar estudo sobre os níveis de contaminação do Rio Amapari.

Justificativa: A atividade mineradora pouco contribui para a arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços/ICMS. Tal fato, em princípio, indica que a atividade é inexpressível em termos de arrecadação, pouco contribuindo para a capacidade de investimento do Governo.

Essa situação provoca dúvidas quanto aos benefícios que a mineração traz para o Amapá. Em relação aos prejuízos ambientais da atividade também existem indícios de que está contaminando extensas áreas e rios importantes do Estado.

Esclarecer e divulgar informações sobre essa atividade vai contribuir para que o Governo avalie com mais cuidado a atuação das empresas já instaladas, bem como das que pretendem se instalar no Amapá.

Encaminhamentos: Contatar técnicos para que elaborem uma proposta de estudo na área de arrecadação fiscal e de contaminação de rios, especialmente, os Rios Amapari e Araguari.

PROPOSTA 8: APROFUNDAMENTO DO CONHECIMENTO SOBRE ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA E AMBIENTAL DO AMAPÁ.

TURISMO ECOLÓGICO

Objetivo: Fornecer elementos técnicos para uso do projeto e das unidades administrativas do Estado, particularmente daquelas gestoras de políticas públicas de grande impacto sócio-econômico e ambiental;

Justificativa: Trata-se de estudos de base e complementares a todas as esferas de planejamento, na medida em que permite o conhecimento espacial e setorial dos aglomerados e vazios populacionais bem como do potencial dos recursos naturais.

Encaminhamentos: Elaborar termos de referência e levantamento da disponibilidade de informações relativas aos temas (população, estrutura produtiva e recursos ambientais). Iniciar esse estudo a curto prazo, dado seu caráter estratégico no âmbito das relações do projeto IEA-FKA com a administração pública no Estado do Amapá.

FAYET: Preparar para publicação.

PROPOSTA 9: PROJETO EDITORIAL

Objetivo: Produzir e publicar duas revistas anuais sobre a temática ambiental, sendo que uma delas será especificamente sobre o Estado do Amapá, suas potencialidades ambientais e populações tradicionais.

- Organizar a document. do IEA para referenciar o projeto do AP.
- Publicar material SMT - COMUNICADOS

CEDI - P.I.B
DATA 14/10/84
COD KDD 00012

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS/IEA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E SUGESTÕES DE
CONTINUIDADE DO PROJETO: HOMEM E AMBIENTE
NA AMAZÔNIA - Usos Potenciais da Floresta
e Gestão Social dos Recursos Naturais

VERSÃO PRELIMINAR

CONVÊNIO IEA/FKA

MACAPÁ
Dezembro de 1992

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. O PROJETO

- 1.1. Principais Atividades Desenvolvidas
- 1.2. Principais Dificuldades para sua Execução
- 1.3. Consolidação das Reservas Extrativistas no Amapá
 - 1.3.1. Implantação das Áreas
 - 1.3.2. Desenvolvimento das Reservas e Projetos de Assentamento Extrativista
 - 1.3.2.1. Infraestrutura Social
 - 1.3.2.2. Organização Comunitária
 - 1.3.2.3. Treinamento e Capacitação
 - 1.3.2.4. Projetos Econômicos e Micro-Projetos
 - 1.3.2.5. Educação e Saúde

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AMAPÁ

- 2.1. Antecedentes Históricos
- 2.2. Aspectos Físicos e Recursos Naturais
- 2.3. Base Produtiva
- 2.4. Perfil Populacional
- 2.5. Perspectivas de Evolução

3. AMPLIAÇÃO DA PROPOSTA

APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem a intenção de contribuir, com uma série de sugestões, para a ampliação do Projeto IEA/FKA, nos próximos três anos de sua duração.

Orientado por essa intenção, contém um primeiro item que se inicia apresentando o Projeto, sua concepção e objetivos, originalmente, propostos. Relata as atividades desenvolvidas durante seu primeiro ano de execução, bem como as principais dificuldades enfrentadas para a realização dessas atividades. Em seguida, é descrita a evolução dos procedimentos para implementação das Reservas e Assentamento Extrativistas no Amapá, com comentários sobre as várias esferas de atuação - pública e de entidades não-governamentais, em especial do Projeto IEA/FKA - necessárias ao desenvolvimento e consolidação dessas unidades.

Um segundo item apresenta uma caracterização do Estado do Amapá, destacando os elementos que marcaram sua ocupação. Sua situação atual é apresentada com a preocupação de demonstrar a recentidade de seus aspectos econômicos, sociais e de recursos naturais. Encerra este item alguns comentários das perspectivas de evolução do Estado, da ótica sócio-ambiental, abordando as possibilidades de degradação ambiental e de agravamento dos problemas sociais. Em paralelo são indicadas algumas formas de evitar e controlar essas tendências negativas percebidas na trajetória estadual.

O terceiro item encerra o relatório com sugestões para a ampliação na atuação do Projeto, baseadas e norteadas pelas situações e circunstâncias verificadas nos dois primeiros itens. A preocupação central dessas sugestões é potencializar a atuação do Projeto, através da ampliação do público atingido e das linhas de atuação.

Deve-se alertar que esse não é um documento acabado, está em sua versão preliminar, portanto, aberto a críticas e sugestões que contribuam para reforçar a estratégia de intervenção do Projeto sobre a problemática sócio-ambiental do Amapá.

1. O PROJETO

O Projeto "HOMEM E AMBIENTE NA AMAZÔNIA - Usos Potenciais da Floresta e Gestão Social dos Recursos Naturais", foi, originalmente, elaborado para implementação nos Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá - Maracá I, II e III - Área de 323.500 hectares, situada ao sul do Estado do Amapá, com uma população em torno de 1.068 famílias de trabalhadores rurais e extrativistas.

Os Projetos de Assentamento Extrativistas representaram a primeira forma de institucionalização da proposta de criação de Reservas Extrativistas, formulada pelo movimento dos seringueiros, em outubro de 1985, ocasião do I Encontro Nacional dos Seringueiros, em Brasília.

Entre os anos de 1988 e 1989 foram criados, na Amazônia, 10 Projetos de Assentamento Extrativista, totalizando uma área de 889.548 hectares de terras e beneficiando aproximadamente 2.924 famílias. Estes projetos foram criados no âmbito da Política Nacional da Reforma Agrária/PNRA, em execução pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, através de sua Diretoria de Assentamento.

Entretanto, a falta de prioridade da reforma agrária, no contexto das políticas públicas brasileiras, a partir de 1989, impediu a implementação daqueles projetos e a proposta dos seringueiros não encontrou espaço institucional para se efetivar. A luta dos seringueiros foi redirecionada e a Política Nacional do Meio Ambiente, prevista no Programa Nossa Natureza, indicou o caminho possível. A Lei 7.804 de 20 de julho de 1989, apontou - pela primeira vez - a Reserva Extrativista como um novo instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente e, a partir daí, a institucionalização da proposta caminhou a passos largos. De janeiro a março de 1990, foram criadas 04 Reservas Extrativistas, na Amazônia, compreendendo uma área total de 2.162.989 hectares e beneficiando uma população em torno de 6.250 famílias.

Apesar das diferenças existentes, do ponto de vista jurídico, entre as duas formas de institucionalização da proposta dos seringueiros, Projetos de Assentamento Extrativista e Reservas Extrativistas, guardam em comum o modo previsto de regularização fundiária das áreas criadas: o não parcelamento da terra em lotes individuais, forma esta compatível com a produção extrativa em áreas florestais e de acordo com as demandas apresentadas por aquele segmento de trabalhadores da Amazônia.

Do ponto de vista do Projeto, ora objeto de avaliação, buscou-se, através de negociação com a fonte financiadora, ampliar a área de abrangência do mesmo, incluindo a Reserva Extrativista do Rio Cajari, criada em 12 de março de 1991, através do Decreto N. 98.897, também, como área a ser por ele beneficiada.

Assim para efeitos de sua implementação e, agora, de sua avaliação, Projetos de Assentamento Extrativista e Reservas Extrativistas foram considerados a partir de uma mesma definição conceitual, ou seja, como áreas " já ocupadas por populações que vivem dos recursos da floresta, regularizada, através Concessão Real de Uso, transferida pelo Estado para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para benefício social das populações através de projetos de saúde e educação". (Instituto de Estudos Amazônicos/IEA, Identificação de Áreas Prioritárias e Regulamentação do Decreto de Criação de Reservas Extrativistas na Amazônia. Volume I. Curitiba/PR, set,90, pag 10

As atividades propostas no âmbito do Projeto " HOMEM E AMBIENTE NA AMAZÔNIA ... ", apresenta cinco linhas específicas de atuação:

1. Formação e Treinamento de Recursos Humanos;
2. Apoio Técnico e Operacional aos Grupos Locais;
3. Estudos e/ou Pesquisas
4. Levantamento, Sistematização e Divulgação de Informações.
5. Micro-Projetos

Através da interação dessas linhas de atuação, o principal objetivo do Projeto seria contribuir efetivamente para o desenvolvimento e consolidação de áreas destinadas ao uso sustentável e gestão social dos recursos ambientais disponíveis, como é o caso dos Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá e da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Para tanto foi estabelecida uma parceria com o Conselho Nacional do Seringueiros, regional do Amapá e com as Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Cajari e Maracá.

À luz da experiência vivenciada ao longo do seu primeiro ano de implementação, das dificuldades decorrentes das interfaces do projeto com o movimento dos seringueiros, bem como do conhecimento acumulado sobre o Estado do Amapá, são levantados neste documento uma série de informações e argumentos que possam subsidiar uma discussão e, conseqüente, proposta ampliada de

execução do Projeto, para os seus próximos três anos.

Antes, porém, serão apresentadas as realizações do seu primeiro ano de atividades, bem como as principais dificuldades para sua execução. O documento se encerra com uma proposta preliminar para a continuidade do Projeto.

1.1. PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades de Formação e/ou Treinamento foram as de maior peso no conjunto de atividades desenvolvidas pelo Projeto. A busca de informações, sobre o Estado, se manteve constante ao longo de todo o ano, entretanto, apenas neste segundo semestre, foi possível dar início a um processo mais sistemático de organização das informações acumuladas. As articulações interinstitucionais, com vistas ao processo de desenvolvimento e consolidação das áreas por ele beneficiadas, permearam todas as atividades abaixo apresentadas:

* Reunião Preparatória do I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA. Macapá/AP. Período: 19 a 21 de janeiro;

* I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA. Macapá/AP. Período: 14 a 19 de fevereiro;

* Curso de Gerenciamento Administrativo-Financeiro de Projetos. Macapá/AP. Período: 24 a 26 de março;

* Treinamento de equipe de trabalho (IEA/MCP e CNS/AP) e tabulação dos questionários aplicados no Rio Maracá em junho de 1991, por ocasião dos Encontros Comunitários realizados para a criação da Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Maracá - ASTEX/MA, abril;

* IV Seminário de Planejamento do IEA. Brasília. Período: 29 de abril a 03 de maio;

* Treinamento para Cantineiros Comunitários da Reserva Extrativista do Rio Cajari e Projetos de Assentamento Extrativistas do Rio Maracá. Macapá/AP. Período: 10 a 15 de maio;

* Oficina de Teatro, Elaboração de Textos e Literatura para moradores nas áreas de Reservas Extrativistas. Macapá/AP. Período: 11 e 12 de maio;

* Encontros Comunitários no Projeto de Assentamento Extrativista do Rio Maracá nas Comunidades do Varadouro, Pancada e São Tomé. Rio Maracá/AP. Período: 20 a 26 de maio;

* Encontros Comunitários na Reserva Extrativista do Rio Cajari nas Comunidades de Marinho e Santa Clara, Rio Cajari/AP. Período: 20 a 28 de maio;

* Encontros Comunitários na Reserva Extrativista do Rio Cajari - Comunidade de Conceição do Muriacá e no Aterro do Muriacá com a Empresa Jari Monte Dourado. Período: 25 a 26 de junho;

* Treinamento para Treinadores Agroflorestais. Curso para Técnicos. Macapá/AP. Período: 20 a 24 de julho;

* Treinamento em Sistemas Agroflorestais para as Comunidades Extrativistas e Pequenos Produtores Rurais dos Rios Cajari e Maracá, Rio Cajari/Comunidade de Santa Clara/AP. Período: 27 a 30 de julho;

* Seminário Biodiversidade, Florestas e Populações. Brasília. Período: 13 a 16 de outubro;

* Seminário de Avaliação do Projeto IEA/FKA e demais projetos em execução, em áreas de Reservas Extrativistas, pelo CNS/AP. Rios Cajari e Maracá e Macapá/AP. Período: 07 de novembro a 02 de dezembro;

* Seminário de Avaliação do Projeto IEA/FKA e demais projetos em execução, em áreas de Reservas Extrativistas, pelo IEA. Macapá/AP. Período: 07 a 11 de dezembro.

* Levantamento bibliográfico e de informações secundárias com vistas à caracterização sócio-econômica do Estado do Amapá e elaboração dos Termos de Referência para o Estudo: Contribuições ao Zoneamento Econômico-Ecológico do Amapá;

* Início de levantamento em Políticas Públicas Ambientais com o Mapeamento de Programas e Projetos Ambientais em execução por Órgãos Públicos do Amapá;

* Articulações Interinstitucionais com Órgãos Públicos, Entidades Não-Governamentais, nacionais e internacionais, envolvidos com o processo de desenvolvimento das Reservas Extrativistas no Amapá: Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente/CEMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, Centro Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais/CNPT, Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias/EMBRAPA, Extensão Rural do Amapá/RURAP, Companhia de Terras do Amapá/TERRAP, Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá/IEPA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá/SINTRA.

1.2. PRINCIPAIS DIFICULDADES PARA SUA EXECUÇÃO

As dificuldades sentidas, durante o primeiro ano de implementação do Projeto, podem ser agrupadas em duas ordens distintas de questões. A primeira referente a uma conjuntura mais ampla devido ao envolvimento de várias entidades e órgãos oficiais com as Reservas Extrativistas.

Pela primeira vez, na história recente das Reservas Extrativistas do Amapá, diferentes programas e projetos executados por entidades não-governamentais e órgãos oficiais se dirigiram para o para o desenvolvimento das mesmas. Dentre estes últimos, destacam-se: Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente/CEMA; Centro Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais/CNPT/IBAMA; Extensão Rural do Amapá/TERRAP e Empresa Brasileira de Pesquisas Agroflorestais/EMBRAPA. Como entidades não-governamentais o IEA através dos Projeto apoiados pelo Fundo Mundial para a Conservação da Natureza/WWF/EUA e Fundação Konrad Adenauer/FKA; o CNS/AF; as Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari, respectivamente, ASTEX-MA e ASTEX-CA; a AIF, de origem dinamarquesa e Projeto Genesys/USAID.

A primeira iniciativa do Projeto IEA/FKA, quando de sua instalação no Amapá, foi a realização de um Seminário de Planejamento cujo objetivo foi o de dar início a um processo de discussão, com as comunidades beneficiadas, acerca das principais atividades previstas. Nessa ocasião, deu-se maior ênfase àquelas atividades que viriam, diretamente, atender as demandas emergenciais existentes por parte do movimento social dos seringueiros, representado pelo CNS/AF e Associações de Trabalhadores Extrativistas. O primeiro passo no sentido de planejar estas atividades foi a tentativa de contextualizar o Projeto IEA/FKA no conjunto de programas e projetos em desenvolvimento nas áreas dos Rios Cajari e Maracá.

A criação do CNPT, iniciativa importante dentro do processo de institucionalização das Reservas Extrativistas, determinou que um conjunto de ações emergenciais fosse desencadeado com vistas a implantação e desenvolvimento da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Resultou daí, a necessidade de revisão de prioridades estabelecidas entre as partes envolvidas e uma, permanente, compatibilização dos projetos e atividades em curso.

A articulação ainda tênue entre aquelas entidades, a inexistência de um Programa de Trabalho definido, prévia e conjuntamente, a partir das possibilidades e especificidades de cada uma delas, a fragilidade organizacional das Associações de Trabalhadores Extrativistas, beneficiárias, em primeira instância, dos projetos em implementação, a carência de

recursos humanos ao lado de um grande volume de demandas acumuladas desde 1988, são fatores que dificultaram a plena consecução das metas previstas pelo Projeto IEA/FKA, conforme estabelecidas no seu I Seminário de Planejamento.

Dessas condições decorreu um grande descompasso entre as possibilidades do Projeto e a capacidade do movimento dos seringueiros em absorvê-las. Em outras palavras, o Projeto mostrou-se maior do que as demandas, efetivamente, apresentadas pelo CNS/AP e Associações.

A segunda ordem de dificuldades, diz respeito à operacionalização do Projeto na sua interface com o CNS/AP e Associações de Trabalhadores Extrativistas.

Considerando as grandes distâncias e extensões das reservas por ele beneficiadas e a inexistência de sistemas mínimos de transporte e comunicação, a execução das atividades previstas requereu, sempre, um planejamento minucioso de ações, bem como cumprimento rigoroso de prazos e metas estabelecidas. Nesse contexto foram sentidas dificuldades quanto ao cumprimento das agendas - prévia, conjunta e exaustivamente - definidas, assim como outras relativas à não compreensão do Projeto e de seus objetivos, por parte das Associações de Trabalhadores Extrativistas beneficiadas.

A mudança frequente de prioridades ao lado da busca de soluções para problemas pontuais (em geral de caráter pessoal) indicavam, respectivamente, a inexistência de um Programa de Trabalho claramente definido e uma certa pressão no sentido de se estabelecer relações interinstitucionais pouco profissionalizadas, marcadas por demandas isoladas, de caráter tipicamente clientelistas.

A tendência ao estabelecimento de relações interinstitucionais dessa natureza, bem como resistências quanto à aceitação de procedimentos burocráticos, previstos em contrato com a FKA, em diferentes ocasiões, provocou uma certa indisposição entre as entidades beneficiárias do Projeto e a sua coordenação. Como consequência, a operacionalização de atividades conjuntas, assim como o planejamento e agendamento de algumas delas, foram prejudicados. Estes problemas, embora pequenos se considerados em si mesmos, na medida em que passaram a se constituir em uma rotina de trabalho, acabaram transformando-se em entraves significativos na consecução dos objetivos propostos.

1.3. CONSOLIDAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS NO AMAPÁ

1.3.1. IMPLANTAÇÃO DAS ÁREAS

O processo de implantação de reservas e/ou projetos de assentamento extrativista compreende, de um lado, ações de natureza legal, de competência exclusiva do Poder Público, que vão culminar na regularização fundiária de áreas criadas e, de outro, de iniciativas que cabem às representações, legalmente constituídas, das populações beneficiadas. O processo é finalizado com a outorga, por parte da União, através do IBAMA, dos Contratos de Concessão Real de Uso àquelas associações.

Os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá, criados através das Portarias de Ns. 1440/88, 1441/88 e 1442/88, do MIRAD, não lograram, até hoje, ter concluídos seus processos de regularização fundiária. De uma área total de 575.619 hectares, desapropriados por interesse social em 1981, 323.500 foram destinados, em 1988, à criação dos Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá. Desde então, nada foi feito, por parte do Poder Público, no sentido de implantá-los.

A nível federal e estadual, os Projetos de Assentamento Extrativista não receberam o tratamento requerido e condizente com as especificidades da proposta de Reserva Extrativista que inspirou a criação dos mesmos. A nível municipal, tampouco, iniciativas foram desencadeadas neste sentido. A Prefeitura de Mazagão, município onde se inserem os projetos, mais devastação ambiental do que desenvolvimento, tem permitido que ocorram na área, sobretudo nos trechos cortados pela BR 156 onde, na altura da Ponte do Rio Maracá, recentemente, vem sendo construída uma pequena vila, facilitada a chegada de trabalhadores de outras regiões e, também, incentivado o desmatamento e a caça predatória pela ausência de fiscalização.

Quanto à Reserva Extrativista do Rio Cajari, medidas foram tomadas no sentido da sua regularização fundiária. A criação do CNPT, no momento imediatamente anterior ao término do prazo de validade do decreto de criação, viabilizou o desencadeamento de ações que resultaram na regularização fundiária da área. No total, foram desapropriados 63 imóveis, totalizando 106.937.1301 hectares de terras. Já foram expedidas as Inmissões de Posse, em caráter provisório, em nome do IBAMA.

A demarcação destas áreas, dadas as grandes extensões das áreas, a topografia acidentada dos terrenos, que requer a utilização de equipamentos de medição especializados e os altos custos de operacionalização dos trabalhos, também é uma iniciativa que para se viabilizar depende do aporte de recursos, por parte do Poder Público.

Como foi dito no início deste item, outras iniciativas devem ser tomadas pelos representantes legais das populações beneficiadas com a criação das áreas. À estas representações cabe, 180 dias após a formalização dos Contratos de Concessão Real de Uso, encaminhar, ao IBAMA, um cadastro da população residente nas áreas, bem como elaborar, com bases nas especificidades dos ecossistemas locais, um Plano de Utilização que irá regulamentar a utilização dos recursos naturais disponíveis nas áreas:

1.3.1.1. CADASTRO POPULACIONAL - O cadastramento da população residente numa área de Reserva Extrativista tem como objetivo primeiro a identificação da população beneficiada com a criação da área para, posterior, outorga dos Contratos de Concessão Real de Uso. Além do Cadastro Populacional, faz-se, ainda, necessária a elaboração de um diagnóstico sócio-econômico que possa orientar o processo de desenvolvimento da área.

Um levantamento sócio-econômico preliminar foi realizado no Rio Cajari, pelo IEA, em junho de 1991. Durante o ano de 1992, algumas iniciativas e articulações foram tentadas no sentido de dar início ao Cadastro e Diagnóstico Sócio-Econômico definitivo daquela área. À estas articulações, incorporou-se o Projeto Genesys/USAID, que tem como objetivo reforçar o apoio aos projetos financiados pela WWF no Brasil. Entretanto, dificuldades de natureza operacional, política e institucional, não permitiram que as instituições envolvidas avançassem, conjuntamente, neste trabalho.

Recentemente, através de uma articulação estabelecida entre CNS/AP, CNPT/IBAMA e RURAP, foi iniciado o cadastramento populacional e, simultaneamente, o levantamento sócio-econômico da Reserva Extrativista do Rio Cajari.

As estimativas existentes referem-se a um total aproximado de 1.000 famílias de trabalhadores extrativistas e de pequenos produtores rurais vivendo na área. O instrumento de coleta de dados em uso é uma entrevista da qual constam 58 quesitos referentes às mais diversas questões de natureza sócio-econômica e de identificação de recursos naturais. A equipe de pesquisadores é da RURAP, formada por três técnicos agrícolas. A área da reserva totaliza 481.650 hectares com uma população estimada em torno de 5.000 pessoas. Segundo apreciação do coordenador do trabalho, técnico da RURAP, neste ritmo, serão necessários mais de um ano para a conclusão dos trabalhos. Adiante, no item 1.3.2., deste documento, serão feitas considerações específicas sobre a metodologia adotada com a finalidade de proceder ao cadastramento e pesquisa sócio-econômica da área.

1.3.1.2. PLANO DE UTILIZAÇÃO - O Plano de Utilização refere-se ao conjunto de regras que deve orientar a utilização e o manejo dos recursos ambientais disponíveis na área.

A metodologia de elaboração de um plano dessa natureza, no entanto, não encontra-se o suficientemente estabelecida e as dificuldades para sua formulação, envolvendo a participação das comunidades, não parecem menores, nem menos complexas, do que aquelas engendradas pelo Cadastro Populacional. A Reserva Extrativista do Rio Juruá dispõe, hoje, do seu Plano de Utilização e esta experiência deve ser avaliada e usada como parâmetro para trabalhos dessa natureza em outras Reservas Extrativistas.

O Projeto IEA/FKA tentou, ao longo do ano, estabelecer articulação com os responsáveis por esse trabalho na Reserva Extrativista do Alto Juruá, de forma a assegurar o repasse de conhecimentos e experiências para o Amapá. Chegou a ser planejado um Seminário com esta finalidade, todavia, foram encontradas dificuldades para compatibilizar este Seminário com as demais atividades em cursos.

Até o momento, não foi possível avançar neste sentido. O IEA encaminhou um projeto, prevendo a sua elaboração, ao CNPT/IBAMA. Este Projeto faz parte do conjunto de projetos a ser encaminhado, pelo GTA, ao Programa Piloto para a Conservação de Florestas Tropicais.

Não se observou, durante o ano de 1992, uma priorização, por parte do CNS/AP e Associações, das atividades que devem anteceder e resultar na elaboração do Plano de Utilização para a Reserva Extrativista do Rio Cajari. Entretanto, em reunião recente de avaliação dos trabalhos do CNPT/IBAMA e CNS/AP, foi enfatizada a necessidade de se agilizar a elaboração de tal plano tendo em vista os muitos problemas de ocupação de terras e utilização predatória de recursos ambientais que vêm ocorrendo na reserva.

1.3.2. DESENVOLVIMENTO DAS ÁREAS

Ao contrário dos momentos de Criação e Implantação de Reservas Extrativistas, que dependem diretamente do Poder Público para que sejam efetivados, o desenvolvimento de reservas extrativistas - áreas de uso comum de recursos - na medida em que não se consubstancia a partir de algum modelo previamente estabelecido ou, tampouco, se referencia em experiências concretas que já apresentem resultados palpáveis, vai depender da possibilidade de implementação de diferentes projetos, da articulação entre os diferentes agentes envolvidos, assim como da capacidade organizativa da população beneficiária

da proposta.

No caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari, diferentes projetos foram se delineando para a área. Em 1988, avançando por 89, começaram os primeiros levantamentos dos Vales dos Rios Maracá, Cajari e Jari com vistas à criação dos Projetos de Assentamento Extrativistas, primeira forma de institucionalização da proposta de Reservas Extrativistas. Os Projetos Maracá I, II e III, resultaram dessas iniciativas, as quais, convém lembrar, partiram de instância local, do Governo Federal através da Superintendência do INCRA. O ano seguinte, 1990, sem grandes avanços a nível local, foi marcado pelo esforço de uma nova institucionalização da proposta, agora no âmbito da Política Nacional do Meio Ambiente.

A partir de 1990, teve início uma busca intensa de recursos com o objetivo de viabilizar institucionalmente a entidade representativa do movimento dos seringueiros no Amapá - o CNS/AP e a atuação do IEA no Estado do Amapá.

Em julho deste mesmo ano, o IEA prestou uma assessoria técnica ao CNS com a finalidade de elaborar um Plano de Ação Integrado de Desenvolvimento para as áreas dos Rios Cajari e Maracá que incluía propostas relativas ao escoamento e comercialização da produção, saúde, educação, pesquisa aplicada e, ainda, o fortalecimento da organização comunitária, elemento fundamental na consolidação da proposta. Neste período, muitos projetos foram elaborados, assim como mantidos contatos com possíveis fontes financiadoras.

Em outubro de 1990, a Reserva Cajari foi visitada por uma equipe de técnicos da agência GTZ, da Alemanha, da qual fizeram parte um técnico do IEA e o Diretor Presidente da, hoje, Rede Brasileira Agroflorestal/REBRAF. No ano seguinte, ainda no primeiro semestre, estiveram na área representantes da World Wildlife Fundo/WWF/USA e Fundação Konrad Adenauer, além de técnicos da EMBRAPA local, Ordem dos Advogados do Brasil e representante do legislativo estadual.

Assim, em pouco mais de três anos, foram elaborados e canalizados, para as áreas, diferentes projetos, envolvendo diferentes instituições, agentes sociais e fontes financiadoras.

A criação do Centro Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais/CNPT/IBAMA, em janeiro de 1992, veio reforçar aquele conjunto de iniciativas. Criado com a finalidade primeira de promover a implantação e o desenvolvimento das reservas extrativistas, o CNPT estruturou-se a partir de dois Programas básicos: PROGRAMA EMERGENCIAL para as Reservas Extrativistas compreendendo projetos e ações emergenciais nas áreas de Educação, Alimentação, Saúde, Produção

e Comercialização, Organização Comunitária, Transporte e Armazenamento, Comunicação e Energia e, um PROGRAMA ESPECIAL, destinado à implementação do processo de regularização fundiária das áreas criadas e atendimento a outras categorias de populações tradicionais do país.

Segue um quadro do conjunto de entidades e respectivas fontes de financiamento canalizados para as áreas dos Rios Cajari e Maracá. O primeiro deles - Desenvolvimento de Reservas Extrativista do Amapá - teve início em janeiro de 1991, foi apoiado pela World Wildlife Fund/WWF/USA e resultou, neste mesmo ano, na criação das duas Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Cajari e Maracá, respectivamente, ASTEX-CA e ASTEX-MA.

| PROJETOS | FONTES DE FINANCIAMENTO |
|--|------------------------------|
| 1. Desenvolvimento de Reservas Extrativistas no Amapá | World Wildlife Fund/WWF |
| 2. Homem e Ambiente na Amazônia: Usos Potenciais da Floresta e Gestão Social dos Recursos Naturais | Fundação Konrad Adenauer/FKA |
| 3. Apoio para Demarcação das Áreas. | AIF - Dinamarca |
| 4. Apoio à Pesquisa Sócio-Econômica e Análise de Gênero | Projeto Genesys/Usaid |
| 5. Implantação da Reserva Extrativista do Rio Cajari | CNPT/IBAMA |
| 5.1. Regularização Fundiária | |
| 5.2. Projeto de Sinalização | |
| 5.3. Assinatura de Convênios para: | |
| 5.3.1. Apoio à Comercialização de Produtos Florestais | |
| 5.3.2. Infraestrutura Social e Sinalização. | |
| 5.4. Atividades de Elaboração de Termos de Referência para Novos Projetos/Programa Piloto. | |
| 5.5. Cadastramento e Levantamento Sócio-Econômico da Reserva Extrativista do Rio Cajari. | |
| 6. Projeto de Pesquisa: Inventário Florestal e Sócio-Econômico/Rio Maracá | Yale University/IEA |

A partir de janeiro de 1991 estes foram os projetos implementados, parcial ou totalmente, nas áreas dos Rios Cajari e Maracá. Da perspectiva do IEA não foram estabelecidas diferenças entre Projetos de Assentamento Extrativistas e Reservas Extrativistas. As duas áreas foram, igualmente, objetos de intervenção através dos projetos sob sua coordenação. No caso do CNPT/IBAMA, a atuação restringiu-se, conforme a finalidade própria do órgão, à Reserva Extrativista do Rio Cajari.

Dada a recentidade do processo de consolidação destas áreas, entendê-lo em sua totalidade, é uma tarefa difícil, na medida mesma em que faltam parâmetros de análise ou elementos de comparação. A avaliação que segue toma como orientação não os projetos separadamente, mas sim, os diferentes aspectos que integram o desenvolvimento de Reservas Extrativistas.

1.3.2.1. INFRAESTRUTURA SOCIAL - A precariedade sócio-econômica das áreas destinadas à criação de Reservas Extrativistas, em regiões tradicionalmente não beneficiadas com projetos sociais básicos, tem requerido que ações emergenciais sejam desencadeadas no sentido de minimizar problemas básicos de saúde e educação, bem como aqueles relativos às atividades produtivas desenvolvidas pelas comunidades residentes.

O estabelecimento de um Convênio entre o CNS/AP e o CNPT/IBAMA possibilitou o desencadeamento de ações emergenciais com o objetivo de dar início ao processo de desenvolvimento da Reserva Extrativista do Rio Cajari. Para o ano de 1992 estavam previstas a implantação de 03 Armazéns, 01 Posto de Saúde, 01 Posto de Fiscalização e a Sinalização da Área.

Com recursos oriundos daquele Convênio, foram construídos 02 armazéns nas comunidades de Santa Clara e Marinho, no Alto Rio Cajari. Estes armazéns, conhecidos localmente como **Cantinas Comunitárias**, têm como principal finalidade quebrar a intervenção do "marreteiro" (intermediário) no processo de produção e comercialização da Castanha do Brasil, principal produto extrativo da região.

Desde as primeiras discussões em torno das necessidades emergenciais nas Reservas Extrativistas (1989/90), as cantinas eram reivindicadas, pelas comunidades locais, como forma de minorar os sérios problemas de abastecimento na região, bem como evitar a exploração a que estavam submetidos com o monopólio dos intermediários na região.

Desta forma, as Cantinas Comunitárias foram concebidas para "aviar" o extrativista durante a safra da castanha, comprar sua produção por preços mais vantajosos,

abastecer as famílias com produtos de primeira necessidade (mercadorias) durante a entressafra e, ainda, viabilizar o escoamento de outros produtos regionais. Como foram concluídas já no final da última safra da castanha (julho de 1992), no momento, as cantinas têm viabilizado a estocagem para, posterior, comercialização, nos mercados de Macapá e Santana, de outros produtos que não os extrativos, como a farinha e o milho, produzidos no Rio Cajari.

O IEA, através do Projeto FKA, participou da implantação das cantinas no que se refere ao primeiro treinamento de "Cantineiros Comunitários". Após uma seleção de candidatos, procedida pelas Associações de Trabalhadores Extrativistas, foi realizado, em Macapá, um treinamento que previu desde a discussão do significado da iniciativa para o desenvolvimento das áreas até noções de contabilidade, processo inflacionário e controle de estoques. Participaram deste treinamentos também as comunidades do Rio Maracá.

Como se trata de uma iniciativa ainda muito recente, torna-se prematura uma avaliação conclusiva dos resultados sócio-econômicos decorrentes da implantação das Cantinas Comunitárias na Reserva Extrativista do Rio Cajari. Todavia, desde já, algumas considerações podem ser levantadas.

Em primeiro lugar, elas vieram a beneficiar uma parcela muito diminuta da população residente no perímetro da reserva. Considerando a sua extensão (482.000 hectares), o número de famílias residentes (1.000), a inexistência de um sistema mínimo, intra-rio, de transporte, dentro outros fatores, pode-se supor que os resultados alcançados estão muito aquém das demandas existentes. Têm sido beneficiadas apenas as comunidades do Alto Cajari, sobretudo, aquelas próximas dos locais onde as duas cantinas foram instaladas. As demais comunidades, ou seja, as do Baixo e do Médio Cajari, por exemplo, não têm acesso aos benefícios oriundos das cantinas instaladas.

Outra dificuldade enfrentada pela Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari responsável, em conjunto com as comunidades, pelo gerenciamento dessas cantinas, diz respeito ao escoamento e comercialização dos produtos agrícolas da entressafra da castanha. Como foi dito acima, estes produtos - canalizados para as cantinas pelos produtores e extrativistas - têm sido comercializados em Macapá e Santana. Entretanto como aquela Associação não dispõe de transporte regular da reserva para Macapá/Santana nem, tampouco, de capital de giro para assegurar a compra antecipada dos produtos de subsistência, as dificuldades tendem a se agravar. Estes problemas acabam por ameaçar a capacidade de auto-sustentação das Cantinas instaladas.

Por último, uma outra ordem de dificuldades

pode ser apontada: refere-se ao gerenciamento das Cantinas Comunitárias. O treinamento realizado no âmbito do Projeto IEA/FKA, embora fundamental para viabilizar o início de funcionamento das mesmas, dado a precariedade da instrução básica pré-existente da população somado à sua inexperiência em atividades comerciais, não parece ter sido suficiente garantir a auto-gestão das cantinas pelas comunidades.

A melhoria da capacidade operativa dessas Cantinas passa, necessariamente, pela promoção de novos treinamentos e pelo monitoramento e avaliação, respectivamente, das atividades e resultados alcançados. Por outro lado problemas de transporte, capital de giro, comercialização, manutenção de estoques demandam, igualmente, soluções mais adequadas.

1.3.2.2. ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA - A organização das comunidades beneficiadas com a criação de Reservas Extrativistas é fundamental para o desenvolvimento e consolidação destas Unidades de Conservação. Este trabalho vem sendo realizado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, regional do Amapá, através da realização de **Encontros Comunitários**, com a participação de lideranças representativas dos Rios Cajari e Maracá, atualmente membros diretores das Associações criadas.

Os Encontros Comunitários consistem na realização de reuniões entre o CNS/AP, diretorias das Associações criadas, membros de uma ou mais comunidades e, eventualmente, representantes de entidades não-governamentais e/ou órgãos oficiais com o objetivo de levantar e discutir problemas relativos ao desenvolvimento das reservas criadas.

O IEA participou de grande parte dos Encontros Comunitários realizados ao longo dos anos de 1991 e 1992. No âmbito do Projeto IEA/WWF/CNS, participou daqueles que tinham como objetivo a criação das Associações de Trabalhadores Extrativistas da Reserva Extrativista do Rio Cajari e dos Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá. Naquele momento, buscava-se apresentar e discutir, com as comunidades, os aspectos conceituais da proposta de Reservas Extrativistas, regularização fundiária, significado e necessidade de elaboração dos Planos de Utilização e identificação de demandas emergenciais.

Com o Projeto IEA/FKA, o Instituto participou de encontros destinados ao esclarecimento, juntos às comunidades, acerca das finalidades das Cantinas Comunitárias a serem implementadas pelo CNFT/IBAMA.

Do ponto de vista operacional, as principais dificuldades enfrentadas pelo CNS/AP, Associações e também pelo IEA, quando de sua participação, diziam respeito à inexistência

de um sistema mínimo de transporte para deslocamento às áreas e, em certos casos, às dificuldades de acesso interno, ou seja, àquelas comunidades situadas em igarapés interiores, braços de rios e/ou acima das cachoeiras como é o caso do Rio Maracá.

O acesso à região dos Vales dos Rios Cajari e Maracá, até bem recentemente, se dava, exclusivamente, por via fluvial. A abertura da BR 156, em 91, apesar do impacto ambiental causado na região, veio, sobremaneira, facilitar a comunicação e trabalho de organização social na região. A doação, através do projeto IEA/WWF/CNS, de barcos (voadeiras) e motores, veio facilitar o contato e o intercâmbio com as comunidades residentes nas reservas.

O Projeto IEA/FKA, prevê apoio, financeiro e logístico, bastante significativo, aos trabalhos de organização social, através da realização destes Encontros Comunitários. Para o ano de 1992, foi previsto aporte de recursos para a realização de 30 Encontros Comunitários. No I Seminário de Planejamento previu-se a realização, ainda no primeiro semestre de 92, de 15 encontros: 08 em áreas já trabalhadas dos Rios Cajari e Maracá e 07 em áreas ainda não visitadas ou trabalhadas pelo CNS/AP e Associações. Os 15 encontros restantes seriam, conjunta e oportunamente, definidos.

Daquela total, foram realizados, tão somente, 6 Encontros Comunitários, em comunidades já conhecidas, dos Rios Cajari e Maracá. Surpreendentemente este resultado ficou bem aquém das possibilidades apresentadas pelo Projeto.

As possíveis explicações para este fato, podem residir no acúmulo de projetos e atividades em implementação, na inexistência de um Plano de Trabalho, prévia e conjuntamente, definido entre as entidades e organismos participantes, na fragilidade institucional das Associações e, até mesmo, numa possível estratégia definida pelo CNS/AP, priorizando as ações implementadas pelo CNPT, dado seu caráter emergencial. Estes fatos podem, igualmente, explicar a redução do ritmo e volume de trabalho canalizado para os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá, os quais ficaram num segundo plano na escala de prioridades definida.

De qualquer modo, acredita-se que a proposta das Reservas Extrativistas ganhou, neste último ano, espaço entre as comunidades beneficiadas as quais, até bem recentemente, desconheciam o seu significado.

Acredita-se na necessidade de fortalecimento das atividades de organização social e sugere-se, nesse sentido, um Plano de Trabalho, conjuntamente definido, para o ano de 1993, assim como um melhor planejamento dos Encontros Comunitários que devem prever, inclusive, a participação de profissionais capazes

de repassar às comunidades conhecimentos específicos e necessários ao seu desenvolvimento: médicos, nutricionistas, técnicos agrícolas, sanitaristas, dentre outros.

1.3.2.3. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS - O Projeto IEA/FKA é o único projeto em áreas de Reservas Extrativistas do Amapá que prevê, especificamente, o estabelecimento de um Programa de Capacitação e Treinamento de Recursos Humanos. A implementação de um programa desta natureza para comunidades, lideranças e técnicos, sempre foi considerada como pressuposto fundamental ao processo de desenvolvimento e consolidação das Reservas Extrativistas.

As metas estabelecidas para o ano de 92, traduzem bem a importância atribuída às atividades de **FORMAÇÃO**, no âmbito do Projeto IEA/FKA.

Nesse sentido, para o ano de 1992, foi prevista a realização de 10 cursos e/ou seminários e 30 Encontros Comunitários a serem organizados pelo Projeto IEA/FKA. Dos 10 cursos e/ou seminários planejados, 06 seriam definidos a partir das demandas apresentadas pelo CNS/AP, Associações e/ou comunidades extrativistas; a definição dos demais - 04 cursos - ficaria a critério do IEA e de seu programa de trabalho para as Reservas Extrativistas.

No início do ano (janeiro e fevereiro de 1992), se realizou o I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA, com representantes do Conselho Nacional dos Seringueiros - regional do Amapá e diretorias das Associações de Trabalhadores Extrativistas com o objetivo de contextualizar o Projeto no conjunto das ações desenvolvidas pelas demais entidades e órgãos oficiais. A partir disso se estabeleceu um Programa de Formação para ser executado ao longo do ano.

A necessidade de compatibilizar as ações programadas, evitar superposições e racionalizar a utilização de recursos humanos e financeiros, orientou os trabalhos. Foram identificadas as principais demandas daquele momento e os projetos capazes de absorvê-las, conforme segue:

| PRINCIPAIS DEMANDAS | PROJETOS |
|---|--|
| 1. Habilitação dos Membros das Associações | IEA/FKA |
| 2. Habilitação de Cantineiros | IEA/FKA |
| 3. Habilitação na Área de Saúde | A DEFINIR - (o projeto e fontes de recursos) |
| 4. Habilitação para Usina de Castanha | CNFT/IBAMA - (a definir as esferas de participação do Projeto IEA/FKA) |
| 5. Treinamento de Pesquisadores para o Cadastramento Populacional | IEA/FKA e PROJETO GENESYS |
| 6. Habilitação para Sistema de Radionfonia | CNFT/IBAMA |
| 7. Habilitação para Fiscais das Áreas | CNFT/IBAMA e CEMA/AF |
| 8. Habilitação para a Escola Família Extrativista - CNS/AF | (participação do Projeto IEA/FKA a definir, conjunta e oportunamente com demais entidades e/ou Órgãos) |
| 9. Habilitação para Manutenção de Transportes: Rodoviários e Fluviais | CNFT/IBAMA |

Este quadro corresponde à primeira tentativa, conjunta, de estabelecimento de um Programa, mínimo e emergencial, de Formação e Capacitação de Recursos Humanos. O desencadeamento de outras atividades previstas no âmbito do

Programa Emergencial do CNPT/IBAMA, assim como da CEMA/AF, no entanto, determinaram que ajustes fossem realizados e prioridades revistas, ao longo do ano.

Além do I Seminário de Planejamento, foram realizados mais quatro cursos e/ou treinamentos para CNS/AF, Associações e/ou comunidades extrativistas.

Destes, apenas um, constava do quadro acima: aquele referente à capacitação de Cantineiros Comunitários para atuação nas Armazéns/Cantinas a serem instaladas pelo CNPT/IBAMA.

Os demais foram definidos a partir de necessidades que surgiram no processo. O curso de "Gerenciamento Administrativo-Financeiro de Projetos", realizado em Macapá, para equipe do CNS, teve como principal objetivo capacitar aquela regional e sua assessoria para o gerenciamento e acompanhamento financeiro dos projetos em execução, inclusive aqueles que constavam do Convênio estabelecido com o CNPT/IBAMA.

A doação de duas bibliotecas móveis para as comunidades dos Rios Cajari e Maracá, pela Fundação Sidônio Muralha, com sede em Curitiba, Paraná, suscitou a promoção da "Oficina Mala Mágica", de criação de texto e teatro de bonecos, como atividade complementar ao "Curso para Cantineiros Comunitários". Os temas utilizados para as atividades da Oficina foram os mesmos trabalhados durante o treinamento e a experiência despertou bastante interesse e participação entre os treinandos.

Finalmente, o terceiro deles, fazia parte de uma agenda anterior, estabelecida entre o CNS/AF e o SINTRA - Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá, com a REBRRAF - Rede Brasileira Agroflorestal. Foi o curso para extrativistas e pequenos produtores rurais: "Sistemas Agroflorestais para Comunidades Extrativistas", realizado na Comunidade de Santa Clara, no Rio Cajari. Ciente das dificuldades em viabilizar os cursos inicialmente planejados - dado os inúmeros contratempos surgidos na compatibilização dos projetos e atividades em execução - a coordenação do IEA, em Macapá, decidiu por sua viabilização no âmbito do Projeto IEA/FKA.

A experiência de realização deste curso, resultou bastante positiva, especialmente, no que diz respeito ao interesse despertado junto aos participantes que, ativamente, contribuíram com as atividades de campo previstas. Ficou evidente, todavia, a necessidade de um permanente trabalho de reciclagem, monitoramento e avaliação de experiências em sistemas agroflorestais que podem ser implementadas a partir de um curso deste tipo.

Em relação aos demais treinamentos - Acompanhamento e Gerenciamento de Projetos e Formação de

Cantoneiros Comunitários - o memo pode ser dito. Os projetos em curso ou a serem implementados na Reserva Extrativista do Rio Cajari, inclusive aqueles, apresentados ao G7/GTA/Plano Piloto, demandarão, por certo, uma melhoria substancial na capacidade operativa do CNS e Associações e, em particular, das próprias comunidades, agentes ativos do processo de desenvolvimento e consolidação de uma reserva. Todos os cursos realizados tiveram esta finalidade, entretanto, foram iniciativas, de certa forma tímida, se se considera o volume das necessidades nesta esfera de atuação.

O estabelecimento de um **Programa de Formação** para as Reservas Extrativistas requer uma perspectiva de tempo mais longa, um levantamento, objetivo e detalhado, das necessidades, a definição de prioridades e conteúdos programáticos, assim como um permanente monitoramento e avaliação dos resultados alcançados.

Quanto aos demais cursos ou treinamentos previstos no I Seminário de Planejamento - Capacitação dos Membros das Associações de Trabalhadores Extrativistas, Habilitação nos setores de Educação e Saúde, assim como o Treinamento das comunidades e assessores do CNS para participação no Cadastro Populacional e Plano de Utilização, ainda que apontados como prioridades, não encontraram condições factíveis e/ou oportunas de execução, durante o exercício de 1992.

Neste sentido, deve-se fazer uma avaliação da proposta de realização de 10 cursos por ano, pois isso significa, praticamente, um curso a cada dois meses o que é, do ponto de vista operacional, impraticável. A operacionalização de um curso nas Reservas Extrativistas requer um período de planejamento e atividades prévias, nunca menor do que um mês de trabalho. Considerando a distribuição destas comunidades ao longo dos rios (alto, baixo e médio cursos dos Rios Cajari e Maracá), a precariedade dos sistemas de transporte para estas regiões, os métodos tradicionais de mobilização comunitária, o deslocamento de treinandos e equipes de monitores etc, se constata ser praticamente impossível, assegurar que em 12 meses, 10 cursos sejam realizados.

Uma primeira avaliação destes números indica que aquelas metas foram super-dimensionadas e que o movimento dos seringueiros no Estado do Amapá não organização suficiente para absorver, sozinho, um Programa de Treinamento dessa magnitude.

Por outro lado, durante seu primeiro ano de implementação, este Programa de Treinamento, não chegou a impor um perfil próprio. Pretendeu, através de "metodologia participativa", estruturar-se, no processo, através do planejamento conjunto e compatibilizado com os demais projetos, entidades e órgãos envolvidos. A proposta original era o trabalho conjunto em sua totalidade e este pressuposto acabou sendo levado

entendido no "strictu sensu". Inexistia, assim, um programa de trabalho, previamente estabelecido, a partir de critérios técnicos, conhecimento acumulado sobre as reservas e definição de atribuições entre os diversos atores envolvidos.

Assim, o Programa de Formação, não se estabeleceu em torno de objetivos e metas, mínimas e claramente, definidas. Derivou ao sabor das demandas que foram emergindo: do CNS/AF e Associações de Trabalhadores Extrativistas, do IEA, da conjuntura estabelecida e do processo em curso. Em outras palavras, em torno de necessidades pontuais.

A continuar nessa linha, o Projeto corre o risco de não responder às reais necessidades de treinamento e capacitação na área ambiental e, em particular, naquilo que diz respeito, especificamente, ao desenvolvimento e consolidação das Reservas Extrativistas no Amapá.

O desenvolvimento destas Unidades de Conservação (de uso direto), passa, mas não necessariamente, se esgota, na capacitação de lideranças e comunidades locais. A consolidação do processo exige o estabelecimento de um Programa de Trabalho a partir de critérios claramente definidos e de um quadro de referência mais amplo acerca da realidade local e de sua complexidade. Centrar o foco de atuação exclusivamente na região sul do Amapá, nos Vales do Cajari e Maracá é, no mínimo, esquecer que as Reservas Extrativistas fazem parte de um processo mais amplo de ocupação da terra e mais complexo de inserção das populações que nelas residem, na economia regional e nacional.

Observação: Não foi possível concluir este item. Ficou faltando a parte do Programa de Formação, definida pelo IEA: Seminário de Planejamento (maio/92); Seminário Biodiversidade, Florestas e Populações (outubro/92) e demais atividades reprogramadas após crise com o CNS.

1.3.2.4. PROJETOS ECONÔMICOS E MICRO-PROJETOS -

A necessidade de projetos econômicos capazes de, no curto ou médio prazo, assegurar melhores condições de vida para as populações residentes nas Reservas e Projetos de Assentamento Extrativistas, sempre foi considerada como iniciativa fundamental à efetiva consolidação das mesmas. Neste sentido, a primeira e mais importante discussão se deu em torno da implantação de uma Usina de Castanha na Reserva Extrativista do Rio Cajari, cujo principal produto extrativo, para mercado, é a Castanha do Brasil.

A criação do CNPT veio possibilitar a contratação de consultoria especializada com o objetivo de elaborar aquele Projeto, bem como proceder aos estudos de viabilidade econômica do mesmo. Este Projeto "irá se desenvolver na Reserva Extrativista do Rio Cajari, no Município de Mazagão

que se encontra próximo ao Porto de Santana. Sua implantação acontecerá em duas etapas. A primeira, nas áreas de Marinho, Água Branca e Santa Clara. Um ano depois o projeto abrangerá as Áreas de Careca, Boca do Braço, São Pedro e outros"

(Lafleur: PROJETO CASTANHA - Beneficiamento Descentralizado de Castanha-do-Pará Estudo da Viabilidade Técnico-Econômico-Ecológico da Reserva Extrativista do Rio Cajari - Amapá. CNPT/ECOTEC. Junho,92).

O Projeto prevê a implantação de minis e micro usinas de beneficiamento, assim como de uma Usina Central capaz de beneficiar a produção e viabilizar sua comercialização a preços mais favoráveis aos extrativistas. Para a sua implantação, os recursos necessários totalizam US\$ 133,000.00 e estão previstos no âmbito do Programa Piloto para Conservação de Florestas Tropicais, na área de atuação referente à Produção e Comercialização de Produtos Florestais.

O Projeto IEA/FKA, prevê iniciativas na área de investimentos para desenvolvimento de atividades produtivas, através da implementação dos chamados **Micro-Projetos**.

Nesse sentido, no I Seminário de Planejamento do Projeto, foi decidido que os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá seriam priorizados uma vez que a Reserva Extrativista do Rio Cajari já estava contemplada pelos programas econômicos executados pelo CNPT/IBAMA.

Em diversas ocasiões foram discutidas as possibilidades de articulação entre a Usina de Beneficiamento do Rio Cajari com os Micro-Projetos a serem implementados no Rio Maracá. Uma das possibilidades seria a instalação de micro-usinas no Rio Maracá, a título de experiência piloto, as quais, após uma primeira etapa de beneficiamento da castanha (quebra e primeira secagem), escoariam a produção para a Central de Beneficiamento da Reserva Extrativista do Rio Cajari, para o beneficiamento final (novo processo de secagem, seleção de tipos e empacotamento) e, posterior, comercialização.

A falta de clareza quanto à oportunidade da experiência no primeiro ano do Projeto IEA/FKA, em sua fase inicial de implantação e, principalmente, a insegurança quanto ao aporte de recursos para a implantação da Usina do Cajari, não permitiram que se fosse adiante na implementação dos Micro-Projetos no Rio Maracá. Parte dos recursos previstos para o setor foram reprogramados para o orçamento de 1993.

Ao lado destes projetos, outros empreendimentos menores, têm sido pensados para as reservas. Por exemplo, pequenos estabelecimentos para o beneficiamento e comercialização do palmito do açaí e de outros produtos florestais; pequenas

estâncias (serrarias) para o aproveitamento de madeiras e desenvolvimento de movelaria para o atendimento de necessidades internas e outras iniciativas que visam a diversificação do uso da floresta e seus recursos (andiroba, copaiba etc). Esses, fazem parte de um Programa de Trabalho ainda não muito claramente definido pelo CNS/AF.

1.3.2.5. EDUCAÇÃO E SAÚDE - No âmbito do Programa Piloto estão sendo pensados projetos e atividades nos setores de Saúde e Educação. São eles: Treinamento de Monitores Comunitários de Educação, Construção de Escolas, Produção de Cartilhas Adaptadas de Educação, Apoio às Atividades dos Monitores Comunitários de Educação, Treinamento de Agentes Comunitários de Saúde e Monitoramento de Ações de Saúde, Construção de Postos de Saúde, Controle Sanitário de Fontes de Abastecimento de Água, Montagem de Sistema de Abastecimento de Insumos para Atendimento de Saúde e, finalmente, Apoio às Atividades dos Agentes Comunitários de Saúde.

Considerando as enormes carências nos setores de educação e saúde, a grande extensão das áreas a serem beneficiadas, assim como o fato de que intervenções dessa natureza são, muito mais, atribuições próprias do Estado e/ou da Federação do que de organizações não-governamentais, a participação do Projeto IEA/FKA apresenta reduzidas possibilidades de atuação. Talvez, possa se configurar através da viabilização de treinamentos, em áreas específicas e compatíveis com seu perfil ou, ainda, a título de experiência piloto, num trabalho de educação ambiental ou sanitária voltado para algumas das comunidades das áreas.

1.3.2.6. ESTUDOS E/OU PESQUISAS - No I Seminário de Planejamento do Projeto, ficou estabelecido que seriam priorizadas as ações voltadas ao apoio necessário à elaboração do Plano de Utilização das Reservas e Projetos de Assentamento Extrativista dos Rios Cajari e Maracá, com o envolvimento das seguintes instituições e órgãos públicos: IEA/FKA, IEA/YALE, IEA/CNS/AP/WWF, Projeto GENESYS e IBAMA/CNPQ.

Dentre os objetivos, específicos, definidos para o Programa de Estudos e/ou Pesquisas do Projeto IEA/FKA, constavam: a) identificar as demandas por estudos, levantamentos e/ou pesquisas necessárias à elaboração do Plano de Utilização das Áreas; b) desenvolver metodologia de elaboração de Planos de Utilização para áreas de desenvolvimento sustentável; c) articular diferentes entidades, organismos e/ou pesquisadores com o objetivo de proceder aos estudos e/ou pesquisas; d) promover consultorias técnicas com vistas à elaboração dos Planos de Utilização e, e) participar e acompanhar os levantamentos, estudos e/ou pesquisas relacionadas com o Plano de Utilização.

Todavia, conforme foi visto no item Implantação de Reservas e Projetos de Assentamento Extrativista, pouco se avançou neste sentido. O cadastramento populacional da Reserva Extrativista do Rio Cajari teve início, através de articulação entre CNS/AF, CNFT/IBAMA e RURAF, há pouco mais de um mês e desta articulação não participaram o Projeto IEA/FKA, assim como o Projeto GENESYS que haviam colocado à disposição do trabalho apoio técnico e operacional. A este respeito, algumas considerações merecem ser feitas.

A iniciativa de fazer, a partir de um único instrumento de coleta de dados, cadastramento populacional e levantamento sócio-econômico, apresenta dificuldades de ordem operacionais, metodológicas e técnicas.

O cadastramento e a pesquisa populacional de uma área com as dimensões da Reserva do Cajari, demanda um planejamento detalhado que passa, necessariamente, pelo conhecimento e desenho prévio do universo a ser pesquisado, pelo estabelecimento de uma estratégia, muito bem definida, de acesso às comunidades (braços de rio e igarapés interiores) da reserva, apoio logístico significativo, manutenção de equipes de pesquisadores treinados, assim como acompanhamento direto dos trabalhos, por supervisores de campo com conhecimento da região e dos procedimentos básicos da pesquisa científica.

No caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari, desconhe-se o número total de moradores, sendo este estimado em torno de 1.000 famílias residentes, a partir de dados da SUCAM, hoje Fundação Nacional da Saúde/FNS. A atualização destes dados ao lado de outros mais recentes, como os do último censo demográfico (91), seriam pré-requisitos fundamentais para um trabalho dessa natureza.

Por outro lado, o caráter censitário que está orientando aquele levantamento é, estatisticamente, desnecessário. Ainda que o universo a ser pesquisado não seja de todo conhecido, estudos anteriores, apontam para a possibilidade de utilização de uma amostra representativa do universo com vistas à elaboração do seu diagnóstico sócio-econômico.

Dois elementos devem orientar a definição de uma amostra da população residente na Reserva Extrativista do Rio Cajari: o primeiro refere-se a relação entre população, organização espacial das atividades econômicas e ecossistemas. Considerando estes aspectos, poder-se-ia estabelecer uma amostra onde deveriam estar representados trabalhadores extrativistas do Baixo, Médio e Alto Cajari que, numa aproximação ainda grosseira, corresponderia às várzeas (Baixo Cajari), aos campos (Médio Cajari) e terras firme onde encontram-se os castanhais (Alto Cajari); o segundo aspecto, refere-se ao fato de que sendo o trato com a floresta um dado comum a todas as comunidades, poder-

seria, igualmente supor que, uma vez considerada a variável acima, inexisteriam diferenças significativas entre a população considerada (amostra) e a população total (universo), beneficiada com criação da Reserva Extrativista.

Considerando todos estes problemas, a participação do Projeto IEA/FKA no Diagnóstico Sócio-Econômico da Reserva Extrativista do Rio Cajari, passaria, necessariamente, pela redefinição metodológica do trabalho em execução, assim como por uma nova estratégia de operacionalização da pesquisa.

Assim, no que se refere à esta área de atuação, após as resistências e limitações encontradas para a consecução dos objetivos definidos no I Seminário de Planejamento, a coordenação do projeto, convencida da necessidade de se consolidar uma área de Estudos e/ou Pesquisas, no âmbito do Projeto IEA/FKA, buscou redirecionar sua atuação tendo como orientação as demandas surgidas durante o primeiro ano do projeto, a redefinição institucional em curso no IEA e as possíveis articulações com projetos em execução em outras áreas: Mercados da Floresta e levantamento das Políticas Públicas Ambientais.

A necessidade de ampliação da base de informações sobre o Amapá, de outros segmentos populacionais, alguns deles tão ou mais representativos do que os seringueiros e castanheiros e, ainda, de seus respectivos ambientes naturais, determinou que se desse início a um trabalho preliminar de levantamento de dados secundários, que permitisse entender o Estado como um todo, em suas articulações com a economia regional e nacional. Este trabalho teve início há pouco mais de um mês, subsidiou a elaboração deste documento e possibilitou mapear todos os projetos ambientais em execução no Estado do Amapá. (Anexo do Documento Final)

No âmbito do Projeto Mercados da Floresta dois produtos foram identificados como objeto de futuras investigações - o grude da guriuba e a andiroba - e, ainda, contratada uma consultoria com vistas a identificação dos recursos florestais, com potencial econômico, presentes no Estado do Amapá.

2. BREVE CARACTERIZAÇÃO DO AMAPÁ

2.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As influências que a forma e a época de ocupação acarretam sobre a configuração sócio-econômica de um espaço geo-político são significativas e reconhecidas. No caso do Estado do Amapá tais influências se fazem, até hoje, sentir de forma acentuada, na medida em que certas especificidades estaduais são ainda fortemente marcadas pelo seu processo histórico de ocupação, em especial por sua recentidade.

Deve-se considerar que apenas recentemente o Amapá atingiu a categoria de Estado da Federação. Data da Constituição de 1988 a implantação de fato e de direito do então Território em Estado.

Os primórdios de sua ocupação foi marcado por conflitos devido as suas riquezas minerais e ao fato de fazer fronteira com outros países. Na época colonial, o potencial de exploração mineral, ouro em particular, foi o ponto de conflito, entre a Coroa Portuguesa e a França, na delimitação da fronteira brasileira. A solução do conflito ocorreu a menos de 100 anos quando, em 1900, o Conselho Federal Suíço (Tratado de Berna), reconheceu o direito brasileiro à área em litígio e, em 1901, a região do atual Estado do Amapá foi incorporada como Território ao Estado do Pará.

Nesse sentido, por apresentar fronteiras internacionais a questão de segurança nacional sempre se fez presente, de forma acentuada, como elemento de atenção sobre a área, desde o início de sua ocupação.

Ainda no período colonial, o interesse motivador da ocupação da área residiu na questão de resguardar a fronteira e não de efetivar sua exploração produtiva. Portanto, o estímulo ao povoamento foi reduzido. Nem mesmo a exploração do ouro, iniciada em 1900, conseguiu detonar um movimento mais intenso de ocupação. Esse só se verificou na década de 40, com a descoberta e a exploração das jazidas de manganês na Serra do Navio, e o interesse do Governo da União em promover uma ocupação mais efetiva da região por motivos de segurança da fronteira.

Assim, foi instituído o Território Federal do Amapá, através de Decreto em 1943. A administração do Território, por parte do Governo Federal, esteve voltada, a partir de 1949, para a criação de núcleos de povoamento realizados através de pequenos agricultores e para a implantação de uma estrutura administrativa local.

Para dimensionar o quanto o Estado do Amapá é recente, no relativo à sua base produtiva, administrativa-governamental e, conseqüentemente, infraestrutura sócio-econômica, deve-se considerar que só foi efetivamente considerado, pelo Governo Federal, como espaço de ocupação produtiva, num período em que a economia brasileira já tinha superado sua fase primário-exportadora e caminhava, a passos largos, para um processo de industrialização.

No que diz respeito à problemática ambiental, o relativo isolamento do Amapá foi positivo por impedir a degradação do meio ambiente, comum aos estados brasileiros onde a exploração produtiva tem sido acompanhada pelo esgotamento dos recursos naturais, degradação do meio ambiente, erosão dos solos férteis e até processos de desertificação.

Contudo, não ficou isolado dos interesses do grande capital, nacional e internacional. Como se verá na seqüência, o setor de exploração mineral é dominado por grandes grupos nacionais e internacionais.

Esses grupos, ainda não de todo atuantes no estado, lotearam o Amapá e estão pesquisando alternativas economicamente viáveis para implantar suas empresas que, como toupeiras gigantes, pretendem perfurar o Estado e extrair suas riquezas minerais.

Exemplo desse fato, que faz parte da história recente do Amapá, se verifica na exploração do manganês, dominada por um grupo, cuja origem do capital é americana, que desde o início de sua exploração, na década de 40, é dominada monopolicamente pelo grupo CAEMI, através de um contrato de arrendamento que deve durar até o ano de 2003.

Esse grupo, em grande parte responsável pela atração populacional no eixo Macapá/Santana/Serra do Navio, construiu uma infraestrutura - ferrovia, rodovia, porto e cidade para os empregados mais qualificados, contribuindo para a formação do comércio local, de um setor de serviços e acelerando o processo de urbanização no Estado.

Para o efeito dinamizador dessa atividade, colaborou, também, o Governo Federal propiciando a infraestrutura energética (Usina Hidroelétrica Coaracy Nunes em 1975) e serviços sociais básicos.

2.2. ASPECTOS FÍSICOS E RECURSOS NATURAIS

Antecedendo a análise do Estado do Amapá é importante que se tenha uma visão, mesmo que rápida, da Região

Amazônica, em particular sobre as especificidades de seu meio ambiente. Essas especificidades determinam as possibilidades e os limites de sua exploração enquanto espaço produtivo que, sobretudo, requer cuidados especiais para sua exploração.

Assim, aqui se coloca algumas informações sobre os ecossistemas amazônicos com a intenção de que sejam consideradas como um quadro de referência quando da análise do Estado do Amapá.

Segundo Orlando Valverde um ecossistema é "um conjunto de seres vivos, associados entre si e com o meio ambiente (habitat), com intercâmbio de energia". No caso dos ecossistemas amazônicos o autor considera que: "são autosustentados; constitui uma flora e fauna extremamente ricas sob um solo geralmente muito pobre, em terra firme". (1)

(1) Geógrafo, Presidente da Campanha Nacional de Defesa e pelo Desenvolvimento da Amazônia (CNDDA). "A Amazônia: o meio ambiente in: "Estudos e Problemas Amazônicos, história, social e econômica e temas especiais. SEDUC/IDESP, Pará, 1989, 208p., p.57

A pobreza do solo advem de sua história geológica que determinou a formação de seu solo e de sua cobertura vegetal, denominada de floresta equatorial ou tropical úmida. Essa baixa fertilidade natural dos solos amazônicos é seu grande paradoxo e provoca sérios equívocos, justamente pela forte aparência que a floresta apresenta. Ou seja, a exuberância da floresta equatorial, com suas árvores colossais, de grande diâmetro e de até 40 a 50 metros de altura, provoca a idéia de que está assentada sobre solos ricos em nutrientes.

Todavia a exuberância aparente das árvores contrasta com suas raízes que, ao contrário das raízes pivotantes das árvores das florestas de clima frio ou temperado, "se expraíam a menos de um metro de profundidade ou se estendem pela superfície do solo" (2).

(2) Idem 1, pag 68.

Essa relativa superficialidade das raízes das árvores da floresta amazônica é uma adaptação ao seu solo e clima, na medida em que essa formação vegetal se sustenta extraindo os escassos sais minerais, "encontrados em maior abundância numa camada superficial que não ultrapassa 20 ou 30 centímetros". Isso significa que a fertilidade dos solos "está numa delgada camada de húmus à flor da terra. Abaixo disso, encontramos dezenas ou talvez centenas de metros de areia estéril." (3)

(3) MAGALHÃES, Juraci Perez. "A Organização Desordenada da

Amazônia e seus Efeitos Econômicos, Sociais e Ecológicos." Gráfica e Editora Completa Ltda, Brasília, 1990, 112p., pag 92.

Dessa falsa impressão de fertilidade decorre um dos graves problemas da Região, já que determinadas atividades agropecuárias, em particular, são implementadas sem considerar esse fator, bem como as consequências degradantes das mesmas.

Isso vem ocorrendo desde o final do século XVIII, quando os jesuítas fundaram Vila Franca, com cerca de 10.000 homens e tentaram uma agricultura intensiva que após as primeiras colheitas resultou em fracasso com a degradação dos solos. O mesmo ocorreu com as tentativas do Governo, a partir de 1750 que pretenderam colonizar a Região, através da ocupação via agricultura de subsistência, e fornecer alimentos para os trabalhadores das atividades extrativas.

Mesmo as tentativas da iniciativa privada, através de capital americano, resultaram em fracasso - Cia Ford Industrial do Brasil, entre 1928/1934 e, mais recentemente, o Projeto Jari - quando pretenderam explorar a Região através de uma agricultura não adequada.

Iniciativas recentes do Governo, como a do I Programa de Integração Nacional de 1970 e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agropecuária no Norte e Nordeste, de 1971, não consideraram esta característica, de fragilidade dos solos amazônicos, e provocaram a devastação de extensas áreas sem nenhum retorno produtivo.

Entretanto, estas ocorrências serviram para alertar sobre a fragilidade dos ecossistemas regionais, bem como para a necessidade de conhecê-lo cientificamente com o objetivo de explorá-los através de práticas adequadas que proporcionem retorno no médio e longo prazo.

A partir dos estudos realizados, ficou comprovado que a Região Amazônica possui áreas aptas às atividades agropecuárias e, indicadas, as práticas sob as quais deve ser explorada. Foi também comprovado seu potencial de exploração vegetal e mineral e também indicado que devem ocorrer sob determinadas condições para evitar o risco de prejudicarem os ecossistemas.

O caso das atividades de extração vegetal, ainda não mencionadas, foram sobremaneira importantes na formação sócio-econômica da Região e, ao contrário das agropecuárias, apresentaram resultados positivos da ótica dos investimentos realizados.

Essas atividades, que tiveram na extração do látex e produção da borracha sua maior representatividade, foram lideradas pelo capital comercial, cuja característica principal é a de extrair uma riqueza sem provocar um movimento efetivo de acumulação no sistema produtivo em que se insere.

No caso da borracha, "a captação dos lucros das atividades, dá-se no sentido inversamente proporcional à distância dos agentes financeiros e comerciais em relação à zona de produção, de tal forma que os produtores diretos, lá no fundo da mata, coletando látex, pouco ou nada conseguiram reter, de vez que os lucros da atividade 'fugiam' para as 'pontas do sistema' e, conseqüentemente, para fora da região - os bancos estrangeiros e casas exportadoras; e ainda, o que nela ficava, concentrava-se nas mãos dos exportadores das cidades (4)".

(4) LOUREIRO, Violeta R., SUDAM/OEA, Programa de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos, Estudos Proposta de Política Antropológica, Documento para Discussão, Belém, julho de 1990, 19 p., p.2.

Deve-se agregar a esse reduzido número de beneficiários da produção da borracha, os empresários norteamericanos, que a industrializavam e que auferiram grandes margens de lucros com esta matéria-prima.

Raciocínio similar pode-se aplicar à extração mineral, porque também acaba por beneficiar, sobremaneira, uma acumulação de capital concentrada em reduzido número de grandes grupos empresariais.

Esses fatores são responsáveis pelo perfil sócio-econômico regional, marcado por atividades concentradoras de capital e de riqueza entre poucos e, na outra ponta, a grande maioria da população vivendo em condições de subsistência - pequenos produtores - ou de trabalho aviltante com reduzidas chances de remuneração condizente.

No que diz respeito às conseqüências sobre os ecossistemas, tais atividades têm sido realizadas de forma predatória, sendo responsáveis pelos atuais problemas de degradação ambiental em vastas áreas da Região Amazônica.

Sob este aspecto, o Estado do Amapá, pode ser considerado privilegiado em relação a outros tais como Rondônia, Acre e Sul do Pará, onde os reflexos dessas atividades se fazem sentir com maior intensidade.

Na origem dessa privilegiada situação do Amapá, está a recentidade de seu processo de ocupação e exploração. Esse processo, como se viu no item anterior, é recente e permitiu seu isolamento relativo dentro do espaço regional e nacional.

Tendo esse quadro como referência, analisar-se-á o Estado do Amapá. Sua superfície territorial é de 140.267 km², correspondendo a 3,9% da Região Norte do Brasil e 1,6% do País (5). Aproximadamente, 1.208 Km² é recoberto por águas internas. Sua fronteira é de 2.392 Km², sendo 707 Km² de fronteira internacional (Suriname e Guiana Francesa), 1.093 de fronteira com o Estado do Pará e 598 de costa do Oceano Atlântico. Atualmente está subdividido em 15 municípios. (Mapa I)

(5)As informações deste item foram, exclusivamente, retiradas de: Governo do Estado do Amapá/Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral/Departamento de Planejamento, "Aspectos Sócio-Econômicos do Estado do Amapá", 1991 e _____, "Plano de Ação Governamental, 1992/1995.

Apresenta três regiões fisiográficas fundamentais: a Planície, o Baixo Platô e o Maciço Antigo.

A Planície acompanha a zona costeira desde a baía do Oiapoque até às margens do Rio Jari, possui fisionomia variável, apresentando cordões litorâneos e fluviais indicativos da instabilidade de suas margens; leitos fluviais que num passado geológico recente escoavam as águas de um rio caudal do porte do atual Araguari e uma zona de transição que, se fisiograficamente integra a planície, por outro lado, constituiu a zona frontal dos tabuleiros.

O Baixo Platô, também denominado Tabuleiro Regional, se estende do Cunani até o Jari. Caracteriza-se como área de plains sub-horizontais, de caimento muito suave para a planície, brusca e frequentemente interrompido por baixas escarpas.

O Maciço Antigo, é o domínio fisiográfico predominante em termos de área, ocupando praticamente toda a região centro-ocidental do Estado, também apresenta a maior variedade quanto ao grau de movimentação do relevo, estando aqui localizados os principais acidentes físicos relevantes do Amapá como a Serra do Tumucumaque, Serra Lombard, Serra do Navio e Serra da Pancada.

A hidrografia do Estado é marcada pela existência de grandes bacias, as de maior importância são a do Araguari e do Amaporé. Drenando a parte central do Estado, seus rios seguem o sentido Norte-Sul, dobrando para leste até encontrar as águas do Atlântico.

Além dessas grandes bacias, existem outras menores, pois o território apresenta forte variedade, desde os grandes rios já mencionados, passando por outros também de porte

como o Diapoque e o Jari, até pequenos Igarapés que se insinuam nas terras baixas e no interior da floresta equatorial.

As grandes bacias hidrográficas do Amapá demonstram seu potencial hídrico em termos energéticos e de sistema hidroviário.

As possibilidades de aproveitamento energético já foram pesquisadas para os Rios Araguari e Jari, que concentram as maiores quedas d'água do Estado. Apresenta também pequenos rios, passíveis de aproveitamento através de pequenas centrais hidrelétricas.

Em termos hidroviários seus rios são da máxima importância, pois sustentam todo o sistema de transporte do Amapá. Através desse sistema é que a capital se interliga com os seus municípios e com outros Estados da Região Norte, com o Brasil e o exterior. (Mapa 2)

Através do Rio Amazonas, em seu braço Norte, e do Oceano Atlântico, desenham-se quatro macro-rotas de hidrovias viáveis .

- Macapá - Diapoque - Região do Caribe;
- Macapá - Baixo Amazonas - Manaus;
- Macapá - Ilha do Marajó - Belém,;
- Macapá - Laranjal do Jari.

A nível interno, o Amapá possui uma vasta rede de rios e igarapés que permitem, durante grande parte do ano, a interligação dos diversos lugarejos e comunidades rurais.

Os solos do Amapá, do mesmo modo que os da Região Amazônica, apresentam fertilidade natural baixa. Os Latossolos Vermelho Amarelo, abrangem 50% do território do Estado e, além da baixa fertilidade, possuem textura variável de arenosa a muito argilosa. As demais classes de solo, apesar de variações, não apresentam aptidão mais significativa para a agricultura.

O clima característico é fortemente influenciado pela frente tropical e do tipo equatorial úmido. A incidência, quase vertical, dos raios solares durante o ano determina intenso aquecimento com temperaturas que variam entre mínimas de 22 e 23 graus centígrados e máximas de 32 e 33.

O regime das chuvas, também influenciado pela frente tropical, determina duas estações: a de chuvas, localmente chamada de inverno, se estende de janeiro a julho; e a de secas ou verão, vai de agosto a dezembro.

Os aspectos de solo e clima merecem um alerta no relativo às questões ambientais. Se considerarmos a intensa

ação dos raios solares e das precipitações pluviométricas, própria das regiões equatoriais, verifica-se que a existência das florestas é um elemento de proteção do solo. Assim, o desmatamento e as práticas agrícolas que deixam o solo descoberto por longos períodos, provoca a degradação dos solos e sérios desequilíbrios ambientais.

Em termos de cobertura vegetal, no Amapá existem cinco tipos de combinações. A Região Ecológica do Cerrado, subdividida em duas sub-regiões, a dos Tabuleiros do Amapá e a dos Tesos do Marajó. Na primeira encontramos o Cerradão que ocorre em algumas áreas do Norte e Centro do Estado e cobre terrenos de relevo ondulado e vales; os Campos Cerrados, que têm como característica as Matas de Galeria que acompanham os cursos d'água perenes e vales úmidos, apresentam-se, também, com uma vegetação arbórea baixa e esparça; as Áreas de Parques caracterizam-se por uma vegetação composta de gramíneas, plantas lenhosas e pequenas árvores. A sub-região dos Tesos de Marajó, que ocorre principalmente nas ilhas, apresenta vegetação similar à dos Parques. (Mapa 3)

A segunda combinação é a da Região das Formações Pioneiras, compreende as áreas da faixa litorânea desde a foz do Rio Diapoque até o Estuário Amazônico. Apresenta duas sub-regiões, a dos Campos e Planícies com áreas ligadas ao Estuário Amazônico, compreendendo o conjunto de ilhas da costa do Amapá; e, a do litoral ou mangues.

A Região Ecológica da Floresta Densa, é a mais extensa das três regiões ecológicas, apresenta-se sub-dividida em cinco sub-regiões: a dos Baixos Platôs, composta por uma floresta de alto porte; a Aluvial com a Área do Continente a qual abrange os terrenos situados ao longo da margem esquerda do Canal do Norte e em manchas distribuídas até os Rios Caciporé e Uaçá, nela ocorrem florestas adaptadas aos diversos níveis d'água, e a Área das Ilhas, compreende o conjunto de ilhas do Arquipélago de Bailique e da parte Norte do Estuário Amazônico.

As áreas rochosas, geralmente lageados, onde ocorre uma vegetação arbustiva. Por último, temos as Áreas de Contato, caracterizada pela existência de florestas densas no domínio dos cerrados e vice-versa.

No relativo ao seu sub-solo o Amapá apresenta-se bastante rico em recursos minerais, tanto metálicos como não-metálicos. As ocorrências já constatadas são, em sua maioria, de substâncias minerais metálicas como manganês, ouro etc. Entre as substâncias não-metálicas encontram-se o caulim, bauxita e materiais ligados à construção civil, areia, argila, seixo e etc.

Dentre esses recursos os mais importantes são o ouro que ocorre em várias áreas do Estado, sendo as de maior

importância as jazidas do eixo Lourenço-Caciporé; o manganês na região da Serra do Navio; e o caulim na região do Jari.

O potencial de recursos minerais ainda não é totalmente reconhecido, as pesquisas se encontram em andamento, não só para verificar todo seu potencial, mas, também, sua localização e viabilidade de exploração econômica. (Mapa 4)

2.3. BASE PRODUTIVA

A análise da base produtiva de um estado, em geral, se inicia posicionando-o no sistema produtivo nacional. No caso do Amapá esse procedimento revela que, dessa ótica, sua posição é residual frente à produção brasileira. Acontecendo o mesmo em relação à Região Norte.

Os dados de valor bruto da produção industrial brasileira revelam que, em 1985, a participação dos seis estados da Região do Norte na geração desse valor era de cerca de 2,3%. Para esse resultado o maior responsável foi o estado do Amazonas que contribuiu com aproximadamente 63% da geração do valor da Região Norte. (6)

(6 e 7) Fonte de dados: IBGE Censos econômicos de 1985, indústria, comércio e serviços, Vol. I Região Norte.

A Região Norte apresentou, em 1985 participação mais expressiva a nível nacional na produção extrativa mineral, para a qual contribui com aproximadamente 5,6%. Para esse resultado contou com 10,0% da produção do Amapá, 39,3% do Amazonas, 36,5% a região do Pará e, o restante, foi composto pelos demais Estados. (7)

As participações mais expressivas do Amapá ocorrem dentre as atividades de reduzida expressão econômica no País: por exemplo, em 1989, representou cerca de 48,0% do valor da produção nacional de Dendê em coco; 35,7% no de Hévea (látex líquido); 12,8% na de Castanha-do-Pará. Mesmo no valor da produção do Manganês, que possui grande indústria no Estado, em 1988, a participação do Amapá foi de 0,04% frente ao valor da produção nacional. (8)

(8) Fonte dos Dados. IBGE Anuário Estatístico do Brasil - 1991

Os dados de Composição da Renda do Estado revelam, para 1980, que o Setor Industrial (extrativa mineral, de transformação e construção civil) é o mais importante no Amapá;

ele é responsável por aproximadamente 52,3% dessa renda, seguido pelo Setor Agropecuário com 24,5% e de Serviços 22,0%. (9)

(9) FONTE DE DADOS: MINTER/DEA/SUDAM. " Programa de Estudos e Pesquisas nos Vales Amazônicos - PROVAN, Convênio SUDAM/IFEA, Tabela 2.2.

Dentre os ramos do Setor Industrial, o maior peso cabe à Indústria Extrativa Mineral e de Transformação que respondem por 89,2% do valor do Setor. No caso do Setor Agropecuário sua composição é um pouco mais equilibrada, 42,5% corresponde ao Extrativismo Vegetal, 34,2% à Pecuária, 23,1% à Agricultura, em 1980.

Informações mais precisas sobre ramos e gêneros dos setores da Indústria Extrativa Mineral e de Transformação são indisponíveis no Estado, quer seja pela simples falta de estruturas de coleta de dados, quer pela obrigatoriedade de "sigilo", contida na legislação vigente para evitar que o informante seja identificado. Isso acontece, em geral, quando o número de informantes é reduzido, caso perfeitamente aplicado ao Amapá, que possui uma base industrial assentada sobre um pequeno número de empresas.

Todavia, apesar de pequenas em número essas empresas representam grandes capitais, nacionais e internacionais, o que encobre a realidade que se deseja estudar. Contribui também para isso a sonegação e os incentivos fiscais, comuns as atividades mineradoras, não só no Amapá mas no Brasil.

Os documentos oficiais da Secretaria de Planejamento/SEPLAN, colocam que: "A atividade mineral figura como uma das mais relevantes no campo de sua produção econômica, tanto pelo volume de mão-de-obra aplicada, quanto pelo valor agregado a seus produtos com a transformação industrial, relevando-se de grande importância dentro do processo industrial do estado".(10)

(10) op.cit 5 sem paginação

Destacam também que, apesar de seu potencial mineral-manganês, caulim, ouro, cromita, tantalita, bauxita, ferro, cassiterita e outros não atraiu a atenção dos empresários. "Tanto que, desde o início da década de 20 até meados dos anos 80, registrou-se apenas a ICOMI, como empresa de grande porte atuando no setor, na extração do minério de manganês, além de pequenos serviços de garimpagem de ouro em diversos pontos do Estado.

Somente nos finais da década de 80, a mineração ganhou expressão no contexto sócio-econômico do estado, com a diversificação da exploração a nível industrial e a manutenção da

representatividade como geradora de emprego e renda. Para isso muito influenciou a descoberta de novos veios auríferos nos municípios de Calçoene, Oiapoque e mais recentemente Tartarugalzinho, motivando o deslocamento de grandes levas de garimpeiros para essas áreas, e influenciando no ânimo do empresariado do setor para investimentos em pesquisa e exploração."

Este documento apresenta um quadro com os empreendimentos do setor mineral no Amapá, onde se verifica que além do manganês, as empresas estão investindo em pesquisa e lavra de ouro em maior número seguido do caulim, cromita, ferro-liga, tantalita e diamante. (Quadro 1)

As empresas do grupo CAEMI (da qual faz parte a ICOMI, responsável pela exploração do manganês), são responsáveis pelos investimentos exclusivos em caulim, cromita, ferro-liga e, em ouro, concorrem com outras grandes empresas.

A exploração do ouro se caracteriza por ser realizada por grupos com grande potencial de investimentos financeiros, além de serem agraciados com isenções fiscais, por um lado e, por outro, por garimpeiros individualizados e descapitalizados. Isso significa exploração com alta tecnologia, por parte das empresas, e da forma mais rudimentar possível, pelo lado dos garimpeiros.

A exploração empresarial do ouro é dominada por duas empresas, representantes de grandes grupos empresariais a YOKIO YOSHIDOME S.A., a Mineração NOVO ASTRO, localizada na vila de Lourenço e município de Calçoene. Segundo a SEPL, até 1983 a garimpagem se destacava na exploração de ouro, da qual respondia por 88,5% regredindo a partir dessa data quando toma vulto a exploração por parte das empresas, essa tem seu auge em 1986 quando representou 77,5% da produção. Porém, em 1987, a exploração garimpeira volta a tomar vulto com um crescimento da ordem de 100% enquanto que a exploração empresarial cresce 57%.

Apesar dessa performance da produção garimpeira, a tendência é que a produção empresarial tome vulto no Estado, dada a capacidade financeira das empresas que a dominam, além disso têm as jazidas de ouro sob seu controle. A NOVO ASTRO possui jazidas primária e secundária com reservas de 1.055,9 mil toneladas e 921,7 mil toneladas respectivamente. A Mineração YOKIO YOSHIDOME S.A controla um depósito mineral de 30,9 mil toneladas caracterizado como primário e 3.132 m³ como secundário.

A interpretação dos técnicos do governo, é que a exploração empresarial do ouro não degrada o meio ambiente, mas que isso se verifica na exploração garimpeira. Contra essa última, tem também que é negativa por ter sua comercialização

realizada fora dos esquemas de arrecadação fiscal.

A exploração do manganês, que já foi a mais representativa do Estado, vem se reduzindo devido à concorrência de novos fornecedores a nível internacional, pois sua produção tem por destino o mercado externo. Como alternativa a ICOMI, responsável por essa atividade, está se voltando para o aproveitamento do manganês na produção de ferro-liga, pois tem um contrato de exploração das jazidas desse minério até o ano de 2.003.

A produção de ferro liga se dá a partir do aproveitamento do manganês de baixo teor e da cromita. Para a sua produção o grupo CAEMI, criou a Companhia de Ferro-Ligas do Amapá - CFA.

Outro braço desse grupo realiza a exploração do caulim, através da CADAM, cujo projeto engloba terras no Amapá e Pará. No Amapá ficam as jazidas, localizadas no município de Laranjal do Jari, com os setores de geologia e mineração enquanto no Pará ficam os demais setores que incluem a fábrica e o porto de embarque; 65% da produção se destina para o mercado externo.

A indústria de transformação no Amapá é residual frente à de extração mineral na composição da renda do Setor Industrial. Seus gêneros mais representativo são: madeireiro, mobiliário e alimentar. A representatividade desses gêneros, segundo documentos da SEFLAN advém do seu número de estabelecimentos e por gerarem empregos, contudo não trazem informações sobre sua participação no PIB estadual.

O gênero alimentos, está assentado em apenas três produtos: palmito, pescado (camarão-rosa) e panificação. Os dois primeiros tem como principal destino o mercado nacional e internacional e o último o mercado local.

No gênero madeireiro destacam-se duas empresas, uma que produz madeira compensada e outra madeira serrada.

O gênero mobiliário apesar de expressivo em termos de número de estabelecimentos e de gerador de empregos não chega a abastecer o mercado local, pois o Estado é caracterizado como exportador de matéria prima e importador de produtos industrializados.

Os dados de valor Agregado do Setor Industrial revelam que a Indústria Extrativa e de Transformação responde por 73,6% e a de Construção Civil por 26,3% em 1984. O ramo da Construção Civil, apesar de se colocar em segundo lugar tem apresentado participação crescente no Valor Agregado do Setor Industrial, em 1970 era de 14,8%. (TABELA 1) Tal performance se deve mais aos investimentos do Governo do que aos demais setores

ou da população (residências).

Quanto ao Setor Primário, a evolução de seu Valor Agregado demonstra o fortalecimento do Extrativismo Vegetal, 79,0% em 1984, em detrimento das atividades pecuárias e agrícolas, 2,0% e 10,0%, respectivamente.

Não se dispõe de dados sobre o valor dos produtos da Extração Vegetal, contudo, no Amapá se destacam alguns produtos como a madeira, a Castanha do Pará, a borracha, o açaí e algumas sementes oleaginosas.

Segundo documentos da SEPL (11), a exploração das florestas naturais não é uma atividade dinâmica pois inexistem "projetos empresariais que utilizem tecnologias adequadas de manejo, o que permite que um grande número de especuladores extraia madeira sem qualquer respeito às leis preservacionistas e execute atividades à margem da fiscalização oficial.

(11) Plano de Ação Governamental. 1992/1995, p. 55 e 56.

Em contraposição, a SEPL interpreta a atividade de exploração das florestas plantadas, "exercidas por alguns projetos", como positiva. "Atualmente, a atividade está sendo dinamizada por uma das empresas do grupo CAEMI, A Amapá Florestal e Celulose S.A., que tem no Pinus sua principal matéria prima.

Além da celulose, outras espécies florestais são trabalhadas pela citada empresa com o intuito de diversificar sua produção, inclusive, já dispões de material botânico selecionado para produzir carvão vegetal provenientes de florestas artificiais."

Quanto a castanha e a borracha são comercializadas em Belém, segundo a SEPLAN (12), do que deduz não carregam divisas para o Amapá. O contrário ocorre com o palmito, cuja exploração, visando sua industrialização, tem "gerado divisas de considerável valor". Isso vem ocorrendo, desde a década de 70, devido à grande aceitação do palmito amazônico no mercado externo, o "que tem oportunizado a instalação de várias fábricas de palmito no Estado, e que, com algumas exceções, com o surgimento de fabriquetas de características nomades, tem intensificado violentamente o caráter predatório da exploração de palmito, causando sérios danos de cunho ecológico."

(12) Aspectos Sócio-Econômicos..., item 5.1.3)

A produção agrícola, que vem perdendo participação, absoluta e relativa (tabela 1), no valor da produção do Setor Primário Estadual, está voltada basicamente para os produtos que compõem a cesta básica da população local:

mandioca, arroz, milho e feijão.

Os dados mais recentes de área e volume produzido desses produtos, revela que, em geral, se reduziram quase em 50%, no período de 1984 a 1988, com exceção para o feijão que, apesar de oscilar, apresentou pequeno acréscimo. (Tabela II)

Entre os principais produtos das lavouras permanentes, no Estado, temos a banana, declinante, em termos de área e produção no período considerado (1984/88) e a pimenta-do-reino com evolução similar; já a laranja e o abacaxi apresentaram pequena evolução positiva, merecendo destaque a produção de abacaxi que, pelos dados, deve ter tido aumentos de produtividade já que a evolução da produção foi mais significativa do que a de área.

A pecuária tem apresentado crescimento positivo em seu efetivo de bovinos, bubalinos, suínos, equinos, ovinos, caprinos e, em menor monta de aves. (Tabela III)

Para a SEPLAN, a produção agrícola não tem sido suficiente para suprir as reais necessidades de consumo interno, atribuem esse fato à: "escassez de recursos bem como a falta de um plano integrado e consolidado de trabalho instrumentalizando diretrizes e estratégias compatíveis com a realidade setorial e a não priorização do setor agrícola por parte do Governo como principal agente condutor da economia do Amapá,..." (13)

(13) Op.Cit 12, item 5.1.4..

No Plano de Ação Governamental são colocados outros entraves que contribuem para o quadro da agricultura no Estado: como a necessidade de corrigir a deficiente aptidão agrícola das terras; carência de água em determinadas épocas do ano; baixo contingente populacional em áreas rurais com terras aptas à agricultura; falta de complementação e asfaltamento parcial da BR 156; presença da atividade garimpeira com maior poder de atração de mão-de-obra nas áreas rurais; baixo nível de mecanização e de aplicação de insumos modernos e deficiência de assistência técnica aos projetos de assentamento dirigidos..." (14)

(14) Op.Cit 11, pag 52.

O Setor Terciário no Amapá, tido como o mais representativo da economia do Estado, "no que concerne a geração de empregos e renda interna, a par de uma crescente arrecadação tributária baseada na rubrica ICM, onde Macapá aparece como centro arrecador do Estado". (15)

(15) Op.Cit 12, item 5.3.1.

As principais atividades desse setor são as de serviços da administração pública, comércio em geral e intermediação-financeira. As atividades de comércio atacadista e varejista, são realizadas por empresas de micro, pequeno e médio porte, "apresentam uma estrutura deficiente e dependente diretamente da importação de produtos de outros mercados o que contribui decisivamente na elevação dos preços e, conseqüentemente, no custo de vida, além de que tem seu volume de vendas condicionado à renda gerada pelo Serviço Público." (16)

(16) Op.Cit 12, item 5.3.2.

2.4. PERFIL POPULACIONAL

O perfil populacional do Amapá na atualidade reflete claramente as particularidades de sua base produtiva. Do total populacional estimado para 1990, 267.576 pessoas residentes no Estado, 76% se concentram em áreas urbanas. (17) Essa população urbana, por sua vez, está concentrada nas cidades de Macapá e Santana, em cerca de 83%; eixo concentrador das atividades econômicas e da infraestrutura social urbana.

(17) Os dados estimados para 1990 foram coletados em: Governo do Estado/Secretaria de Planejamento, "Anuário Estatístico de 1991. Nesse, são também apresentados os dados de 1980, aqui atualizados.

A população rural, apresenta-se menos concentrada espacialmente, sendo que os municípios mais representativos são: Laranjal do Jari (24%), Macapá (17%), Oiapoque (17%), Calçoene (12%), Amapá (9%) e Mazagão (9%).

Os dados de 1980, por faixa etária revelam que a maioria da população é extremamente jovem: aproximadamente metade da população (49%) tem entre 0 a 14 anos. Na faixa etária de 15 a 29 anos, encontra-se cerca de 27%; e de 30 a 59 anos, 16%; os 7% restantes encontram-se com mais de 60 anos.

Se considerarmos como em idade economicamente ativa a população entre 15 e 59 anos, , cerca de 75.557 pessoas, verifica-se que 62% estão exercendo atividades econômicas, já que 40.036 pessoas estão enquadradas como economicamente ativas. Dessas, a maioria encontra trabalho nas atividades do setor terciário (54%) e a outra parcela divide-se em atividades do setor secundário (22%) e primário (23%)

No Amapá, por sua recentidade, as migrações populacionais tem um papel relevante em seu crescimento populacional. Agregam-se a isso o fato de sua ocupação mais efetiva, últimas décadas, ter ocorrido em um período em que as antigas fronteiras de ocupação se esgotaram , e em que, ao mesmo

tempo, ocorria forte migração entre os próprios Estados da Região Norte.

Em 1960, aproximadamente 30% da população residente no Amapá era constituída de pessoas não naturais. Dessas, 87% eram oriundas da Região Norte, 8% do Nordeste e 1% do Sudeste. Em 1970, o número de pessoas não naturais aumenta para 31% e, em 1980, declina para cerca de 27%. A contribuição das regiões se mantém ainda em 1980, 86% Norte, 8% Nordeste e 1% Sudeste. (18)

(18) op. cit.12,item 3.5

A emigração, embora em menor volume, tem apresentado evolução positiva, em 1960 apenas 0,42% do total da população residente saiu do Amapá, em 1970 esse percentual atingiu 1,25% e, em 1980, atinge 8,24% da população. A maior parte dos emigrantes dirigiu-se para os Estados da própria Região Norte.

A falta de informações mais detalhadas sobre a população para o momento atual, impede maiores análises. Contudo, é possível concluir que tenha se mantido na década de 80 a tendência dos anos 70. A qual sinaliza um movimento de concentração urbana devido á atração exercida pela oferta de empregos no setor de serviços e comércio, podendo também se pressupor o crescimento do emprego informal nas áreas urbanas das cidades de Macapá, Santana, Laranjal do Jari e Calçoene.

A população rural, ao contrário, deve ter permanecido rarefeita e atomizada ao longo dos rios em pequenas comunidades extrativas e agrícolas e nas ilhas fluviais e oceânicas.

2.5 PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

No início desse item, se colocou que em seus primórdios o processo de ocupação do Amapá foi marcado por conflitos, devido á forte atração que suas riquezas minerais exerciam sobre os saqueadores internacionais e ao fato de possuir fronteiras externas que justificavam a intervenção militar.

Na atualidade, esses conflitos em princípio não existem, contudo, estão latentes devido aos mesmos motivos: suas

riquezas minerais e a questão de segurança nacional. Essa última questão, tomou nova versão, e passou a ser um recurso utilizado pelo poder Estatal para poder justificar determinadas atitudes e ações, tais como o Projeto Calha Norte. As primeiras, também não geram conflitos porque estão se realizando na legalidade.

Tais considerações se tornarão mais claras ao longo deste sub-ítem, em que se pretende analisar as perspectivas de evolução estadual de uma ótica mais ampla que a utilizada quando da exposição de sua base produtiva, nessa apenas se verificou sua situação atual.

Todavia, para se traçar perspectivas de evolução sócio-econômica é imprescindível considerar os determinantes e condicionantes da trajetória dessa evolução.

Para tanto, deve-se retomar o passado recente no ponto em que se encerrou os antecedentes históricos do processo de ocupação do Amapá, qual seja a implantação da atividade extrativa mineral através de um grande grupo econômico - CAEMI.

A chegada desse grupo no Amapá não é um fato isolado, ao contrário, ele se insere num contexto da economia nacional, denominando de "desenvolvimentista" e que teve no Presidente JK seu maior divulgador.

A produção acadêmica sob esse período é vasta e a maioria enfatiza a entrada do capital internacional nos vários setores de atividades da economia brasileira bem como seus vários reflexos. Parte desses estudos se dedica a análise das especificidades desse período na Região Amazônica. Pode-se considerar como marco dessas especificidades a construção da rodovia Belém-Brasília, que significou a possibilidade de integração por via terrestre da Região Amazônica com os demais regiões do Brasil.

Essa integração, por sua vez, ocorreu dentro dos padrões do período, com a entrada do grande capital nacional e internacional através dos também grandes projetos de extração mineral e vegetal e agropecuários em áreas de grande dimensão. Aliás, a partir desse período a "grandiosidade" tem sido a tônica da exploração na região.

A dimensão desse movimento nos é dado pela autora de vários estudos sócio-econômicos sobre a Amazônia, Violeta R. Loureiro: "Desde que foi anunciada sua construção a Belém-Brasília provocou não apenas a corrida às terras marginais do traçado da ainda futura estrada e das áreas vizinhas a essas, como também resultou num rápido movimento de apropriação de outras áreas do território amazônico..."

No curto período entre 1959 e 1963 o Governo do Estado do Pará vendeu ou transferiu através de aforamento cerca de 5,6 milhões de hectares...."(19)

(19) LOUREIRO, Violeta R. "Amazônia: homem e natureza na crise do final do século. "PROVAM, Programa de Estudos e Pesquisas nos vales Amazônicos, MINTER/SUDAM/OEA. Documento para Discussão, julho de 1990, p.4.

A concessão de grandes dimensões de terras, através de aforamento ou compra, veio reforçar a concentração de riqueza entre poucos, situação que já existia na Região desde os tempos coloniais devido às doações de terras através das Sesmarias.

A diferença entre os dois períodos é que, no recente, os maiores beneficiários foram os representantes do capital internacional e nacional. Mesmo assim, os capitais regionais se beneficiaram e se fortaleceram, agregando mais terras ao seu patrimônio obtido no período anterior.

Nas palavras de Loureiro: "..... Num passe de mágica o Estado transfere para a burguesia local e grupos econômicos nacionais e estrangeiros um incalculável patrimônio social" (20). É importante também destacar os custos sociais advindos dessas ações do Estado, na medida em que isso significa que a transferência dessas riquezas deixou de ser usufruída por muitos membros das populações locais.

(20) Op. Cit 19, p.5.

As riquezas do Amapá não ficaram de fora desse processo, tanto que é citado como exemplo. " Na década de 50 inicia-se um processo (que se acentua nos anos seguintes) de apropriação privada de riquezas regionais pelo capital internacional. Dois fatos marcam esse processo: a implantação de um grande projeto minerador no Amapá - a ICOMI (Indústria e Comércio de Minérios S.A.) e a concessão, pelo Governo do Pará, de 19 castanhais nativos para a Jari Florestal". (21)

(21) LOUREIRO, Violeta R., A História Social e Econômica e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais, Belém, 1989.p.42.

Na época as reservas de manganês do Amapá eram uma das maiores e mais puras do mundo. Tanto assim que, em 1957, o Brasil passou a fornecer 8% da produção mundial desse minério. Para o Estado do Amapá, a implantação dessa empresa significou um impulso na sua ocupação populacional e produtiva, porém não na mesma escala em que beneficiou o capital da empresa americana que

aqui investiu e que industrializa essa matéria-prima, exportada a preço simbólico.

Atualmente, a ICOMI anuncia a desativação da empresa, devido à entrada no mercado internacional do manganês, oriundo de países da África, a preços mais baixos do que o extraído no Amapá.

A implantação dos grandes projetos na Amazônia, no estilo da ICOMI, intensivos em capital, com instalações e equipamentos de porte, eram vistos como o símbolo do desenvolvimento e da superação das condições de isolamento e atraso.

Essa interpretação, reforçada durante os governos militares, levou a que as ações governamentais - federais, estaduais e municipais - se dirigissem no sentido de atrair capitais com capacidade de implantar esse padrão de projetos. O recurso aos incentivos fiscais foi um instrumento largamente utilizado na década de 60 e 70, tais como: isenção total ou parcial do Imposto de Renda e isenção do ICM.

Ainda orientados pela concepção de que a exploração e ocupação da Amazônia dependia de capacidade empresarial e exigia grandes recursos, foram criados vários instituições e programas tais como o PIN - Programa de Integração Nacional; PROTERRA, Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria do Norte-Nordeste; SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; FIDAM, Fundo para Investimentos Privados no Desenvolvimento da Amazônia.

A Amazônia passou também a constar como ponto importante dos dois primeiros Planos Nacionais de Desenvolvimento, PND. Esses, deram origem a outros programas, como o PROBOR, Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal e o POLAMAZÔNIA, Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia.

As avaliações desses programas, em particular dos anos 70, não são das mais favoráveis, isso porque: " Os financiamentos fáceis atraíram muitos empresários, mas muito mais aventureiros interessados no enriquecimento fácil. Além desse contingente, a facilidade de acesso oferecida pela abertura de estradas acenou para pequenos agricultores do Sudoeste e Sul do país.... O INCRA ia criando projetos de colonização e, mal demarcava os lotes, sequer conseguia distribuí-los, pois a ocupação era imediata criando-se uma situação de fato.... A ocupação da Amazônia, principalmente nos Estados do Acre, Rondônia, sul do Amazonas e do Pará, tornou-se incontrolável. A explosão da população rural encontrou os órgãos oficiais despreparados,..... o desmatamento era incessante, provocado pelos grandes e pequenos proprietários" (22)

(22) MAGALHÃES, Juraci Perez, " A ocupação desordenada da Amazônia e Seus Efeitos Econômicos, Sociais e Ecológicos, Gráfica e Editora Completa Ltda, Brasília, 1990, p.16.

Deste período para cá as Instituições e Programas para a Região se multiplicaram, bem como seus problemas se agravaram na mesma proporção. Tanto que nos anos recentes até a opinião pública mundial tem se posicionado pela defesa da Amazônia. Os bancos de Fomento Internacional vêm condicionando seus financiamentos à preservação ambiental; essa cláusula cabe não só para a Amazônia mas para todas as regiões onde aportam recursos.

As pressões externas e internas (realizadas por entidades ambientalistas e de categorias profissionais) têm levado o Governo a ações no sentido de conter a degradação acelerada da Amazônia. Contudo, não tem sido suficiente para conter, ou pelo menos, controlar, a degradação na Região.

O estilo de ocupação econômica da Amazônia através dos grandes projetos, se mantém, alguns implementados pelo próprio Estado (Grande Carajás, Albrás, Alunorte, Alumar, Trombetas) com recursos do Tesouro Nacional, outros associados ao capital nacional e internacional privados ou os Bancos de Fomento.

As reais consequências que a forma de exploração dos recursos naturais da Região Amazônica podem acarretar, no médio e longo prazo, não são de todo conhecidas. Aliás, nem a complexidade desses ecossistemas, ainda é conhecido cientificamente.

A mídia tem feito várias denúncias, algumas até sensacionalistas sobre o efeito estufa resultado do desmatamento e queimadas, bem como a comunidade científica. Após a ECO-92, termos como biodiversidade, desenvolvimento autosustentado e outros, passaram a fazer parte do vocabulário da maioria das pessoas e constam do discurso oficial dos governos e de todo órgão e instituição de fomento. Para esse movimento muito tem contribuído as entidades não-governamentais.

Não obstante, no curto prazo, os problemas vêm se agravando. Dentre os mais divulgados, da ótica ecológica, temos a degradação da flora e da fauna, contaminação dos rios, alterações climáticas, compactação dos solos e outros, cujas consequências conjugadas provocam reações em cadeia e o desequilíbrio dos ecossistemas.

Da ótica social, tem-se problemas não menos graves e até mais aparentes com a expropriação e conseqüente marginalização das populações tradicionais e dos imigrantes; a

desestruturação das economias locais baseadas na produção de subsistência e extração vegetal como fonte monetária; o êxodo rural e crescimento urbano acelerado em cidades sem condições de infraestrutura. Enfim, acentuou o processo de desigualdade sócio-econômico, condenando ao sub-emprego e à miséria um grande contingente populacional.

No caso do Amapá, esses efeitos perversos do padrão de ocupação da Região Amazônica não se fazem sentir tão intensamente. Mas, devem ser considerados com uma tendência, se não inexorável pelo menos como passível de acontecer.

Vários elementos permitem levantar essa possibilidade. Inicialmente, merece ser considerado o fato de que um grande número de empresas representantes de conglomerados nacionais e internacionais estão aqui instaladas, atuando ou em vias de atuar, em atividades de extração mineral.

Esse fato, pode ser considerado como grave, à medida em que se conhece a forma e as consequências dessas atividades sobre a problemática sócio-ambiental.

Outras atividades que também apresentam riscos sócio-ambientais são a silvicultura e pecuária em grandes extensões, que já estão sendo desenvolvidas no Amapá.

Os reflexos da monocultura, independente do tipo de produto, sobre o meio ambiente são de desequilíbrio, porém, alguns produtos, como o pinus, apresentam tendência mais acentuada sobre o desequilíbrio do ecossistema.

A exploração com Pinus, realizada no Amapá por uma empresa do grupo CAEMI, está sendo interpretada como positiva ambientalmente. Está sendo divulgado que até a fauna regional está voltando a se desenvolver nas áreas reflorestadas com o Pinus. Não se tem informação precisa se isto é verdadeiro ou, se mais uma vez, está havendo "desinformação" devido a decisões políticas motivadas por interesses econômicos. Sendo real essa última hipótese, estão sendo distorcidas as reais consequências dessa exploração e as decisões políticas estão sendo justificadas como técnicas.

A bubalinocultura é prejudicial da ótica social e ambiental, quando extensiva e sem os cuidados de manejo exigidos por esses animais de grande porte. Eles são capazes até de alterar os cursos dos pequenos rios nas suas caminhadas em busca de alimentos. Ocorre também que as grandes fazendas tomam diretamente a terra de pequenos produtores e das reservas (indígenas ou extrativas) ou essas terras são invadidas pelos búfalos (inclusive derrubando cercas) que destroem as lavouras das populações tradicionais.

Ainda da ótica social, essas três atividades, não geram muitos empregos diretos ou indiretos depois de instaladas (geram um pouco mais de empregos diretos durante seu período de implantação).

O exposto não significa que essas atividades, quando exercidas por grandes empresas, devam ser impedidas no Amapá, significa um alerta para que sejam controladas através da legislação vigente.

O recurso à legislação ambiental pode ser um instrumento para controlar e impedir a degradação ambiental. Quanto aos seus reflexos sociais, também devem ser tomados determinados cuidados, por exemplo, em relação a:

a) sua localização e extensão, de modo a evitar deslocar as populações tradicionais, algumas que, como a dos indígenas, extrativistas, pescadores e outros, inclusive já têm suas terras sob o sistema de reservas;

b) a adequação do empreendimento às características ambientais e sociais, de forma a evitar desarticular as bases tradicionais de produção e, conseqüentemente, provocar sua migração para os centros urbanos.

Esses cuidados, aparentemente simples de serem tomados, pois a maioria já é amparada pela legislação e contam inclusive com instituições pertinentes, na prática não se verificam. Concorre para isso, em especial, o fascínio e/ou a ideologia ainda dominante de que os grandes projetos são um trampolim para o desenvolvimento e superação dos problemas sociais. Como bem coloca Rosineide Bentes: "A idéia de grandeza, de desenvolvimento segundo os moldes dos países industrializados, apresentado como ideal de desenvolvimento, de estilo de vida, está presente nos grandes projetos. O efeito ideológico é dificultar os questionamentos sobre os mesmos, uma vez que esse ideal de desenvolvimento é apresentado como passível de ser alcançado a cada projeto implantado. A grandiosidade de cada obra reforça esse efeito, mascarando as repercussões negativas sobre a Região." (22)

(22) BENTES, Rosineide. Um Novo Estilo de Ocupação Econômica da Amazônia: os grandes projetos, in: Estudos e Problemas Amazônicos, SEDUC/IDESP, Belém, 1989, p.112.

No Amapá é possível captar com clareza esse "efeito", pois ele prespasa as análises oficiais, através da leitura dos documentos, relatórios e propostas do Governo. Mesmo aqueles que colocam críticas a alguns projetos transmitem, aos leitores, a impressão de que o Estado só poderá superar suas condições de isolamento, de atraso, de falta de recursos financeiros para investimentos privados e governamentais se

conseguir atrair grandes investimentos.

Nesse sentido, alguns documentos são até contraditórios, ou ingênuos, pois enfatizam os valores investidos pelas grandes empresas instaladas no Amapá, a área a tecnologia e a infraestrutura construída, ao mesmo tempo que defendem as questões ambientais e sociais muitas das quais são a outra face, ou o resultado, da implementação dos projetos.

Pode-se atribuir essa contradição a vários fatores, alguns pelo próprio "brilho" que a grandiosidade provoca e que pode ofuscar a visão desses técnicos, outras pela própria complexidade dos projetos e de suas consequências que exigem um conhecimento muitas vezes acima do detido pelos técnicos dos órgãos locais. Além disso, nesse aspecto em particular, os técnicos e mesmo o poder Estadual é, na maioria das vezes, aliado do poder de decisão pois os grandes projetos são decididos e negociados pelo poder público federal. Não se deve esquecer que apenas há pouco tempo o Amapá detem o status de Estado.

Existem agravantes nesses procedimentos, vinculados aos interesses próprios e individuais de determinados políticos ou técnicos que assumem cargos de decisão. Esses, quando movidos por interesses particulares, podem ser facilmente cooptados pelas grandes empresas e se encontram tanto no nível federal, quanto estadual e municipal.

Quando isso acontece, as negociações entre empresas e governo são determinadas por interesses próprios e imediatistas, as questões sociais e ambientais são relegadas a segundo plano. Mesmo os interesses do Estado não são considerados, como por exemplo quando as negociações estabelecem isenções fiscais que beneficiam sobremaneira as empresas em detrimento da arrecadação estadual e, conseqüentemente, da capacidade de investimento do Estado.

O recurso às isenções fiscais, como já se colocou, pode também ocorrer quando os Estados pretendem atrair investimentos de grande magnitude, movido por interesses públicos.

No Amapá, independe da origem da motivação - interesses públicos ou privados - ou do nível onde se deu a negociação - federal ou estadual - as isenções parecem ter ocorrido, ou, o que é mais grave, está havendo sonegação de impostos.

Tal hipótese tem por base o quadro demonstrativo da arrecadação tributária do Estado, em 1987 e 1988, no qual se verifica que a maior fonte de receita do Estado é o ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços,

depois da rubrica Demais Itens de Receita. (Quadro II)

Já se tinha verificado que o setor terciário é o que mais contribui para o PIB do Estado, todavia, não deixa de causar espécie que num Estado que possui empresas que extraem vários minerais de alto valor comercial - manganês, ouro, diamante, caulim e outros - arrecade apenas 17,6% de sua receita total com o IUM - Imposto Único sobre Minerais.

Outro fator de difícil explicação está na participação das várias rubricas que contribuem para a arrecadação do ICMS. Por exemplo, do total arrecadado, em 1991 (CR\$ 8.386.237.785,00), 92,0% corresponde ao Setor Terciário, 7,7% ao Secundário e 0,1% ao Primário. Além disso, a receita arrecada com sucata (CR\$ 1.192.589,12) é maior do que a arrecadada com o ouro (CR\$ 7.441,28); até a arrecadação com o milho (CR\$ 13.600,00) é maior do que a do outro. (Os dados do ICMS foram fornecidos pela Divisão de Arrecadação do Departamento de Administração Tributária da Secretaria de Finanças do Governo do Estado do Amapá).

Não se encontra explicação para tais circunstâncias nos relatórios e documentos oficiais consultados e aqui citados. É possível que não se tenha feito um levantamento exaustivo ou ainda que os técnicos governamentais não tenham se voltado para esses problemas por estarem voltados para outros. Essa última alternativa é perceptível, dada a importância que os técnicos atribuem à geração de emprego e renda, nos Planos e Programas de Governo.

Essas preocupações geradas pelo desconhecimento ou por "herança" do período em que a ocupação e exploração do território eram a principal meta dos governos, pode levar a concepções equivocadas. Dentre essas, está a de que as grandes empresas industriais são também grandes geradoras de emprego; particularmente as mineradoras "tão bem vindas" no Amapá.

Isso, nem sempre é verdadeiro, na medida em que a tendência das empresas na atualidade é de serem intensivas em capital e não em força de trabalho. Além disso, as matérias-primas geradas pelas indústrias extrativas minerais têm, gradualmente, apresentado quedas nas cotações do mercado internacional; destino dessa produção do Amapá. Existem também problemas de mercado externo ligados às matérias-primas vegetais, segundo Sawyer: " O progresso técnico, com produtos sintéticos, novos materiais e biotecnologia, tende a dispensar os produtos tropicais, com suas cores, sabores, texturas e outras propriedades exóticas,....." (23)

(23) SAWYER, Donald. A Reorganização Econômica e Demográfica da Amazônia, in: História Social e Econômica e Temas Especiais. IDESP, Belém, 1989, p.161.

Em relação a esse último aspecto, pode-se contra argumentar colocando que se os produtos naturais estão sendo substituídos, devido ao avanço tecnológico, eles também estão sendo valorizados justamente por serem naturais, no mercado externo dos países do primeiro mundo. Independente disso, são produtos tratados como matérias-primas, ou seja, como um simples componente de um produto final.

Outra idéia equivocada dos técnicos governamentais, diz respeito à tentativa de auto abastecimento do mercado estadual. Atualmente, as relações de troca não necessariamente são desvantajosas. No caso do abastecimento alimentar, colocado como questão fundamental nos planos das instituições afetas a ela no Amapá, deve ser considerado que alguns produtos apesar de produzidos fora do Estado chegam com preços menores do que os produzidos no Estado.

Para tanto, contribuem os ganhos de escala obtidos em algumas regiões, é o caso do arroz irrigado no Rio Grande do Sul e do feijão em São Paulo.

Todavia, isso não implica em desestimular a produção local, particularmente em se tratando de localidades rurais. Nessas, a produção de subsistência é importante não só para a alimentação mas também porque pode ser realizada em paralelo e sem prejudicar as atividades que geram renda para essas populações: estrativas vegetais e outras.

Existe ainda uma outra tendência, da atualidade, que é o crescente processo de urbanização. Ele já está ocorrendo no Amapá e não deve regredir mais sim acentuar.

Contribui para isso a própria tendência econômica atual, que leva a concentração espacial das atividades produtivas em centros urbanos. Independente do tamanho desses centros, que variam de Estado para Estado, os fluxos populacionais estão se dirigindo para as cidades.

Essa tendência que tanto preocupa os técnicos do Estado do Amapá, é comum na Região Norte e no país. Estudo sobre " A Questão Urbana na Amazônia", de Edna Maria R. Castro, destaca como e porque está ocorrendo forte tendência à urbanização nessa Região: " No correr dos anos 70 e 80 verificou-se ainda maior mudança na distribuição espacial da população amazônica, tornando intensos os fluxos migratórios para as cidades bem como o aparecimento de dezenas de núcleos que passaram a vilas e cidades. ... Esse movimento fez-se em decorrência das mudanças provocadas pela divisão social do trabalho ao ser redefinido, na economia nacional, o papel da Amazônia nessa nova dinâmica de trabalho." (24)

(24) CASTRO, Edna Maria R, de, A Questão Urbana na Amazônia in:

Estudos e Problemas Amazônicos, História Social e Econômica e Temas Especiais, SEDUC/IDESP, Belém, p. 174

A autora explica ainda, que por ser a Amazônia uma região de fronteira em expansão, a urbanização decorre basicamente da migração. Sendo que todos os Estados da Região, com variações, apresentam taxas elevadas de urbanização. Ao mesmo tempo, algumas áreas rurais, mesmo nas chamadas áreas de fronteira agrícola, ocorre expulsão de populações.

O Estado do Amapá vem demonstrando o mesmo comportamento dos demais Estados da Amazônia, com a diferença que apresenta menor intensidade. Algumas circunstâncias explicam seu movimento mais lento de urbanização e, de certo modo, estas circunstâncias tem como ponto comum sua recentidade.

Por exemplo, vários autores colocam a concentração fundiária resultante dos grandes projetos como um forte elemento para a expulsão da população rural. No Amapá, isso não ocorreu tão violentamente porque esses projetos ainda são em número reduzido. Por esse motivo, ainda não se verifica a desestruturação da economia local, também apontada como elemento de expulsão das populações tradicionais.

Interligado a esses elementos não se verificou forte degradação ambiental o que permite que as populações rurais continuem mantendo atividades que permitem o sustento alimentar - produção de subsistência, pesca, caça, coleta de frutos nativos - e uma renda monetária obtida através da venda de seus excedentes de produção ou da coleta e extração vegetal.

Sua recentidade explica também o fato de não ter sido um local de atração para a grande leva de migrações ocorrida nos anos 70 no Brasil. Atualmente a população do Estado não atingiu ainda 300.000 pessoas. Esse montante é bastante reduzido, para se ter uma idéia, o Estado do Paraná apresentou uma taxa líquida de migração em torno de 2 milhões e 200 mil pessoas em apenas uma década - 1970.

Tais circunstâncias permitem pensar na suposição de que ainda está em tempo de tomar atitudes para que a questão social e ambiental não tomem os rumos que o dos demais Estados da Amazônia tomaram.

Tornar factível essa idéia passa, necessariamente, por uma decisão política estruturada em torno das possibilidades de equacionamento da problemática do crescimento econômico com equidade social e sem degradação ambiental.

A complexidade dessa problemática foge ao escopo desse documento, todavia, já foram levantados aspectos que indicam áreas de intervenção e sinalizam brechas para a atuação do IEA, através do Projeto FKA, objetivo desse documento.

Nesse sentido, o Projeto já se traduz numa forma de ação, na medida que vem atuando no sentido de fortalecer uma atividade social e ecológicamente correta. Todavia, sua atuação pode ser mais efetiva se ampliar sua área de atuação, direcionando-a para os demais segmentos populacionais que podem intervir diretamente sobre a problemática em questão. Esse é o objetivo da proposta que se segue.

3. AMPLIAÇÃO DA PROPOSTA

Como se observou, os resultados do Projeto IEA/FKA ao longo de 1992, ficaram aquém de suas reais possibilidades. Isso porque, em sua concepção original, o projeto esteve voltado, exclusivamente, para as populações tradicionais residentes nas regiões dos Rios Cajari e Maracá. Ora, todo processo de educação e organização comunitária, como se sabe, é lento e deve acompanhar o ritmo próprio dos sistemas locais de vida e cultura. O acúmulo de atividades, decorrentes da implementação de diferentes projetos, mais do que facilitar, pode prejudicar a compreensão, pelas comunidades, do(s) projeto(s), seus respectivos objetivos e agentes sociais envolvidos. As metas pretendidas - 10 cursos e 30 Encontros Comunitários - ultrapassaram toda e qualquer possibilidade, prática e conceitual, de execução.

Assim, norteadas pela avaliação do Projeto e pelas particularidades observadas no Estado do Amapá, pretende-se aqui apresentar **sugestões** com o objetivo de reciclar e fortalecer sua atuação para os próximos três anos. Buscou-se, nesse sentido, compreendê-lo à luz de um quadro de referência mais amplo do que aquele que orientou a sua elaboração há dois anos passados.

Em relação à proposta original voltada, exclusivamente para os Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá e Reserva Extrativista do Rio Cajari - sugere-se duas alterações básicas:

- Ampliar as linhas de atuação de modo a atingir, além das já contempladas, outras populações tradicionais do Estado do Amapá, bem como segmentos populacionais urbanos;

- Concentrar a atenção e esforços nos Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá - Maracá I, II e III.

A necessidade de formação/treinamento de Recursos Humanos, no Estado do Amapá, na área ambiental, não se restringe àquelas demandadas pelas comunidades beneficiadas com a criação das Reservas Extrativistas ou pelas entidades que as representam. A precariedade e pouca especialização dos meios de comunicação de massa locais, bem como a inexistência de programas de formação voltados, especificamente para técnicos, pesquisadores e profissionais afins, nas questões afetas ao meio ambiente, apontam não apenas para a necessidade de ampliação do público beneficiário do Projeto IEA/FKA, mas, principalmente, para a oportunidade de tal redimensionamento.

Exemplo do potencial, ainda inexplorado, de uma ampliação do Projeto em termos de seu público beneficiário, foi o curso para Treinadores Agroflorestais, destinado para técnicos, realizado em junho próximo passado. Orientada pela REBRAF, entidade responsável pela realização do treinamento, a coordenação do Projeto limitou as vagas para 25 participantes. Apesar de todas as precauções tomadas nesse sentido, foi impossível conter a procura e acabaram forçando a participação no curso 39 técnicos ligados aos diferentes órgãos oficiais e entidades não-governamentais do Amapá.

Por outro lado, deve ser considerada a questão urbana no Estado do Amapá. Conforme foi também salientado anteriormente, 83% da população total do estado, encontram-se concentrada nos seus dois maiores municípios: Macapá e Santana. Atingir outros segmentos populacionais, em particular os urbanos, significa intervir sobre um público que pode influir nas decisões políticas sobre a problemática sócio-ambiental no Amapá. Como se viu, o Amapá é um Estado que ainda não tem problemas sócio-ambientais irreparáveis ou de difícil recuperação, contudo, esses problemas estão latentes e com possibilidades de eclodirem no curto e médio prazo.

Contribuir para que isso não aconteça é o objetivo de atuar mais amplamente, despertando e alertando para os diversos tipos de ameaças que pairam sobre o meio ambiente e a população, em especial, as tradicionais.

Para tanto, devem ser esclarecidos aqueles que por se situarem em posições técnicas ou políticas, podem intervir sobre as decisões públicas e, também, aqueles que, ao se organizarem, podem exercer pressão através da opinião pública.

A consolidação do processo de desenvolvimento de Reservas Extrativistas no Estado, bem como a manutenção e, simultâneo, aproveitamento econômico da biodiversidade em favor

das populações tradicionais que habitam os ecossistemas do Amapá, passa, necessariamente, pela formação de uma opinião pública favorável a projetos dessa natureza. Na medida em que as esferas de decisão concentram-se nas áreas urbanas, pensar em contribuir com padrões ecologicamente sustentáveis e socialmente justos de desenvolvimento, sem pensar no respaldo que poderá ser conferido pela população urbana a essas iniciativas é, no mínimo, encarar a questão a partir de uma perspectiva míope porquanto distorcida e pouco abrangente.

Assim é que, na esfera de atuação do Projeto IEA/FKA, designada de **FORMAÇÃO**, se propõe modificações compatíveis com o acima exposto.

No que se refere à realização de cursos, treinamentos, seminários, debates, e outros eventos dessa natureza, o Projeto IEA/FKA pode ter como público alvo dois grandes segmentos: as populações tradicionais entendidas como aquelas que, para viver, dependem da exploração dos recursos naturais e, na outra "ponta", um público urbano que pode intervir nas decisões políticas sobre a problemática sócio-ambiental no Amapá.

A região do Rio Maracá antecede, do ponto de vista geográfico - sentido norte/sul do Estado -, a Reserva Extrativista do Rio Cajari. Trata-se de uma área que vem sofrendo um forte impacto sócio-ambiental pela inexistência de programas e/ou projetos voltados seja para a implementação, propriamente dita, dos projetos de assentamento criados, seja pela falta de planos de trabalho que beneficiem as populações ribeirinhas e extrativistas locais. Assegurar um disciplinamento de ações que vêm sendo implementadas pela Prefeitura de Mazagão na região (vila na Ponte do Maracá), desenvolver experiências piloto em sistemas agroflorestais com as populações locais, implementar um programa de educação ambiental, assim como incentivar políticas públicas mais adequadas à área, são medidas que, em última instância, vão beneficiar a Reserva Extrativista do Rio Cajari que situa-se em área contígua ao Maracá.

Deve-se, ainda, considerar que o estabelecimento de um **PROGRAMA DE FORMAÇÃO**, no âmbito do Projeto IEA/FKA, não pode se estruturar sobre demandas pontuais e desvinculadas de uma proposta mais ampla e fundamentada na valorização das culturas locais e utilização sustentável dos recursos naturais.

Nesse sentido, sugere-se o estabelecimento de uma linha especializada de atuação na área de **FORMAÇÃO** do Projeto. As experiências anteriores de capacitação em Sistemas Agroflorestais, apresentam-se como uma alternativa viável de continuidade. O treinamento, implementação de experiências pilotos e acompanhamento sistemático dos resultados, com vistas à

recuperação de capoeiras degradadas e formação, a médio e longo prazo, de agroflorestas, trariam, de um lado, benefícios sociais para os extrativistas e pequenos produtores locais e, de outro, benefícios ambientais que poderiam ser demonstrativos de um novo padrão de desenvolvimento regional.

Como se sabe, dada a baixa fertilidade dos solos em áreas de floresta, os roçados, após dois ou três anos de utilização, são abandonados e novas roças são abertas em outros espaços. Dos roçados abandonados elevam-se as capoeiras, são as chamadas capoeiras espontâneas ou, segundo Dubois, "não melhoradas". Estas, ... "podem fornecer lenha e madeiras roliças em relativamente grande quantidade, podem eventualmente atrair mais caça que a própria floresta primária. Nessas capoeiras não melhoradas encontram-se também outros produtos úteis, tais como: mel silvestre, cascas e plantas medicinais, etc., porém em quantidades muito limitadas.

No processo de formação e crescimento de capoeiras, o homem pode colaborar com a Natureza, ...

O dono de uma capoeira melhorada, enriquecida com muitas espécies úteis para efeito de subsistência ou comercialização, pode muito bem decidir que nunca mais a derrubará! Pelo contrário, vai preservá-la, manejando-a como uma fonte permanente de recursos para melhorar suas condições de vida (melhorar e diversificar a alimentação da família; exploração e manejo sustentado de recursos comercializáveis contribuindo para um processo de "capitalização"). Uma capoeira melhorada dessa forma - de maneira intensiva - e submetida a manejo sustentado vem a constituir o que pode ser chamado de "agroflorestas". (DUBOIS, Jean)

As capoeiras da região dos Rios Maracá e Cajari, constituem as chamadas capoeiras não melhoradas e são reconhecidamente pobres (número reduzido de espécies). A implementação de um **PROGRAMA DE FORMAÇÃO** voltado para o enriquecimento dessas áreas traria benefícios sociais e ambientais palpáveis e, seguramente, estaria contribuindo para a manutenção da floresta e de sua população. Integra o conjunto de iniciativas capazes de contribuir com uma utilização racional dos recursos ambientais, bem como de assegurar melhores condições de vida àquelas populações que deles dependem para viver.

Este Programa, para ser operacionalizado, deveria passar pela contratação de consultoria especializada que pudesse estabelecer o seu conteúdo programático e estratégias de implementação, a médio, curto e longo prazo, bem como assegurar permanente acompanhamento e avaliação das experiências pilotos implementadas. Sua operacionalização pode prever, ainda, o estabelecimento de articulações interinstitucionais com outras entidades, organismos e/ou universidades. A REBRAP e o Centro

Agrário do Tocantins/CAT devem, prioritariamente, ser consultados nesse sentido.

Quanto à atuação do Projeto para o público urbano residente nos municípios de Macapá e Santana, são várias as possibilidades de definição de um Programa de Trabalho. Pode-se contemplar este público, através do estabelecimento de uma Programação - Cultura Ambiental - compreendendo seminários, cursos de pequena duração, debates, palestras e outros eventos, tendo como objetivo primeiro o fortalecimento do debate em torno de questões sócio-ambientais do Amapá.

Sugere-se, nesse aspecto, uma atenção especial a alguns segmentos do público urbano, prioritariamente, aqueles capazes de influenciar nas políticas ambientais para o Estado do Amapá. Nessa perspectiva, destacam-se os políticos - Assembléia Legislativa e Câmara Municipal - que papel importante vão desempenhar na reformulação da Constituição Estadual a partir de 1993. Nesse sentido, o Projeto IEA/FKA estaria, efetivamente, contribuindo para a democratização da informação, bem como ampliação do debate em torno de propostas que prevêem padrões de desenvolvimento compatíveis com a preservação ambiental.

Ainda na esfera de atuação designada de **FORMAÇÃO**, estão previstas atividades voltadas à organização das comunidades beneficiadas com a criação das Reservas Extrativistas, os chamados Encontros Comunitários. Estas atividades, de responsabilidade direta do CNS/AP e Associações de Trabalhadores Extrativistas, devem ser melhor planejadas respondendo a um Programa de Trabalho previamente definido. Pelo momento, sugere-se que sejam melhor trabalhados os conteúdos programáticos dos encontros, bem como enriquecidos com a participação de profissionais capazes de levar às comunidades conhecimentos necessários à sua formação e desenvolvimento: sanitaristas, nutricionistas, técnicos agrícolas, advogados, médicos e outros.

Outra esfera de atuação do Projeto IEA/FKA que deve ser fortalecida e ampliada é a de **ESTUDOS E/OU PESQUISAS**. O conhecimento dos recursos naturais disponíveis no Estado, bem como dos usos que (deles) fazem as populações tradicionais, é ainda muito limitado. Qualquer iniciativa no sentido de viabilizar a utilização econômica de recursos naturais em benefício das populações tradicionais passa, necessariamente, pela organização de uma base de informação mais consistente, estabelecida a partir de pesquisas que apontem para a identificação e disponibilidade dos recursos, as possíveis ou disponíveis tecnologias de beneficiamento e, ainda, os mercados potenciais para sua comercialização.

Nesta esfera de atuação, conforme exposto, algumas iniciativas foram, recentemente, desencadeadas pelo

Projeto IEA/FKA. Todavia, o seu fortalecimento requer a articulação com os demais projetos de pesquisa de recursos naturais em execução pelo IEA, em outros estados da Amazônia e, principalmente, com o Projeto Mercados da Floresta já implementado pelo Instituto.

As pesquisas e/ou estudos a realizar, devem, igualmente, responder às demandas apresentadas pelas populações tradicionais locais e, na medida das possibilidades, se articularem com os conteúdos programáticos e experiências implementadas no âmbito do Programa de Formação do Projeto IEA/FKA. Desta forma, simultaneamente às experiências em sistemas agroflorestais implementadas, buscar-se-ia aprofundar o conhecimento acerca da disponibilidade, manejo e usos sociais dos recursos naturais disponíveis nas áreas.

Quanto aos **MICRO-PROJETOS** algumas considerações se fazem necessárias no sentido de orientar a reflexão e, posteriormente, definição de propostas.

Durante o ano de 1992 os Micro-Projetos foram pensados como pequenos projetos (instalação de micro-usinas de beneficiamento) que viriam complementar o Projeto da Castanha - Implantação de uma Usina de Beneficiamento - na Reserva Extrativista do Rio Cajari. Na medida em que aquela usina encontra-se ainda em fase de proposta/projeto, com recursos ainda não assegurados, os micro-projetos não lograram se concretizar. Tanto é que parte dos recursos previstos para serem alocados ainda durante 92 foram reprogramados para outras áreas de atuação do IEA e, parcela restante, transferida para o orçamento de 1993.

A implantação da Usina de Beneficiamento do Cajari permanece, ainda, dependendo do aporte de recursos externos e nada indica que estes recursos sejam alocados a tempo de atender a próxima safra de castanha, que vai ter início no próximo mês de janeiro. Dar início a implantação de micro-usinas, sem considerar o processo como um todo, desde a produção, passando pelo beneficiamento, escoamento e comercialização final do produto, parece, no mínimo, temeroso na medida em que pode se constituir numa iniciativa isolada e pontual.

Nesse sentido, levando em consideração o caráter de experiência piloto que deve acompanhar os **MICRO-PROJETOS**, sugere-se direcioná-los no sentido da diversificação dos usos da floresta: açaí, palmitos de açaí e respectivo manejo, buriti, chás, plantas medicinais são exemplos de algumas possibilidades. A identificação e seleção de novos produtos e a implementação de projetos voltados para o beneficiamento e comercialização dos mesmos, é uma possibilidade que deve ser melhor investigada. Igualmente devem ser pesquisadas as potencialidades do mercado regional para determinados produtos florestais.

Considera-se, ainda, que os Micro-Projetos devem articular-se com as demais esferas de atuação do Projeto IEA/FKA. Assim, experiências em sistemas agroflorestais implementadas no Programa de Formação podem suscitar Pesquisas e/ou Estudos que, por sua vez, resultem em propostas concretas de implementação de Micro-Projetos. Seria uma forma de não dispersar esforços e assegurar que ações desencadeadas, numa esfera de atuação, resultem em insumo/benefício para outras.

Por último, há que se fortalecer e estruturar no âmbito do Projeto IEA/FKA uma esfera de atuação voltada, exclusivamente, para a sistematização e divulgação de informações ambientais. Trata-se da área que vimos chamando de **INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO**.

O objetivo de se estruturar uma área voltada à produção e divulgação de informações ambientais, entre diferentes públicos, diz respeito ao fortalecimento do trabalho de organização e mobilização comunitárias, bem como formação de opinião pública acerca dos problemas sócio-ambientais do Amapá.

A introdução dessa linha de atuação no âmbito do Projeto, está relacionada com a importância da divulgação do conhecimento para a tomada de posição frente a situações que vão se refletir sobre a vida em sociedade.

Portanto, ao se transmitir informações sobre as consequências que determinadas ações, públicas ou privadas, podem acarretar no meio ambiente e, conseqüentemente, na vida das pessoas, estar-se-á contribuindo para que se organizem e defendam seus direitos.

Nesse sentido, a informação pode ser um primeiro passo para a participação política e o exercício da cidadania. No Amapá isso é particularmente importante, na medida em que aqui se fazem presentes grandes empresas que podem distorcer informações com o objetivo de encobrir as reais consequências, sociais e ambientais, provocadas por seus empreendimentos.

Assim, divulgar informações corretas, para segmentos urbanos e comunidades tradicionais é uma forma de levá-los a pressionarem politicamente pela defesa do meio ambiente.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS/MACAPÁ/AMAPÁ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO I TRIMESTRE DE 1992

I. SUMÁRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

* Implantação do Projeto FKA em Macapá. Período: janeiro a março;

* Reunião Preparatória do I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA. Período: 19, 20 e 21 de janeiro;

* Visita dos Financiadores: Sr. Dietmar Wenz/FKA, Sr. John Butler/WWF, Sra. Suely Anderson/Projeto GENESYS-USAID, Sr. Christian Karsberg/AIF. Período: 27 a 30 de janeiro.

* Visita às Reservas Extrativistas do Rio Cajari e Rio Maracá e reuniões com as comunidades de Santa Clara e Maruim. Participantes: financiadores, IEA, CNS/AP, ATEX-MA E ATEX-CA e comunidades - 47 pessoas. Período: 28 e 29 de janeiro;

* Reunião com o CNPT. Participantes: FKA, WWF, IEA, CNS/AP. Dia: 30 de janeiro;

* Primeira reunião da Equipe Realizadora/organizadora do I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA. Dia: 02 de fevereiro;

* Reunião com o IEDA. Dia: 04 de fevereiro;

* I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA. Período: 14 a 19 de fevereiro. Relatório no item II.

* Reunião Grupo de Trabalho do Projeto IEA/FKA. Dia: 26 de fevereiro.

* Reuniões de Avaliação do trimestre realizadas na sede do IEA em Curitiba/Pr. Período: 09, 10 e 11 de março.

* Treinamento - Gerenciamento Administrativo-Financeiro de Projetos. Monitor: Antônio Carlos/IEA-Curitiba. Período: 24, 25 e 26 de março.

II. PROGRAMA DE TRABALHO DO PROJETO IEA/FKA

Elaborado em janeiro de 1990 - antes mesmo da institucionalização definitiva da proposta de criação de Reservas Extrativistas - no âmbito do Governo Federal, o Projeto IEA/FKA, no primeiro trimestre de 1992, teve que ser re-adequado às condições e desenvolvimento atuais do movimento social que o engendrou. Passados os 03 primeiros meses de sua implantação, com base no trabalho até agora realizado e na compatibilização dos diferentes projetos hoje em desenvolvimento nas Reservas Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari, o Projeto IEA/FKA no Amapá pode ser traduzido em 05 grandes áreas/programas de atuação:

1. PROGRAMA DE TREINAMENTO

1.1. OBJETIVOS:

* Fortalecer as Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari, criadas com a finalidade de receber os Contratos de Concessão Real de Uso;

* Responder as demandas oriundas do movimento social dos seringueiros e extrativistas do sul do Estado do Amapá na sua interrelação com as diferentes entidades e projetos implantados e/ou a implantar nas áreas;

* Responder as demandas oriundas diretamente das comunidades beneficiadas com a criação das áreas.

1.2. ATIVIDADES REALIZADAS

* Reunião Preparatória do I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA. Período: 19 a 21 de janeiro;

* I Seminário de Planejamento do Projeto IEA/FKA. Período: 14 a 19 de fevereiro.

1.3. ATIVIDADES A REALIZAR

* Curso para Cantineiros com o objetivo de preparar recursos humanos que vão atuar nas Cantinas a serem implantadas pelo CNPT na Reserva Extrativista do Rio Cajari. Serão treinadas 16 pessoas: 09 do Rio Cajari, 06 do Rio Maracá e 01 do CNS/AP de Macapá que, no futuro, fará a supervisão dos cantineiros treinados. Período: II quinzena de abril;

* Curso para Membros da Executiva das Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari. Serão 32 os participantes. Período: II quinzena de abril ou primeira de maio.

2. PROGRAMA DE ESTUDOS E/OU PESQUISAS

2.1. OBJETIVOS

* Identificar a demanda por estudos, levantamentos e/ou pesquisas que vão subsidiar a elaboração do Plano de Utilização/Plano de Uso das Reservas;

* Desenvolver metodologia para elaboração de Planos de Utilização para áreas de desenvolvimento sustentável;

* Articular as diferentes entidades, organismos e/ou pesquisadores individuais com o objetivo de subsidiar a elaboração dos Planos de Utilização;

* Promover consultorias técnicas com vistas à elaboração dos Planos de Utilização;

* Participar e acompanhar os levantamentos, estudos e/ou pesquisas realizados nas áreas com a finalidade de subsidiar os Planos de Utilização.

2.2. ATIVIDADES A REALIZAR

* Seminário com o especialista Mauro Almeida da Unicamp e responsável pela elaboração do Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá com vistas a dar início ao processo de elaboração dos Planos de Utilização das Reserva Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari.

* Tabulação dos cadastros/questionários aplicados nas comunidades do Rio Maracá, em junho de 1991, por ocasião dos Encontros Comunitários realizados para a criação da Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Maracá/ATEX-MA.

* Consultoria com vistas ao Inventário Florestal do Rio Maracá - Maracá II.

3. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

3.1. OBJETIVOS

* Democratizar a informação acerca do meio ambiente em geral e, em particular de áreas de desenvolvimento sustentável tais como as Reservas Extrativistas e outras áreas de proteção ambiental do Estado do Amapá;

* Criar opinião pública sobre um novo padrão de desenvolvimento regional com base na sustentabilidade dos recursos naturais e valorização das culturas e comunidades locais;

* Difundir experiências concretas de desenvolvimento auto-sustentado dos recursos naturais, tecnologias alternativas, sistemas agro-florestais e outros.

3.2. ATIVIDADE A REALIZAR

* Seminário para radialistas e jornalista do Estado do Amapá com vistas a difundir a proposta das Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentado. Período: junho

4. PROGRAMA ECONÔMICO

4.1. OBJETIVOS

* Identificar o potencial existente para o desenvolvimento econômico, compatibilizando-o com as demandas sociais existentes com o objetivo de implantar Micro-Projetos de desenvolvimento na Reserva Extrativista do Rio Maracá;

* Promover consultorias com vistas à identificação das possibilidades de investimento e respectiva viabilidade;

* Melhorar as condições de vida e de renda das populações beneficiadas (Rio Maracá) através da implementação dos Micro-Projetos.

4.2. ATIVIDADES A REALIZAR

* Contratação de consultoria para dar início ao processo de identificação de potencialidades e compatibilização com os programas econômicos em desenvolvimento na Reserva Extrativista do Rio Cajari através do CNPT. Período: a definir.

5. PROGRAMA INSTITUCIONAL

5.1. OBJETIVOS

* Promover a articulação entre os diferentes organismos, instituições não-governamentais, pesquisadores e representações dos trabalhadores extrativistas do Estado que estão atuando nas áreas de Reservas Extrativistas com vistas à compatibilização dos diferentes programas, projetos e atividades;

* Resgatar e dinamizar a Comissão Especial de Política Extrativista do Estado do Amapá;

* Participar da elaboração de um Plano Integrado de Desenvolvimento para o Sul do Estado do Amapá, proposta esta apresentada pelo Governo do Estado quando da criação da Comissão Especial de Política Extrativista;

* Ampliar a base de atuação do Instituto através do contato e articulação com outros segmentos populacionais e/ou movimentos sociais que tenham como base de sobrevivência econômica a utilização dos recursos naturais.

5.2. ATIVIDADES PREVISTAS

* Reunião dos membros da Comissão Especial de Política Extrativista com a CEMA/AP com o objetivo de apresentar uma proposta de trabalho conjunto: a) formação de um Grupo de Trabalho/GT para fazer a compatibilização das propostas do Governo do Estado com os programas e projetos em desenvolvimento nas áreas; b) iniciar, em conjunto, um processo de articulação e discussão com o vistas à elaboração de um Plano de Desenvolvimento Sustentado para a Região Sul do Estado do Amapá.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS/AMAPÁ
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO II TRIMESTRE DE 1992
PROJETO IEA/FKA

I. SUMÁRIO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

* Reunião CEMA/AP. Objetivo: proposição de retomada da Comissão Especial de Política Extrativista. Data: 01 de abril;

* Início de Treinamento de equipe para tabulação de questionários aplicados no Rio Maracá em junho de 1991. Tabulação concluída;

* Reuniões CEMA/AP. Objetivo: participação na programação de Seminário a ser realizado pela CEMA em conjunto com o GTA/AP. Período a ser definido. Dias: 03 e 13 de abril;

* Reuniões de Planejamento para operacionalização das atividades previstas pelo Projeto IEA/FKA/II Trimestre. Dias: 08, 09 e 21 de abril;

* Participação no Programa de Treinamento GENESYS: Análise de Gênero e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio Branco/Acre. Período: 25 a 29 de abril;

* Participação no IV Seminário Ampliado de Planejamento do IEA. Brasília/DF. Período: 29 de abril a 03 de maio;

* Treinamento de Cantineiros Comunitários para membros das Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari. Macapá/AP. Período: 10 a 14 de maio;

* Apresentação do Projeto Mala Mágica da Fundação Sidônio Muralha. Macapá/AP. Período: 12 a 14 de maio;

* Reunião com Direção da Fundação Konrad Adenauer. Macapá. Dia: 15 e 16 de maio;

* Visita ao Projeto de Assentamento Extrativista do Rio Maracá. Dia: 16 de maio;

* Reunião com o CNPT/IBAMA para formalização do Conselho Regional do CNPT no Estado do Amapá. Sede do IBAMA. Dia: 18 de maio;

* Reuniões com o CNS/AP e lideranças das Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari. Macapá/AP. Dias: 18 e 19 de maio. Planejamento final dos Encontros Comunitários;

* Reunião com a CEMA/AP com o objetivo de reativação da Comissão Especial de Política Extrativista. Sede da CEMA. Dia: 20 de maio;

* Encontros Comunitários no Projeto de Assentamento Extrativista do Rio Maracá nas Comunidades do Varadouro, Pancada e São Tomé/Ponte do Maracá. Período: 20 a 26 de maio;

* Encontros Comunitários na Reserva Extrativista do Rio Cajari nas Comunidades de Marinho, Água Branca e Santa Clara. Período: 20 a 28 de maio.

* Participação na ECO-92 com o Workshop: Desenvolvimento Sustentável: Conceito e Realidade. Rio de Janeiro. Junho 1992.

II. RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se às atividades desenvolvidas pelo escritório do IEA/MCP no II Trimestre do Projeto IEA/FKA, ou seja, nos meses de abril, maio e junho de 1992. De forma a facilitar a exposição, os trabalhos realizados serão relatados por área de atuação/programas de trabalho do Projeto, conforme apresentado no Relatório do I Trimestre, quais sejam: Treinamento e/ou Formação, Estudos e/ou Pesquisas, Comunicação e Informação, Econômico e Institucional.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Programa de Treinamento e/ou Formação

Inserem-se neste Programa as seguintes atividades desenvolvidas: Treinamento para Cantineiros, Encontros Comunitários e apresentação do Projeto Mala Mágica da Fundação Sidônio Muralha.

2.1.1. Treinamento para Cantineiros Comunitários

A busca de compatibilização entre os diferentes projetos em andamento no Estado do Amapá com vistas ao desenvolvimento de Reservas Extrativistas, determinou que na área de Treinamento/Formação do Projeto IEA/FKA fosse priorizado o Treinamento para Cantineiros Comunitários.

A instalação de Cantinas Comunitárias na Reserva Extrativista do Rio Cajari no âmbito do Projeto de Instalação de Infraestrutura em implementação pelo CNPT/IBAMA, apontou a necessidade de treinar membros da Associação de Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari/ATEX - CA para o desempenho da função de cantineiro. Nesta área, serão instaladas três (03) Cantinas Comunitárias nas Comunidades de Marinho, Agua Branca e Santa Clara. Tendo em vista as dificuldades e os altos custos para a realização de um treinamento dessa natureza optou-se, em reunião com o CNS/AP e executiva das Associações de Trabalhadores Extrativistas do Maracá e Cajari, estender o treinamento para membros da Associação do Rio Maracá.

Assim, no período de 10 a 14 de maio próximo passado, foi realizado no Centro Vida Nova em Macapá, o treinamento de associados, selecionados previamente pelas executivas das Associações, para o desempenho da função de Cantineiros Comunitários. No total, foram treinados 18 associados assim distribuídos:

TREINAMENTO PARA CANTINEIROS

| ASSOCIAÇÃO | RIO | COMUNIDADES REPRESENTADAS |
|---------------|--------|---|
| ATEX - CA(*1) | CAJARI | SANTA CLARA MARINHO SANTO ANTONIO CONCEIÇÃO DO MURIAÇÁ SANTA RITA |
| ATEX - MA | MARACÁ | PANCADA SÃO TOMÉ - PONTE DO MARACÁ SÃO JORGE SANTA MARIA VARADOURO CENTRAL DO MARACÁ |

(*1) A comunidade de Agua Branca, onde também será instalada uma Cantina Comunitária, não foi representada pela dificuldade encontrada pela Executiva da ATEX - CA em selecionar um membro da associação com perfil adequado ao referido treinamento.

O treinamento propriamente dito foi coordenado e monitorado por um assessor do CNS/AP e, simultaneamente, técnico do CNPT e por um técnico da Secretaria da Agricultura também indicado pelo CNS. O programa de treinamento encontra-se anexo a este documento.

2.1.2. Encontros Comunitários

Os Encontros Comunitários foram planejados no período imediatamente subsequente ao Treinamento para Cantineiros (item 2.1.1.) com o objetivo de assegurar às comunidades informações acerca do desenvolvimento dos projetos para as áreas e, no caso da Reserva Extrativista do Rio Cajari (onde a instalação das cantinas deve acontecer no próximo mês), aprofundar a discussão, diretamente com as comunidades beneficiadas, dos seguintes pontos: localização das Cantinas, dias e horas de funcionamento, remuneração dos cantineiros, contrapartida das comunidades e significado das Cantinas Comunitárias.

Assim, no período de 20 a 26 de maio foram realizados três Encontros Comunitários no Rio Maracá e de 20 a 28 de maio, outros três na Reserva Extrativista do Rio Cajari. Para participação nos encontros foram organizadas duas equipes de trabalho. A mobilização para estes encontros foi realizada entre o final do mês de abril e começo do mês de maio pelos membros da executiva das ATEX-CA e ATEX-MA.

RIO MARACÁ - ENCONTROS COMUNITÁRIOS

| LOCAL DO ENCONTRO | COMUNIDADES PARTICIPANTES | N. REPRESENTANTES |
|-------------------|---------------------------|-------------------|
| VARADOURO | Varadouro | 08 |
| | Pancada | 02 |
| | São Tomé | 01 |
| | Central do Maracá | 02 |
| | Mari | 01 |
| | SUB-TOTAL | 14 |
| PANCADA | Pancada | 07 |
| | São Tomé | 02 |
| | Central do Maracá | 02 |
| | Mari | 02 |
| | Santa Maria | 03 |
| | SUB-TOTAL | 16 |
| PONTE DO MARACÁ | Ponte/São Tomé | 13 |
| | Central do Maracá | 06 |
| | Mari | 02 |
| | Santa Maria | 03 |
| | Maruim | 01 |
| | SUB-TOTAL | 25 |
| TOTAL GERAL | | 54 |

RIO CAJARI - ENCONTROS COMUNITÁRIOS

| LOCAL DO ENCONTRO | COMUNIDADES PARTICIPANTES | N. REPRESENTANTES |
|-------------------|---------------------------|-------------------|
| Marinho | Marinho | 30 |
| Santa Clara | Santa Clara | 32 |
| | Itaboca | 26 |
| SUB-TOTAL | | 58 |
| TOTAL GERAL | | 98 |

2.1.3. Projeto Mala Mágica

A Fundação Sidônio Muralha dedica-se à doação e desenvolvimento de bibliotecas alternativas, adequadas a diferentes públicos e regiões. Através de técnica especializada em comunicação e bibliotecas - Maria Angela Monteiro Raio - a Fundação implementou, em 1985, uma biblioteca infantil em área urbana do Estado de Rondônia e doou às Reservas Extrativistas do Acre, em 1988, algumas bibliotecas móveis com o objetivo de assegurar, às populações residentes nas áreas, acesso à informação através da leitura. As dificuldades de acompanhamento e avaliação do projeto em Reservas Extrativistas, naquele momento, fizeram com que sua metodologia fosse revista e redefinida. Surge daí o Projeto Mala Mágica.

Este projeto foi então concebido como uma etapa anterior à doação das bolsas de livro, visando preparar as comunidades para o recebimento das bibliotecas que deverão circular nas áreas de Reservas Extrativistas. Nesta etapa do trabalho, serão doadas às Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Cajari e Maracá duas "Malas Mágicas". Este projeto, além da doação das malas contendo teatro de fantoches, kit de maquiagem, adereços de circo, gravador, fitas cassetes e livros para um público infantil e adulto, prevê ainda o treinamento (oficina de teatro, criação de texto, manejo de fantoches etc) de membros das comunidades para seu uso.

Durante as noites de apresentação do Projeto Mala Mágica foram discutidos conteúdos passíveis de serem apresentados nas malas e criados pequenos textos, pelos próprios participantes do Treinamento, acerca do seu conteúdo: Cantinas Comunitárias. O resultado foi bastante positivo e sugestões foram dadas no sentido da adequação da Mala à realidade com a qual se vai trabalhar: os fantoches serão personagens familiares aos moradores das Reservas (patrão, marreteiro, trabalhador extrativista, fauna local etc), jogos locais como o Jogo da Onça, resgatado na ocasião e livros relativos à utilização de recursos naturais locais e demandas específicas (artesanato de cipós, defumação/secagem de peixes, receitas de cozinha com produtos da floresta, corte e costura, primeiros socorros etc). Após um período a ser definido pelas próprias comunidades as malas serão substituídas pelas bibliotecas móveis.

A implementação deste projeto está prevista para o III Trimestre do Projeto IEA/FKA. As malas serão ainda utilizadas para divulgar informações específicas sobre Reservas Extrativistas e perspectivas de desenvolvimento sustentável, assim como para fortalecer o trabalho de organização e conscientização das comunidades residentes nas Reservas Extrativistas.

OBSERVAÇÃO: O curso para Membros da Executiva das Associações de Trabalhadores Extrativistas dos Rios Maracá e Cajari, inicialmente previsto para ser realizado no II Trimestre foi, por sugestão do CNS/AP, transferido para o III Trimestre do Projeto e substituído, neste trimestre, por um Seminário Técnico sobre Reservas Extrativistas. Tendo em vista a realização do ECO - 92 da qual participarão o CNS e Associações, este seminário deverá ser realizado somente no mês de julho próximo.

2.2. Programa de Estudos e Pesquisas

2.2.1. Seminário sobre Plano de Utilização

Este Seminário, inicialmente previsto para ser realizado, em Macapá, nos dias 16 e 17 de maio próximo passado, foi transferido pelo especialista convidado devido a problemas imprevistos em sua agenda. Estamos aguardando um momento oportuno para que seja realizado ainda neste trimestre.

2.2.2. Cadastramento/Questionários do Rio Maracá

Conforme previsto foi realizada a tabulação dos questionários aplicados no Rio Maracá em junho de 1991. A sistematização dos dados foi concluída, estando pendente a elaboração de um relatório final.

2.2.3. Inventário Florestal do Rio Maracá

Nada foi realizado neste sentido tendo em vista a necessidade de melhor articular, se for o caso, o Projeto da Yale University com o Projeto IEA/FKA. A articulação e consequente elaboração dos seus Termos de Referência ficou a cargo do Coordenador do Escritório do IEA em Brasília, Luis Fernando Allegretti, responsável técnico pelo projeto de pesquisa apoiado pela Yale e WWF.

2.3. Programa de Comunicação e Informação

2.3.1. Seminário para Radialista e Jornalistas

Este Seminário está sendo planejado para realização, ainda neste trimestre, em conjunto com o Diretor do Jornal Folha do Amapá e Conselheiro do IEA, Sr. Elson Martins. A realização da ECO -92, assim como o acúmulo de atividades desenvolvidas pelo IEA/MCP em conjunto com o CNS e Associações, tem determinado dificuldade em definir o melhor período para a sua realização. Espera-se, contudo, realizá-lo no próximo trimestre.

2.4. Programa Econômico

2.4.1. Micro-Projeto para o Rio Maracá

Ainda não foi definitivamente estabelecida a contratação de consultoria especializada para a implementação dos micro-projetos no Rio Maracá. Todavia, foi possível avançar na discussão com o CNS acerca das possíveis alternativas para investimentos nos Projetos de Assentamento Extrativista do Rio Maracá. Até o momento estas alternativas referem-se a: 1. Instalação de Cantinas Comunitárias à exemplo do que vem ocorrendo na Reserva Extrativista do Rio Cajari; 2. Instalação da sede da ATEX-MA e armazem de estocagem de castanha na Ponte do Maracá e 3. Instalação de três (03) micro-usinas de castanha (unidades familiares de trabalho) e uma (01) micro-usina comunitária na referida área. Esta terceira possibilidade foi sugerida pelo Sr. James Lafleur - consultor técnico do CNPT/IBAMA para o projeto relativo à Usina de Beneficiamento da Castanha na Reserva do Rio Cajari). Sugere-se uma discussão mais ampliada destas possibilidades para posterior definição técnica dos Micro-Projetos para o Rio Maracá.

2.5. Programa Institucional

* CEMA/AP - Foram realizadas gestões junto à CEMA/AP objetivando reativar a Comissão Especial de Política Extrativista, criada pelo Governo do Estado do Amapá quando do término da Audiência Pública em julho de 1991. Observou-se, por parte daquela Coordenação, receptividade neste sentido, todavia, por dificuldades de compatibilização de agendas, ainda não foi possível realizar uma reunião com a totalidade dos membros que a integram.

No dia 20 de maio foi realizado um encontro entre o Coordenador Dr. Antônio Carlos Farias, CNS/AP, ATEX-CA e o IEA. Nesta ocasião foram tratados os seguintes assuntos: a) Posto de Fiscalização que será implantado, pela CEMA/AP em conjunto com a RURAP (Órgão Estadual de Extensão Rural) na Ponte do Rio Maracá; b) Treinamento de fiscais para os postos através de trabalho conjunto entre CEMA, CNPT/IBAMA e CNS; c) Doação dos 100 moares previstos no Decreto que criou a Comissão Especial de Política Extrativista; d) Convênio entre CNS e Secretaria de Obras Públicas prevendo o repasse de recurso (percentual sobre o custo das obras da BR 156/AP-070), para aplicado junto às comunidades locais; e) Seminário a ser realizado pela CEMA e GTA sobre Meio Ambiente no Amapá (o IEA participou da elaboração do conteúdo programático deste Seminário). O Seminário está previsto para os dias 24, 25 e 26 de junho, após a ECO-92, no Auditório da CEMA/AP. Dr. Farias sugeriu que nesta ocasião se retomassem os trabalhos da Comissão Especial de Política Extrativista; f) Reinício das obras da estrada que liga Macapá a Laranjal do Jari previsto para os meses de julho e agosto, após a estação das

chuvas; g) Ramais de escoamento da produção da castanha. Foi apontado pelo Coordenador a possibilidade de compatibilização das ações da Secretaria de Obras e Departamento de Estradas e Rodagem com as Associações e o CNPT; h) Necessidade de gestões junto ao INCRA e RURAP. O coordenador não pôde confirmar, por desconhecimento, a informação de que a RURAP está com um projeto de Usina de Beneficiamento de Castanha para a região do Maracá. i) Informações sobre o desmatamento de 5.000 hectares, previsto pela Empresa Jari Monte Dourado. A CEMA não vai dar o licenciamento, todo o processo foi encaminhado para o IBAMA e somente após o Parecer deste organismo a CEMA encaminhará o seu. Segundo fomos informados, existe uma corrente, a nível do IBAMA, que defende um licenciamento por etapas, entretanto, qualquer definição, segundo o Coordenador, será estabelecida após a ECO. Fomos ainda informados que toda a direção da Empresa Jari esteve reunida com a Dra. Maria Tereza Pádua, em Brasília, recentemente.

* CNPT/IBAMA - Participação em reunião, convocada pelo Superintendente do IBAMA/AP, com o objetivo de formalizar a participação de diferentes entidades no Conselho Regional do CNPT do Estado do Amapá. Estavam presentes: IEA, CNS/AP, ATEX-CA, ATEX-MA, CEMA e EMBRAPA/AP. Não foi possível esclarecer a participação dos financiadores (WWF e FKA) conforme acordado em encontro com o Dr. Gilberto Siqueira em janeiro passado. Ficou estabelecido que cada entidade participante indicaria formalmente um nome para compor Grupo de Trabalho com o objetivo de compatibilizar programas, projetos e atividades. O IEA indicou a coordenadora do escritório de Macapá por ser esta - no momento - a única representante do seu quadro técnico.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS E AMBIENTAIS
PROJETO IEA/FKA
RELATÓRIO DE ATIVIDADES - III TRIMESTRE DE 1992

I. SUMÁRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. FORMAÇÃO

1.1 Curso para Treinadores Agroflorestais

Período: 20 a 24 de julho de 1992

Local: Embrapa - Macapá/Amapá

Participantes: 39 pessoas

Entidades participantes: Instituto de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, Centro de Pesquisas Agropecuárias/CPAF-EMBRAPA, Extensão Rural/RURAP, Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim/RO, Escola Família Agrícola da Perimetral Norte, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Departamento de Estatísticas Agropecuárias/IBGE, Associação dos Moradores do Curiaú, Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá/IEPA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, Secretaria da Saúde/SESA, Associação dos Profissionais Licenciados em Ciências Agrícolas/APLICA, Companhia do Desenvolvimento do Amapá/CODAP, Escola Família Agrícola do Afuã, Associação dos Engenheiros Florestais, Secretaria da Agricultura/SEAGA, Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente/CEMA e Serviço de Cooperação Técnica, Econômica e Social Brasil-Alemanha/SACTES.

Monitores: Jean Dubois/REBRAF, Silvio Brienza
Júnior/EMBRAPA/CPATU, Luciano Carlos Tavares
Marques/EMBRAPA/CPATU, Suely Anderson/REBRAF, Armim
Deitenbach/consultor.

Objetivos: Treinar extensionistas, pesquisadores, agrônomos, engenheiros florestais e líderes comunitários em princípios e práticas agroflorestais. Apesar de reconhecer o potencial dos sistemas agroflorestais como alternativa de uso sustentável da terra, poucos profissionais que trabalham em desenvolvimento agrícola, na zona rural, possuem treinamento em agrosilvicultura. O treinamento oferecido pela REBRAF visa capacitar instrutores agroflorestais os quais poderão, posteriormente, dar cursos a nível de comunidade para produtores rurais.

1.2. Curso de Capacitação Agroflorestal para Pequenos Produtores.

Período: 27 a 29 de julho de 1992

Local: Reserva Extrativista do Rio Cajari/Comunidade de Santa Clara - Rio Cajari - AP

Participantes: 29 pessoas

Municípios envolvidos: Ferreira Gomes, Mazagão e Laranjal do Jari.

Objetivos: Capacitar os pequenos produtores rurais e extrativistas em técnicas de sistemas agroflorestais.

Monitores: Jean Dubois/REBRAF, Silvio Brienza Júnior e Luciano Marques/CPATU/EMBRAPA.

Comunidades envolvidas: No Rio Cajari - Santa Clara, Itaboca, Santana do Cajari, Agua Branca, Marinho, Conceição do Muriacá, Boa Esperança, Santa Rita e Itapira; no Rio Maracá - Maruim, Central do Maracá, Santa Maria, Pancada, Mari, São José e São Jorge.

Entidades Participantes: Conselho Nacional dos Seringueiros/CNS/AP, Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari/ASTEX-CA, Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Maracá/ASTEX-MA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá/SINTRA e Sindicato dos Trabalhadores da Perimetral Norte.

2. ESTUDOS E PESQUISAS

2.1. Início de levantamento de informações secundárias (censos econômicos, demográficos, de mão-de-obra, agropecuário, estudos, pesquisas) com vistas à caracterização sócio-econômica do Estado do Amapá e elaboração de Termos de Referência do Estudo Amapá: Economia e População Regional, reprogramado para 1993.

2.2. Início de levantamento em Políticas Públicas no Amapá. Mapeamento dos Órgãos, Federais, Estaduais e Municipais, que desenvolvem programas e projetos na área do Meio Ambiente.

3. OUTRAS ATIVIDADES

3.1. Reunião na Prefeitura Municipal de Mazagao/AP.

Dia: 16 de julho de 1992

Local: Prefeitura Municipal de Mazagão

Objetivo: Levantamento de informações acerca do Projeto Habitacional da Ponte do Maracá, Comunidade do Careca, Rio Maracá.

Observações: A Prefeitura não dispõe de telefone direto. Existe um Posto da Teleamapá que pode transferir chamadas. Não foi possível agendar audiência com o Prefeito, mas efetuou-se reunião com Diretor de Administração, Sr. Sebastião Pureza e seu assessor, Sr. Luis Alberto Vinhas. Trata-se de um projeto vinculado ao Diretor de Administração e, em sua primeira etapa de implantação, prevê a instalação de 61 unidades habitacionais para moradores do Rio Maracá. As unidades habitacionais teriam a finalidade de armazenar a produção, agrícola ou extrativa, da população ribeirinha residente no Rio Maracá.

3.2. Reunião com a Comissão Parlamentar do Consumidor, Minorias e Meio Ambiente e, posterior, visita à Reserva Extrativista do Rio Cajari e Projeto de Assentamento Extrativista do Rio Maracá.

Local: Sindicato dos Urbanitários/Macapá/Amapá

Dia: 31 de julho de 1992

Entidades Participantes: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/IEA/AP, Conselho Nacional dos Seringueiros/AP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá/SINTRA, Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Cajari/ASTEX-CA, Associação dos Trabalhadores Extrativistas do Rio Maracá, ASTEX-MA, Instituto de Estudos e Defesa Ambiental do Amapá/IEDA, Sindicato das Indústrias Extrativas do Amapá, Sindicato dos Urbanitários, CUT/AP e Assessoria do Deputado Lourival Freitas.

Observações: O evento foi promovido conjuntamente pelo Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/IEA/Brasília, Conselho Nacional dos Seringueiros/CNS/AP e Instituto de Estudos Sócio-Econômicos/INESC.

3.3. Participação no Workshop Avaliação e Documentação dos Programas de Educação Ambiental na Proteção do Meio Ambiente Natural

Local: Campos de Jordão/São Paulo

Participante: Maria Raquel Mattoso Mattedi

Período: 05 a 08 de agosto de 1992

Promoção: WWF - Fundo Mundial para a Natureza - Programa Brasileiro e Grupos de Estudos Ecológicos e Controle Ambiental/GECA/Holos.

Objetivos: Oferecer e realizar o Workshop com vistas a subsidiar os participantes na avaliação e documentação da efetividade de projetos de educação conservacionistas. Foram convidadas instituições que desenvolvem projetos apoiados pela WWF.

3.4. Reuniões com Diretoria Executiva e Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais/IEA

Local: Curitiba/Paraná

Período: agosto

Objetivo: Avaliação, discussões e deliberações sobre a crise com o CNS/AP e redefinição da programação prevista para o IV trimestre do Projeto IEA/FKA.

3.5. Participação no Seminário "Amapá: Ecossistemas, Unidades de Conservação e Populações Tradicionais"

Local: Macapá/Amapá

Período: 09 a 11 de setembro de 1992

Objetivos: Subsidiar a elaboração de Projetos para o Plano Piloto para Conservação das Florestas

Promoção: Coordenação Estadual do Meio Ambiente do Amapá/CEMA/AP e Grupo de Trabalho Amazônico/GTA/AP Tropicais/G7/GTA.

Participantes: Maria Raquel Mattoso Mattedi, como membro da equipe organizadora e de compatibilização dos resultados dos trabalhos e, Iara do Rocio Carvalho.

Entidades Participantes: Órgãos Federais, Estaduais e Municipais de Meio Ambiente, Organizações Não-Governamentais, Entidades de Classe e Representações de Populações Tradicionais do Estado.

3.6. Participação no Workshop Sondeio no Castanhal Araras.

Local: Marabá/Pará

Participante: Iara do Rocio Carvalho

Período: 19 a 27 de setembro de 1992

Promoção: Projeto Genesys

Objetivo: Treinamento e capacitação para pesquisadores e técnicos, na metodologia do "Sondeio".

Entidades Participantes: Fundação Vitória Amazônica, Conselho Nacional dos Seringueiros/AP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais/STR/Paragominas, Imazon, Universidade Federal do Acre/Departamento de Ciências da Saúde, The Woods Hole Research Center, CEPASP, PESACRE e IEA/AP.

urho Ted:

Maria Raquel Mattoso Mattedi
Macapá - 02/10/92

PROGRAMA DE TRABALHO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS

- HOMEM E AMBIENTE NA AMAZONIA -

Usos potenciais da floresta e gestão social dos recursos ambientais

I. INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZONICOS - OBJETIVOS E AREAS DE ATUAÇÃO

O Instituto de Estudos Amazônicos - IEA - tem como finalidade congregar pessoas e profissionais de diversas áreas, interessados em estudar, pesquisar e formular propostas de desenvolvimento para a região amazônica, compatíveis com as características dos recursos naturais regionais e as necessidades das populações locais. O IEA é uma associação de caráter civil, sem fins lucrativos, de âmbito nacional, com sede e foro na cidade de Curitiba, Paraná.

Criado em outubro de 1986, sua atribuição principal tem sido a de fornecer subsídios e informações técnicas, realizar estudos e ações aplicadas e organizar a articulação política para divulgação e implementação da proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia, coordenado pelo Conselho Nacional do Seringueiros, CNS. Desenvolve atividades nos Estados do Acre, Amapá e Rondônia e, desde março de 1989, atua em educação ambiental na área urbana de Curitiba.

Foi o IEA a primeira instituição, no Brasil, a reconhecer o papel desempenhado pelos seringueiros na proteção das florestas e a colaborar com a formulação técnica da proposta das Reservas Extrativistas como uma das alternativas de utilização dos recursos ambientais na Amazônia. Coube ao IEA, também, a organização da articulação política que divulgou a proposta junto a organismos internacionais de desenvolvimento como BIRD, BID, UNEP, entre outros.

Em conjunto, o CNS e o IEA, realizaram ações decisivas, para tornar a proposta de criação de Reservas Extrativistas na Amazônia uma realidade, a começar pela definição conceitual, inovadora tanto do ponto de vista fundiário quanto ambiental. Denomina-se RESERVA EXTRATIVISTA, uma área tradicionalmente ocupada por populações que vivem dos recursos florestais, regularizada pelo Estado através de Concessão Real de Uso, para associações legalmente constituídas, explorada economicamente segundo plano de manejo específico e orientada para o benefício social das populações através de projetos de saúde e educação.

Várias etapas foram cumpridas, nos últimos três anos, visando a institucionalização da proposta:

* realizar estudos e campanhas nacionais visando a modificação das políticas públicas para a Amazonia, tanto em apoio ao projeto das Reservas Extrativistas, quanto em relação ao modelo de desenvolvimento regional.

Com vistas à consecução destes objetivos, o Instituto está organizado em cinco áreas de atuação, cada uma com um projeto principal, todos fundamentados nos princípios que orientam o Programa de Trabalho: a gestão social dos recursos ambientais e os usos potenciais da floresta.

AREAS DE ATUAÇÃO:

1. PESQUISA-AÇÃO - Projeto de Implantação de Reservas Extrativistas na Amazônia - implantação de unidades demonstrativas das Reservas Extrativistas, alavancadas por pesquisas visando identificar usos atuais e potenciais dos recursos florestais e de programas de caráter econômico, social, fundiário e ambiental.
2. ACESSORIA POLITICA - Projeto Políticas Públicas para a Amazônia - elaboração de estudos e campanhas públicas de formação de opinião direcionadas para a modificação das políticas que interferem na desagregação dos ecossistemas amazônicos e no desrespeito aos direitos das populações regionais.
3. DOCUMENTAÇÃO - Projeto Editorial - sistematização e publicação da informação produzida pelo Instituto e outras instituições semelhantes visando divulgar a experiência acumulada no desenvolvimento dos projetos e subsidiar a ação de pesquisa e treinamento.
4. TREINAMENTO - Projeto Curso de Antropologia da Floresta - elaboração de material didático e informativo específicos e realização de cursos visando a qualificação de pesquisadores, assessores, técnicos governamentais e lideranças locais para o processo de implantação de Reservas Extrativistas.
5. EDUCAÇÃO AMBIENTAL - Projeto Memorial Chico Mendes - formação de uma nova consciência urbana sobre a Amazonia através da divulgação de alternativas sustentáveis de utilização dos recursos ambientais.

O IEA é administrado por uma Diretoria formada por Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, por um Conselho Deliberativo e Fiscal e pela Assembleia de Associados, eleitos a cada quatro anos. Mantém uma equipe técnica e administrativa permanente pequena e desenvolve os projetos com consultores autônomos contratados segundo qualificação

específica. Os recursos do IEA são obtidos através da apresentação de projetos técnicos a fundações, órgãos governamentais, instituições de pesquisa, nacionais e internacionais. Informações detalhadas sobre os principais trabalhos desenvolvidos pelo Instituto e sobre o seu perfil institucional estão em anexo anexo I e II, respectivamente.

II. PROGRAMA DE TRABALHO: PRESSUPOSTOS E JUSTIFICATIVA

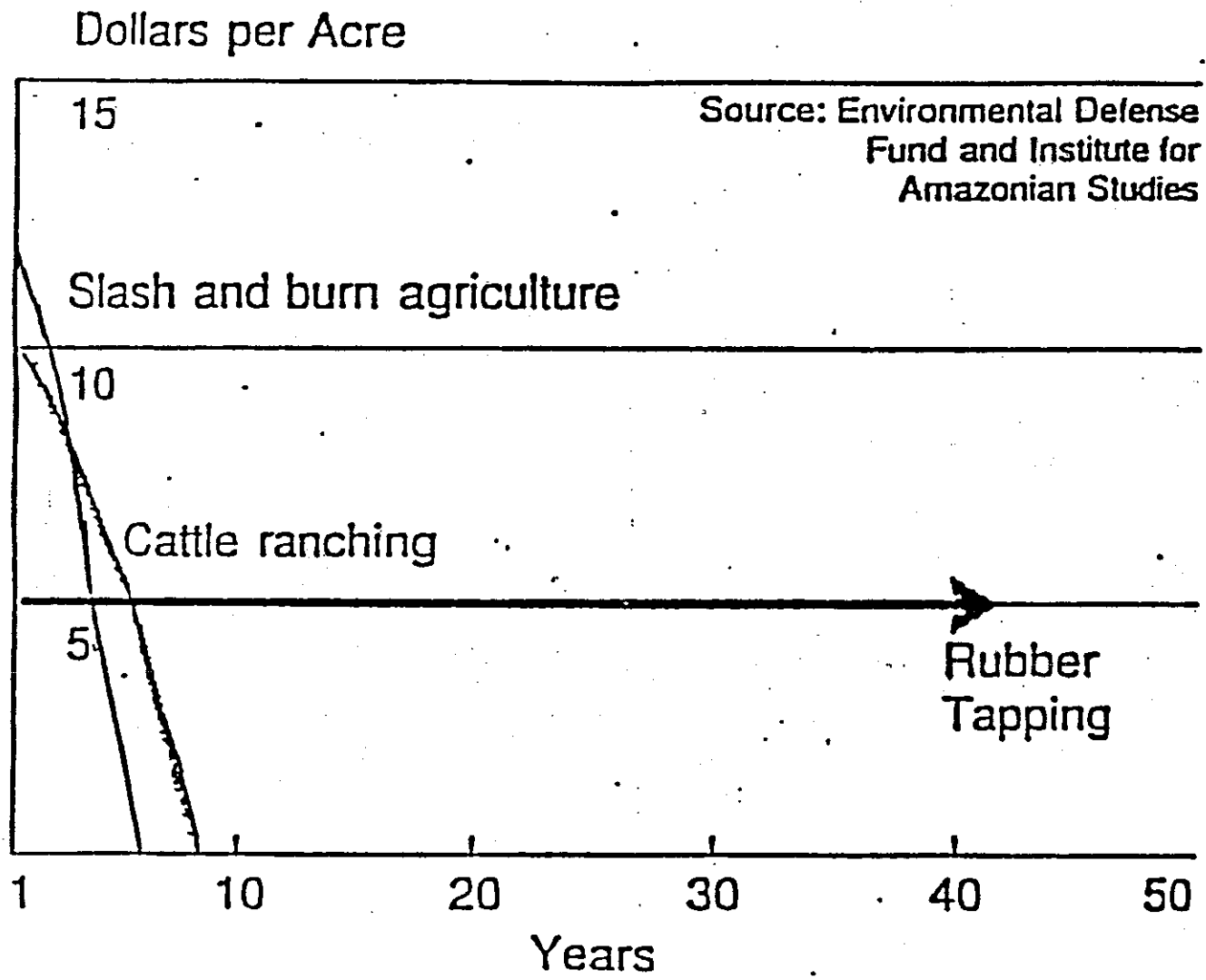
1. USOS POTENCIAIS DA FLORESTA

Há unanimidade entre pesquisadores e planejadores ambientais com relação aos fatores que poderão assegurar a continuidade das florestas tropicais existentes no planeta: a descoberta de usos econômicos novos e a ampliação de mercado para produtos oriundos da floresta. Iniciativas nessa direção vêm sendo criadas rapidamente em decorrência da percepção de que será o consumo de bens que garantirá, a médio prazo, através do aumento de renda para os produtores, utilizações sustentáveis dos recursos ambientais. Ou seja, a oferta diversificada de produtos oriundos da floresta tropical poderá dar sustentação à tese do maior valor econômico da floresta em pé do que de sua transformação em agricultura ou pastagem (Hecht, 1988).

Exemplo mais elaborado dessa tendência até o momento é a proposta da Cultural Survival - USA - de buscar mercado para comercialização direta de produtos oriundos de áreas nas quais desenvolvem-se projetos auto-sustentáveis de exploração da floresta, como é o caso de cooperativas de seringueiros e castanheiros no Acre. A comercialização desses produtos por uma indústria de alimentos nos Estados Unidos, a Jeremy Holt of Sudden Produce, levará em consideração peculiaridades da oferta decorrentes do fato de serem produtos nativos, não homogêneos, nem abundantes. A raridade se transformará, nesse caso, em qualidade a ser explorada em termos de marketing (Clay, s/d).

A compra direta de resinas e frutas nativas, iniciativas em turismo ecológico, linhas de "design" de moda, aquisição de áreas de florestas para serem doadas ao Conselho Nacional de Seringueiros, expressam um movimento em nova direção: a valorização mercantil de um potencial até então reconhecido unicamente por especialistas ou pelas populações locais.

A idéia básica que sustenta essa discussão, nos meios acadêmicos, vem sendo demonstrada através de estudos comparativos que apontam o valor obtido com atividades agropecuárias, pastagens e extrativistas, durante um certo período de tempo, enfatizando resultados monetários menores para a última, porém com garantia de estabilidade social e ambiental maior, como pode ser visualizado no gráfico a seguir.



Estimated Economic Return of Alternative Land Uses in Acre, Brazil, as of early 1980s.

A sustentabilidade do extrativismo pode ser avaliada, também, através de outros parâmetros. Seringueiros membros do CNS afirmam, desde o Encontro Nacional de 1985, que vivem melhor nos seringais do que na periferia das cidades da região e apresentam esse argumento como central na defesa das Reservas Extrativistas. Ou seja, afirmam o desejo de continuar vivendo na floresta e a necessidade de introduzir modificações (escolas, postos de saúde, abastecimento, transporte etc) para evitar a migração para as cidades. (CNS, 1985).

Essa afirmação foi testada em um levantamento de campo realizado, conjuntamente pelo EDF e IEA, em um seringal de Xapuri/AC - o Seringal Cachoeira - durante os meses de outubro e novembro de 1987 (Schwartzman, s/d). A área tem 25 mil hectares e moram lá 67 famílias totalizando 420 pessoas, com uma média, portanto, de 373 hectares por família residente. Esse seringal tem uma ocupação estável e antiga, com um tempo médio de residência de 11 anos sendo que 30% dos entrevistados moram no local há mais de 15 anos. A maioria absoluta da população residente tem origem no Acre (85% dos entrevistados) e em Xapuri (60%).

Essa estabilidade se expressa, também, na organização das atividades econômicas nas "colocações" - unidades familiares de produção. Há uma combinação de atividades extrativas de mercado (borracha e castanha) com outras para subsistência: agricultura, pequena criação de animais domésticos, caça e pesca. Essas atividades geravam uma renda monetária média familiar, na época da pesquisa, de US\$ 960.000/ano, resultante da produção de 750 kg. de borracha e 4.500 kg. de castanha. Considerando-se as outras atividades econômicas cujos rendimentos não são monetários, obteve-se uma renda anual média de US\$ 1.500.00. Ficaram excluídos dessa avaliação inúmeras transações comerciais, entre grupos de parentes, com frutas, nativas e cultivadas, cultivo de vegetais, mandioca em estoque não transformada que asseguram um nível de abastecimento permanente.

Comparando os resultados dessa pesquisa com a renda regional registrada, em 1980, nos dados oficiais para a região norte do país, conclui-se que 59% da população economicamente ativa ganhava menos de 01 salário mínimo por mês, enquanto os seringueiros pesquisados tinham uma renda em torno de 02 salários mínimos/mês. Em termos monetários o valor dos produtos comercializados e o valor do consumo familiar são equivalentes, em torno de US\$ 1.000.00/ano. O que permite um excedente e o uso da floresta e da agricultura de subsistência porque essas atividades diminuem o valor gasto com consumo.

A renda obtida com produtos da floresta, ocorre, nesse caso, em uma área na qual os seringueiros trabalham como autônomos, sem nenhuma assistência e tecnologia, manejo ou busca de novos produtos. A transformação de uma área como essa em Reserva Extrativista deverá possibilitar uma intervenção planejada no

sentido de aumentar a renda gerada, potencializar o uso atual da floresta e identificar novos produtos para serem explorados no futuro.

2. GESTÃO SOCIAL DOS RECURSOS AMBIENTAIS

A idéia de "fronteira de recursos", presente nos projetos governamentais para a região amazônica, expressa a concepção tradicional que vê a região como um imenso espaço vazio a ser ocupado por atividades econômicas rentáveis, transpondo para lá tecnologias que demonstraram eficiência no centro sul do país. Fica sub-entendida outra idéia: a de que as populações que vivem lá não geram riqueza nem tem significado político, social ou cultural, podendo ser ignoradas seja como agentes de desenvolvimento ou como beneficiárias potenciais.

Embora as estatísticas oficiais sejam precárias com relação à ocupação no interior da floresta, o Censo Demográfico de 1980 mostra que a população que depende da floresta para viver, na Amazônia, constitui 1,5 milhão de pessoas, ou seja, 10% da população regional total, sem considerar aqueles que, desenvolvendo atividades agrícolas ou urbanas, mantêm laços econômicos de dependência com a floresta.

Essa população organiza as atividades econômicas, na maior parte dos casos, em variações em torno do "sistema de aviação", ou seja, a troca de produtos extraídos da floresta por alimentos. Varia de região para região o número de elos na cadeia de intermediação que conecta locais de extração com o mercado consumidor. É uma regra predominante na região a desvalorização mercantil dos produtos extraídos da floresta e a submissão do coletor a regras e procedimentos coercitivos e não monetários para o exercício do controle sobre territórios e produtos.

Outra constatação importante é o fato de, em todas as situações nas quais coletores e extratores passaram a exercer a atividade por conta própria ou em pequenas cooperativas, terem aumentado quase imediatamente a renda familiar, recordando e diversificando o uso da floresta. Exemplo de iniciativas como essas existem em Sena Madureira, Xapuri e Cruzeiro do Sul no Acre e, em estágio inicial, nos Estados do Amapá e Rondônia. Isso não significa que não existam problemas para garantir a continuidade da atividade. São muitos e decorrem da descapitalização estrutural desses produtores e da sua total inexperiência e desconhecimento de formas mais modernas de comercialização.

Nesse contexto recente de valorização da floresta e busca de alternativas de capitalização dos extratores, uma questão não vem sendo adequadamente analisada: as dificuldades existentes, por parte das populações locais, para virem a exercer um maior controle sobre os territórios e os resultados econômicos e políticos da utilização da floresta. Existem variáveis históricas

e estruturais relacionadas com a predominância das atividades anteriores ligadas ao aviamento que precisam ser profundamente conhecidas para serem modificadas. Depende da compreensão dessas mudanças, pelas comunidades locais, a transformação efetiva da renda familiar.

Alguns exemplos podem ajudar a compreensão. Não existe, no sistema de coleta e extração de produtos da floresta - como a borracha e a castanha - divisão de trabalho no interior das diferentes etapas da atividade econômica. Cada unidade de produção explora uma parte da floresta e dentro da família, cada filho em idade produtiva, utiliza um segmento dessa divisão maior. Modificações nessa estrutura, visando a comercialização conjunta de produtos, deve considerar a inexistência de experiência anterior. Além disso, nestas regiões, é o "patrão" quem exerce funções de distribuição de bens econômicos e de regularização das relações sociais, além de controlar as transações comerciais, ocupa o lugar do poder público, fazendo leis e oferecendo serviços, pelos quais cobra tanto monetariamente quanto simbolicamente. Ou seja, recebe em troca "lealdades" de todos os tipos.

A modificação dessas relações, culturalmente significativas para as populações locais, não se dá através de projetos econômicos. Ao contrário, qualquer tentativa de modificação dos termos de organização da produção ou comercialização de produtos da floresta, requer a prévia compreensão das redes de relações sociais, inclusive de parentelas, em vigência na região. Além disso, existe grande variedade de formas de manifestação do "aviamento" dentro da região amazônica, que precisam ser conhecidas e compreendidas.

O único elemento que poderá garantir uma nova forma de relação social na região, será a capacidade dessas comunidades locais de assumirem a gestão e o controle das decisões relativas à utilização econômica dos recursos existentes na área. Nesse processo, a aquisição de instrumentos básicos de autonomia, institucionalizados através da concessão de uso e das organizações comunitárias, é essencial. A criação de escolas para adultos que tornem acessíveis os instrumentos de comunicação essenciais da nossa sociedade letrada, ao lado de associações, cooperativas e sindicatos, poderá permitir à comunidade o controle sobre as decisões, sobre as alternativas em elaboração e sobre os projetos existentes para aquela região.

Deve-se considerar, por último, que existe uma estrutura social e cultural consolidada na região, mantida por gerações, originada há mais de cem anos, no início da economia da borracha, que não será modificada se não for compreendida pelos protagonistas. Ou seja, é preciso que os agentes da mudança interiorizem as alternativas e as considerem viáveis para que não somente elas ocorram, como passem a fazer sentido para eles. Esse processo requer tempo e metodologia específica para ser

realizado. O produto final será o controle, permanente e autônomo, por parte dos grupos sociais que vivem na região, do processo de transformação da realidade.

Em síntese, a proposta de criação de Reserva Extrativista, sem ser considerada uma espécie de "salvação da Amazônia", pode representar um novo parâmetro para utilização dos recursos naturais, na medida em que se fundamenta no fato de que a floresta constitui a base econômica de reprodução dessas populações. Essa é a maneira mais eficaz de conservação do meio ambiente: através de sua utilização econômica. Ao mesmo tempo, será necessário tornar essas áreas mais capitalizadas, para que possam aumentar a renda das populações locais. Por último, devem ser estabelecidos critérios claros de gestão e definição de competências, por parte do Estado e das comunidades, para que essas áreas possam se manter estáveis no tempo, não sofrendo injunções políticas conjunturais.

III. RESERVAS EXTRATIVISTAS NO AMAPÁ: MARACA I, II E III

1. Justificativa

A experiência de trabalho e assessoria do IEA, no Amapá, desenvolveu-se a partir de 1988 e, desde seu início, foi realizada conjuntamente com instituições governamentais e não governamentais, locais e nacionais. Produziu-se uma trajetória particular que, em função da inexistência de recursos para sua continuidade, teve que ser parcialmente interrompida em 1989.

Inicialmente, com vistas à implantação da Portaria 627 na Amazônia - Projetos de Assentamento Extrativistas/PAES - participaram, além do IEA e do Conselho Nacional dos Seringueiros, os seguintes órgãos e entidades locais: INCRA/AP, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá/SINTRAR, Cooperativa dos Trabalhadores Extrativistas do Jari e a Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Amapá/ASTER. O trabalho realizado nesta ocasião incluiu viagens de campo, reuniões com as comunidades extrativistas locais e um levantamento preliminar das áreas, potenciais e prioritárias, para a implantação do projeto.

O resultado desta assessoria foi a formulação de nove Projetos Preliminares de Assentamento Extrativista, sendo que dentre estes, três foram oficialmente criados: Maracá I, II e III, respectivamente, decretos números 1.440, 1.441 e 1.442 de 27 de outubro de 1988. As demais áreas estão ainda sendo negociadas.

A partir do II Encontro Nacional dos Seringueiros/II ENS, os seringueiros e castanheiros do Amapá, aprofundaram o contato com o Conselho Nacional dos Seringueiros/CNS passando a ter representação na direção desta organização. Recentemente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá e o CNS realizaram um "empate", impedindo a derrubada de açaisais no sul do Estado, evidenciando a troca de experiências dentro do movimento. Em janeiro de 1989 foi realizado um Encontro Regional de Extrativistas em Santo Antônio da Cachoeira, no Alto Jari, reivindicando a criação de Reservas Extrativistas no Estado do Amapá.

No decorrer de 1989, muito pouco foi possível avançar no sentido de viabilizar a implantação destas Reservas, seja pela escassez de recursos, seja pelo acúmulo de demandas surgidas em decorrência do assassinato de Chico Mendes no Acre.

Todavia os contatos com as comunidades extrativistas do Amapá foram mantidos através da troca frequente de informações com as lideranças do movimento naquele Estado, que aguardam a retomada do projeto de implantação das Reservas. Com a regulamentação da criação de Reservas Extrativistas, pelo governo

brasileiro, decreto número 98.897, assinado em 30 de janeiro de 1990, as reivindicações se intensificaram em decorrência das condições precárias de vida da população local e da pressão sobre os recursos naturais.

2. Caracterização da Área

O sul do Amapá, norte do Pará e estuário do canal norte do Amazonas, são regiões tradicionalmente extrativistas, sendo que sua ocupação e exploração foram iniciadas ainda no século passado.

A bacia do Rio Maracá abrange pelo menos três grandes ecossistemas: o de várzea sob influência das marés do Amazonas e seus tributários, o de terras médias com a presença de campos naturais e o de terras altas. A cobertura florestal predominante é de floresta tropical úmida.

A área da bacia do Maracá, prevista para a implantação das Reservas Extrativistas, totaliza 324.000 hectares, assim distribuídos: Maracá I com 75.000, Maracá II com 22.500 e Maracá III com 226.500.

Os recursos extrativos principais compreendem diversas qualidades de látex, castanha, açaí (fruto e palmito) e madeiras, seguidos de óleos, cocos, fibras, ervas, frutas, resinas, caças e pescados. Praticam-se também, na região, a agricultura de subsistência e a criação de gado e búfalos nas pastagens naturais existentes.

A área, desapropriada através do decreto número 8.623 de 29/09/81, foi destinada à implantação de Projetos de Assentamento Extrativistas, conforme mencionado no item anterior.

3. População Beneficiada

Importante parcela da população rural do Estado está assentada ao longo das três bacias hidrográficas principais dos Rios Jari, Cajari e Maracá. A área prevista para implantação do Projeto é ocupada por aproximadamente 1.068 famílias assim distribuídas: Maracá I com 214, Maracá II com 94 e Maracá III com 760, totalizando cerca de 4.800 pessoas.

A região é ainda frequentada por extrativistas de outros Estados que para lá se deslocam na época da safra de castanha. A estrutura de produção extrativista foi bastante alterada com o impacto da implantação do Projeto Jari e suas atividades agro-silvo-industriais. Apesar disso, grande parte da população ainda depende do que propicia a floresta. Como ocorre

tradicionalmente em áreas extrativistas, o "aviamento" rege o comércio e a atividade econômica local, constatando-se, inclusive, o pagamento de renda para a cata da castanha em várias localidades.

A região, apresenta estruturas básicas para educação, saúde, comunicação e transportes bastante precárias. A invasão da área das Reservas por madeireiras, usinas de "beneficiamento" do palmito e projetos agropecuários, ao lado da precariedade de transportes, tornou deficiente a comercialização dos produtos extrativos tradicionais. Paulatinamente, a atividade extrativa tradicional - baseada na extração combinada de diferentes produtos - tem sido substituída pela atividade econômica concentrada sobre um único produto extrativo. A exploração dos recursos naturais em bases sustentáveis, corre o risco de tornar-se predatória, se medidas emergenciais, visando a proteção ambiental dessas áreas, não forem imediatamente implementadas.

4. Objetivos do Projeto

4.1. Gerais: (a serem alcançados durante o projeto)

- * Melhorar as condições de vida das comunidades locais através da implementação de ações emergenciais, a curto prazo, nas áreas de educação e saúde e, a médio prazo, nas de infraestrutura de apoio, transportes e comunicações, definidas no Plano de Ação Emergencial (segundo ano do Projeto);
- * Contribuir para a implantação de um novo modelo de desenvolvimento regional com base no uso sustentável e na gestão comunitária dos recursos naturais disponíveis.
- * Contribuir para criação de novas políticas públicas para a região através da execução de projetos específicos nas áreas de política fundiária, políticas sociais e econômicas.

4.2. Específicos:

- * Dar início ao processo de implantação das Reservas Extrativistas Maracá I, II e III, no Estado do Amapá, tendo em vista a regularização da criação de Reservas Extrativistas, decreto número 96.897, de 30 de janeiro de 1990;

- * Promover reuniões com as comunidades beneficiadas, técnicos governamentais, pesquisadores, assessores e lideranças locais que se envolverão com o Projeto visando a retomada do processo de implantação de Reservas Extrativistas no Estado do Amapá;
- * Promover um Treinamento - parte do Curso Antropologia da Floresta - visando a preparação de recursos humanos - técnicos, assessores e lideranças locais - para planejamento, desenvolvimento, execução e acompanhamento do Projeto;
- * Fazer diagnóstico sócio-econômico das comunidades beneficiadas e de suas principais demandas para definição de um Plano de Ação Emergencial/P.A.E.;
- * Promover Encontros Municipais e/ou Regionais para discutir com as comunidades locais e/ou seus representantes, o Plano de Ação Emergencial/P.A.E., visando a sua avaliação e ratificação por parte das mesmas;
- * Apontar, a partir do levantamento preliminar, estudos específicos que deverão ser realizados a partir do segundo ano do projeto, visando o estabelecimento de um Plano de Manejo para as áreas em questão;
- * Definir, a partir do levantamento preliminar, tipo de infraestrutura a ser implantada nas áreas das Reservas assim como seu dimensionamento, localização espacial e respectivos custos;
- * Realizar seminário com vistas à avaliação do primeiro ano de implantação das Reservas do Amapá.

5. Operacionalização: Etapas e Atividades Previstas

A metodologia de implantação de Reservas Extrativistas, envolve o cumprimento de uma sequência de etapas e atividades correlatas que vão desde os contatos preliminares com as comunidades beneficiadas até uma efetiva interferência na realidade das mesmas através da implementação de ações emergenciais e da construção de uma infraestrutura de apoio.

O Projeto ora proposto, visa dar continuidade ao processo de implantação das Reservas no Estado do Amapá, a partir dos contatos preliminares já realizados pelo IEA, seguindo uma sequência de etapas articuladas e complementares, durante o período de 01 ano. Somente após o primeiro ano de trabalho contínuo e sistemático, através do planejamento, execução,

acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas, será possível detalhar a continuidade do Projeto para os anos subsequentes.

Assim sendo, prevê-se para o ano de 1991, o desenvolvimento de 05 etapas a partir da liberação dos recursos necessários. São elas:

PRIMEIRA ETAPA - TREINAMENTO DE EQUIPE E PREPARAÇÃO DE CAMPO

Tendo em vista a necessidade de preparar uma equipe para atuar permanentemente nas Reservas do Amapá, em trabalho de coordenação, execução de levantamentos preliminares de campo, acompanhamento e avaliação do Projeto, será organizado um Treinamento de Pesquisadores, Assessores e Lideranças Locais, durante o qual será sistematizada e apresentada a experiência de trabalho realizada no Acre, simultaneamente à preparação dos instrumentos técnicos requeridos à implementação do trabalho na área das Reservas.

O treinamento será planejado e coordenado pela Presidente do IEA e contará com a participação de pesquisadores convidados. Será realizado num período de 02 meses e envolverá as seguintes atividades:

a) Na área de Documentação

- * Sistematização da informação disponível sobre a experiência do movimento dos seringueiros do Acre e produção de material informativo de apoio ao trabalho nas Reservas.
- * Organização de textos teóricos de apoio relacionados com a história da Amazônia, movimentos sociais, metodologia de pesquisa-ação, conceitos de eco-desenvolvimento e sustentabilidade.

Duração Prevista: 02 semanas/tempo integral

b) Na Preparação do Trabalho de Campo

- * Levantamento e sistematização de dados secundários e históricos sobre a região onde está sendo implantado o Projeto.
- * Elaboração de um questionário para o levantamento socio-econômico, dos recursos naturais disponíveis e principais demandas das comunidades beneficiadas, com base em material já existente e em uso em outras regiões.

- * Planejamento detalhado do trabalho de campo com estabelecimento de metas, responsabilidades e prazos de execução.

Duração Prevista: 03 semanas/tempo integral.

Serão ainda realizados Seminários Complementares ao Treinamento, abordando os seguintes temas:

- * Metodologia de pesquisa e ação implantada no Acre no período de 1978 a 1985.
- * História do movimento dos seringueiros na Amazônia. Origens e significado da proposta de implantação de Reservas Extrativistas.
- * Gestão Comunitária e Uso sustentável dos Recursos Ambientais: aspectos conceituais.

Duração Prevista: 03 semanas/tempo parcial

SEGUNDA ETAPA - LEVANTAMENTO PRELIMINAR

O levantamento de informações previsto nesta etapa, cobre as características sócio-econômicas da população beneficiada pelo Projeto, suas principais demandas, o inventário preliminar dos recursos naturais disponíveis nas áreas assim como o conhecimento da rede de organizações - governamentais e não-governamentais - que atuam na região.

O principal objetivo do trabalho é conhecer a área em profundidade e, simultaneamente, criar condições para o desenvolvimento de ações de caráter emergencial que envolvam a mobilização da comunidade na solução de seus problemas, desde o início do processo. Estão previstas as seguintes atividades, numa sequência metodológica própria, com a duração de 04 meses, incluindo deslocamentos inter e intra regionais:

a) Formação de um Grupo Regional de Apoio - G.A.R.

Um conjunto de atividades, a serem realizadas na região, sob a coordenação da equipe do IEA, visa criar um Grupo de Apoio Regional/G.A.R. que garantirá sustentação política permanente e próxima ao trabalho de implantação das Reservas. Embora possam surgir modificações a partir da realização dos contatos preliminares (primeira etapa), o esquema previsto terá a duração de 02 semanas, envolvendo a organização e promoção das seguintes ações:

- * Debate público sobre as Reservas Extrativistas com a participação de todas as instituições locais relevantes e envolvidas com o Projeto, sob a coordenação do IEA.
 - * Reuniões com órgãos governamentais envolvidos com a questão rural e extrativista para definição de um técnico que deverá acompanhar o trabalho de campo.
 - * Reuniões com organizações comunitárias, especialmente Sindicatos e CNS, para discussão do trabalho previsto e definição dos representantes que integrarão a equipe de trabalho com o IEA.
 - * Seminários e treinamento dos novos integrantes da equipe de trabalho: técnico(s) governamental(ais), representantes das comunidades beneficiadas, representante do CNS e dos trabalhadores extrativistas da região, assessores e membros das entidades participantes do projeto.
- * Mobilização das entidades participantes e da comunidade local para Encontro Municipal e/ou Regional visando a elaboração de um Plano de Ação a ser definido no término desta etapa do trabalho.

b) Pesquisa de Campo

Desde o início a pesquisa envolverá a participação comunitária e todo o processo e seus objetivos devem ser claramente discutidos e compreendidos pela população local. Será realizado um levantamento sócio-econômico das principais demandas comunitárias e dos recursos naturais disponíveis no âmbito das famílias residentes. O questionário aplicado será acompanhado de entrevistas gravadas, com base em roteiros próprios, visando uma compreensão profunda das características populacionais, das demandas existentes e das alternativas de soluções propostas pelas comunidades.

A pesquisa será desenvolvida no período de 12 semanas/03 meses e buscará as seguintes informações:

- * Características sócio-econômico das famílias residentes
- * Inventário dos recursos naturais disponíveis
- * Definição das principais demandas comunitárias, das soluções propostas e das prioridades para o desencadeamento de ações emergenciais
- * História das comunidades beneficiadas e explicação apresentada para suas dificuldades

A preparação da pesquisa de campo envolverá algumas atividades específicas a partir das quais será garantido o envolvimento efetivo da comunidade no processo. Para tanto, estão previstas 02 semanas de trabalho, em tempo integral, a ser realizado no Estado do Amapá. São elas:

- * Planejamento da viagem de campo através da compra de alimentos, medicamentos, locação de transportes locais e distribuição de tarefas e áreas entre a equipe de apoio
- * Reunião prévia com as comunidades alvo e/ou com seus representantes para apresentação e discussão "in loco" dos propósitos do trabalho
- * Aplicação de questionários no universo das famílias residentes e levantamento simultâneo das principais demandas e recursos naturais disponíveis

TERCEIRA ETAPA - PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL - P.A.E.

A formulação de um Plano de Ação Emergencial, a partir do levantamento preliminar, deverá possibilitar mudanças efetivas e a curto prazo nas condições de vida dos grupos populacionais que vivem nas Reservas. Assim sendo, o desenvolvimento desta etapa do trabalho está prevista para ser realizada em dois momentos: a) Elaboração do P.A.E. e b) Execução subsequente das ações emergenciais nele contidas.

a) Elaboração do Plano Emergencial de Ação/P.A.E.

Concluído o levantamento de campo, em caráter emergencial e antes mesmo da volta do IEA à sua sede, serão organizadas as informações relativas às principais demandas comunitárias e elaborado, em conjunto com os envolvidos na pesquisa de campo, um PLANO DE AÇÃO EMERGENCIAL/P.A.E., visando o encaminhamento imediato de algumas ações emergenciais. Este documento deverá ser discutido e ratificado pela comunidade beneficiária - através de Encontro Municipal e/ou Regional - devendo conter, ainda, as possíveis formas de encaminhamento e os níveis de responsabilidades por parte da comunidade, dos órgãos governamentais envolvidos, do Grupo de Apoio Regional/G.A.R. e do IEA. Sua elaboração, avaliação e ratificação por parte das comunidades, deverá ocorrer no prazo máximo de 04 semanas e envolver itens referentes às seguintes ações:

- * Regularização fundiária das Reservas
- * Organização associativa para recebimento da Concessão de Uso
- * Ações emergenciais nas áreas de educação e saúde

- * Ações emergenciais para valorização e comercialização dos produtos
- * Defesa dos recursos naturais ameaçados
- * Cronograma de atividades e responsabilidades de cada parte envolvida
- * Plano de Trabalho para a comunidade, G.A.R, órgãos governamentais e IEA
- * Avaliação do trabalho realizado

b) Execução do Plano Emergencial de Ação/P.A.E.

Ações de curto prazo e emergenciais, que não envolvam recursos adicionais, devem começar a serem executadas imediatamente após o trabalho de campo, estendendo-se até o final do primeiro ano do Projeto. A priori, algumas ações podem ser desencadeadas através da implementação de algumas atividades:

- * Pressão junto aos órgãos públicos em defesa dos recursos ameaçados
- * Divulgação, na mídia, de fatos e conflitos com vistas a mobilização da opinião pública em torno das Reservas
- * Elaboração e divulgação de artigos, textos e documentos para revistas, jornais, entidades ambientalistas visando a busca de apoio para soluções de situações emergenciais e críticas

Áreas que envolverão a busca de novos recursos ou fundos complementares, devem ser transformadas em projetos específicos a serem encaminhados a grupos de voluntários, a empresários, organismos públicos locais, estaduais ou federais, a fundações internacionais sempre contemplando a participação e o envolvimento da comunidade na implementação das mesmas.

QUARTA ETAPA - SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A identificação dos usos - potenciais e efetivos - dos recursos naturais nas áreas das Reservas assim como a compreensão das relações sociais e econômicas através das quais se dá a gestão destes recursos, servirá de base para a continuidade do Projeto nos anos subsequentes.

Em outras palavras, esta sistematização de dados possibilitará a identificação de estudos envolvendo campos específicos e multidisciplinares de conhecimento - composição dos solos, inventários botânicos e florestais, análise de mercado para novos produtos, viabilidade econômica das Reservas,

integração das mesmas aos mercados e avanços obtidos em outras áreas, dentre outros necessários e compatíveis com o desenvolvimento social e econômico das áreas beneficiadas pelo Projeto. Projetos de pesquisa e/ou estudos serão identificados e realizados com vistas ao zoneamento e à definição de um Plano de Manejo para estas áreas a partir do primeiro ano do Projeto.

A sistematização das informações coletadas será desenvolvida pelo IEA, num período de 03 meses, envolvendo as seguintes atividades:

- * Elaboração de Relatório de Pesquisa incluindo a tabulação dos questionários, sistematização e análise dos resultados
- * Sistematização e análise dos dados qualitativos levantados (entrevistas gravadas, depoimentos, etc) que serão incorporados ao Relatório de Pesquisa
- * Inventário dos recursos naturais disponíveis nas áreas pesquisadas e identificação de pesquisa e/ou estudos complementares para encaminhamento às instituições especializadas visando execução conjunta e co-financiada com o IEA
- * Estudo sobre a infraestrutura a ser implantada nas áreas abrangendo sua localização espacial, características e respectivos custos
- * Encaminhamento do Relatório e anexos ao G.A.R. e ao CNS para discussão, acompanhamento, debate e avaliação
- * Organização da documentação fotográfica visando a produção de um audio-visual a ser utilizado em reuniões, debates e seminários. Cópia deste material será doada ao G.A.R. e ao CNS

QUINTA ETAPA - AVALIAÇÃO DO PROJETO

Um Seminário, coordenado pelo IEA e G.A.R., com a participação do CNS, dos organismos governamentais e entidades não-governamentais, dos grupos e lideranças locais, de assessores e pesquisadores que se envolveram com o processo de implantação das Reservas, deve encerrar o primeiro ano do Projeto e será considerado como um instrumento de avaliação da metodologia utilizada e dos resultados alcançados.

O Seminário, incluindo sua organização, preparação dos instrumentos de avaliação e documento final, terá a duração de 01 mês e abordará os seguintes pontos de discussão:

- * Eficácia da metodologia utilizada visando possíveis ajustes metodológicos

- * Envolvimento e participação das comunidades na decisão e elaboração das estratégias de ação
- * Eficácia das ações desenvolvidas em todos os níveis: local, regional e nacional
- * Avaliação das ações desencadeadas a partir do Plano de Ação estabelecido na terceira etapa de trabalho e executado até o final do primeiro ano do Projeto
- * Encaminhamentos e colaborações possíveis e necessárias para a continuidade do Projeto

6. Metas a serem alcançadas

Espera-se, com a execução do Projeto - Reservas Extrativistas no Amapá: Maracá I, II e III - alcançar as seguintes metas no ano de 1991:

- * Criar um grupo de apoio regional, envolvendo técnicos governamentais, não governamentais, assessores, pesquisadores, lideranças e representantes das comunidades e sindicatos locais, o qual deverá garantir a sustentação do trabalho de implantação das referidas Reservas
- * Produzir os seguintes documentos:
 - As Reservas Extrativistas no Estado do Amapá: demandas comunitárias e diagnóstico sócio-econômico;
 - Infraestrutura básica para a implantação das Reservas Extrativistas do Amapá;
 - Plano de Manejo das Reservas Extrativistas do Amapá: subsídios para sua definição;
 - Reservas Extrativistas do Amapá: Plano de Ação Emergencial/P.A.E.;
 - Metodologia de Implantação de Reservas Extrativistas: experiência no Amapá;
- * Produzir material informativo para o trabalho de mobilização e organização comunitária - cartilhas, literatura de cordel e um programa radiofônico;
- * Executar ações emergenciais nas áreas de educação e saúde definidas no Plano de Ação Emergencial/P.A.E.
- * Promover 01 seminário de avaliação envolvendo todos os participantes do Projeto

IV. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

1. Treinamento e preparação do trabalho de campo02 meses
2. Levantamento Preliminar.....03 meses
3. Plano de Ação Emergencial/elaboração.....01 mes
4. Plano de Ação Emergencial/execução.....06 meses (*)
5. Sistematização da Informação.....03 meses
6. Seminário de Avaliação.....01 meses

(*) A implementação de ações emergenciais nas áreas das Reservas, está prevista para ser iniciada no sexto mês do Projeto - concluídas as etapas de treinamento, preparação de trabalho de campo, levantamento preliminar e elaboração do P.A.E. - estendendo-se até a conclusão do seu primeiro ano.

ANEXO DE

MAPAS,

QUADROS

E

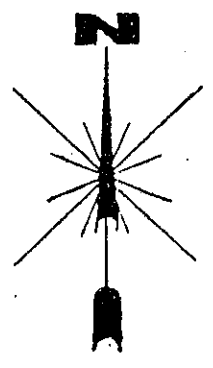
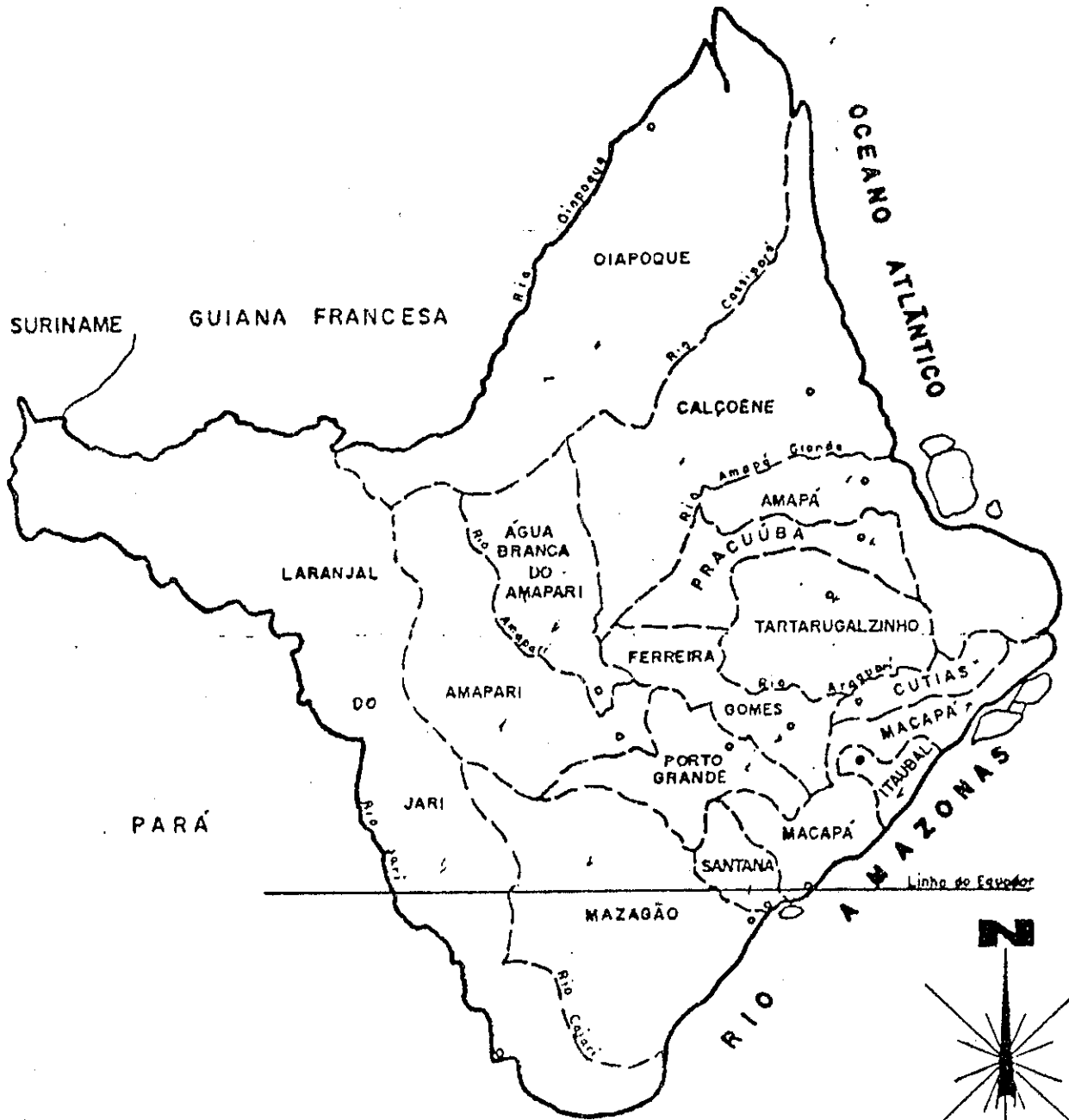
TABELAS DO ÍTEM 02

XX

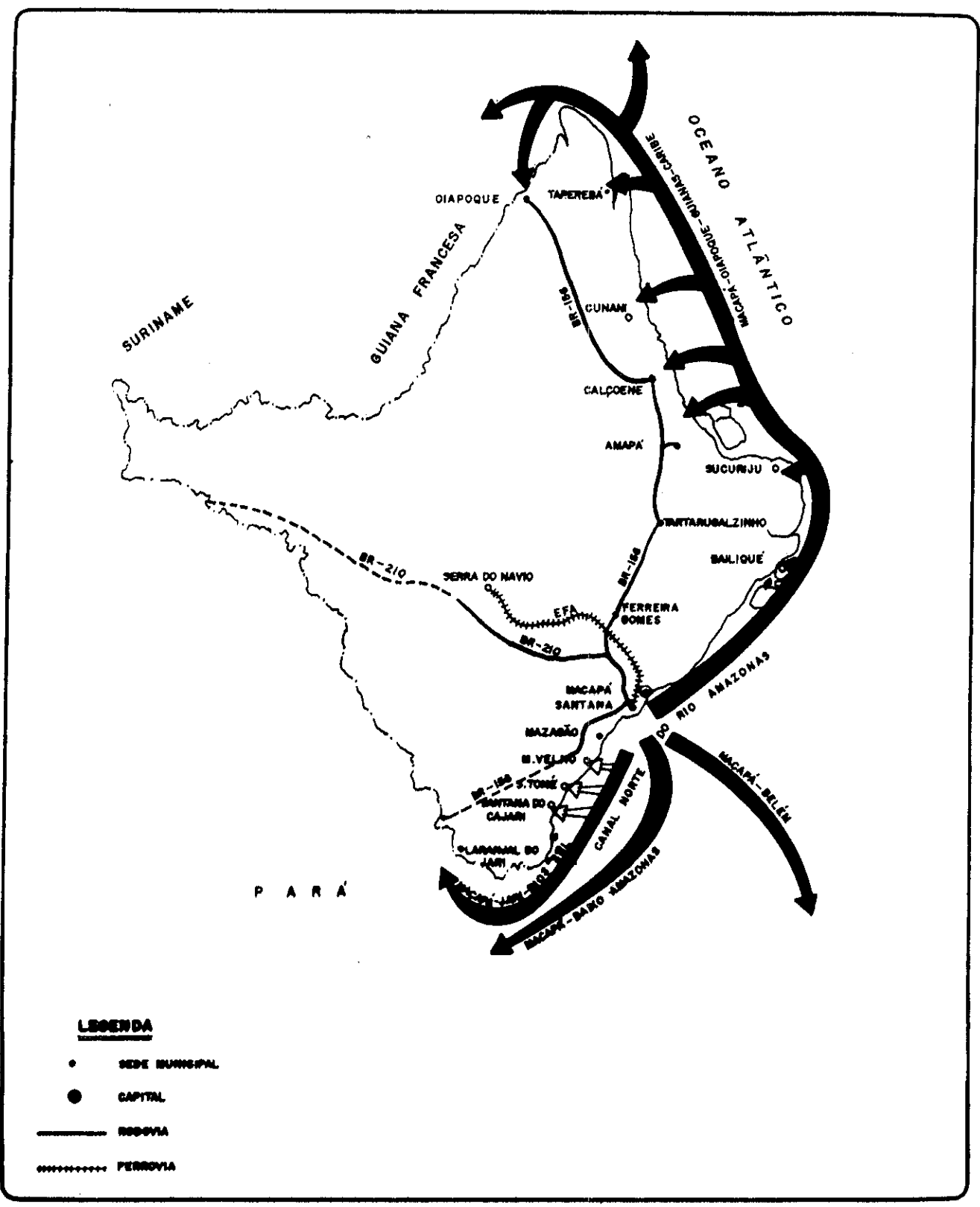
MAPA POLÍTICO DO ESTADO DO AMAPÁ

ANO 1992

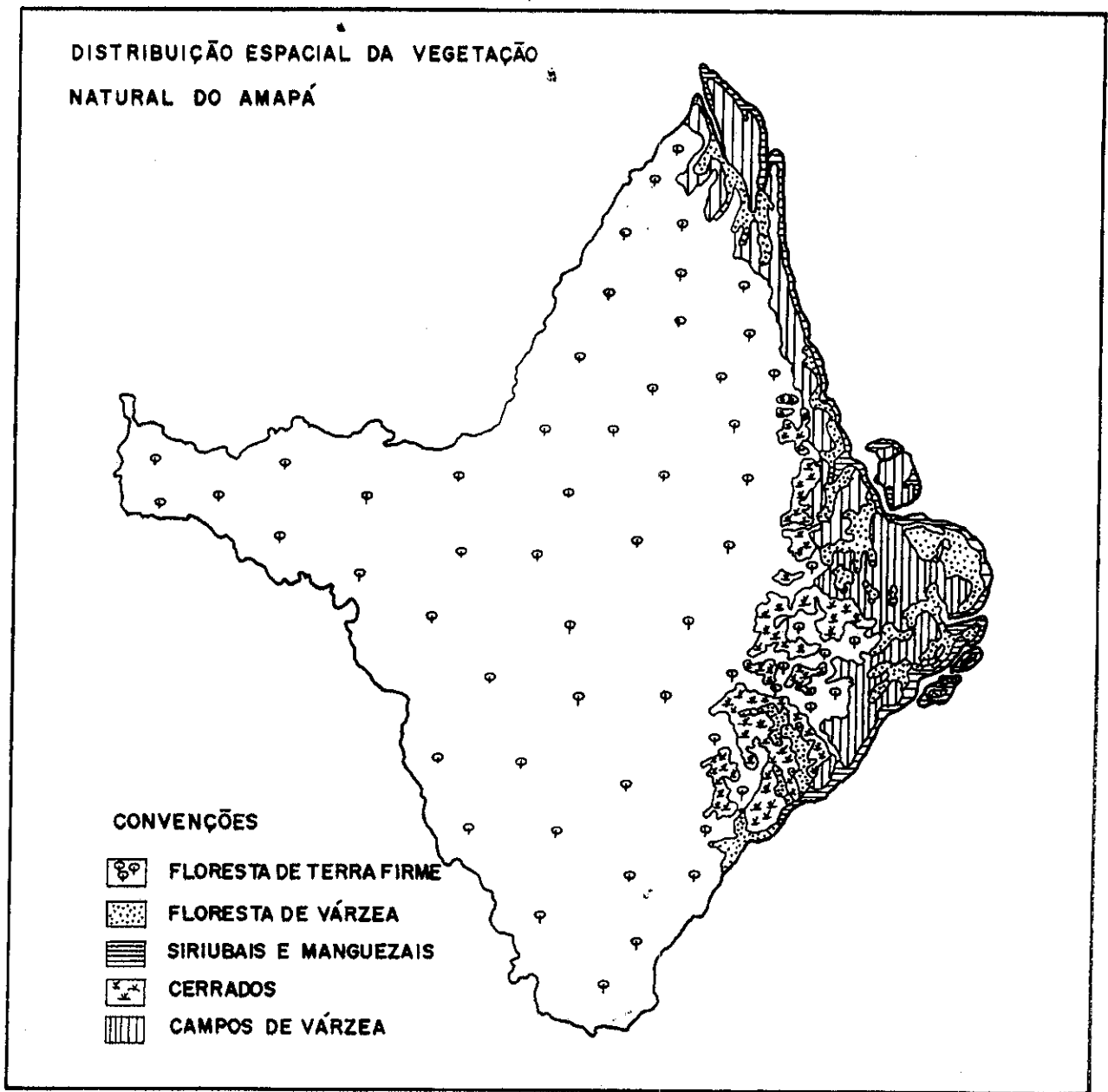
Desenho: GURJÃO



PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 92/95
PLA 6
FIG.07 - MACRORROTAS HIDROVIÁRIAS DO
ESTADO DO AMAPÁ

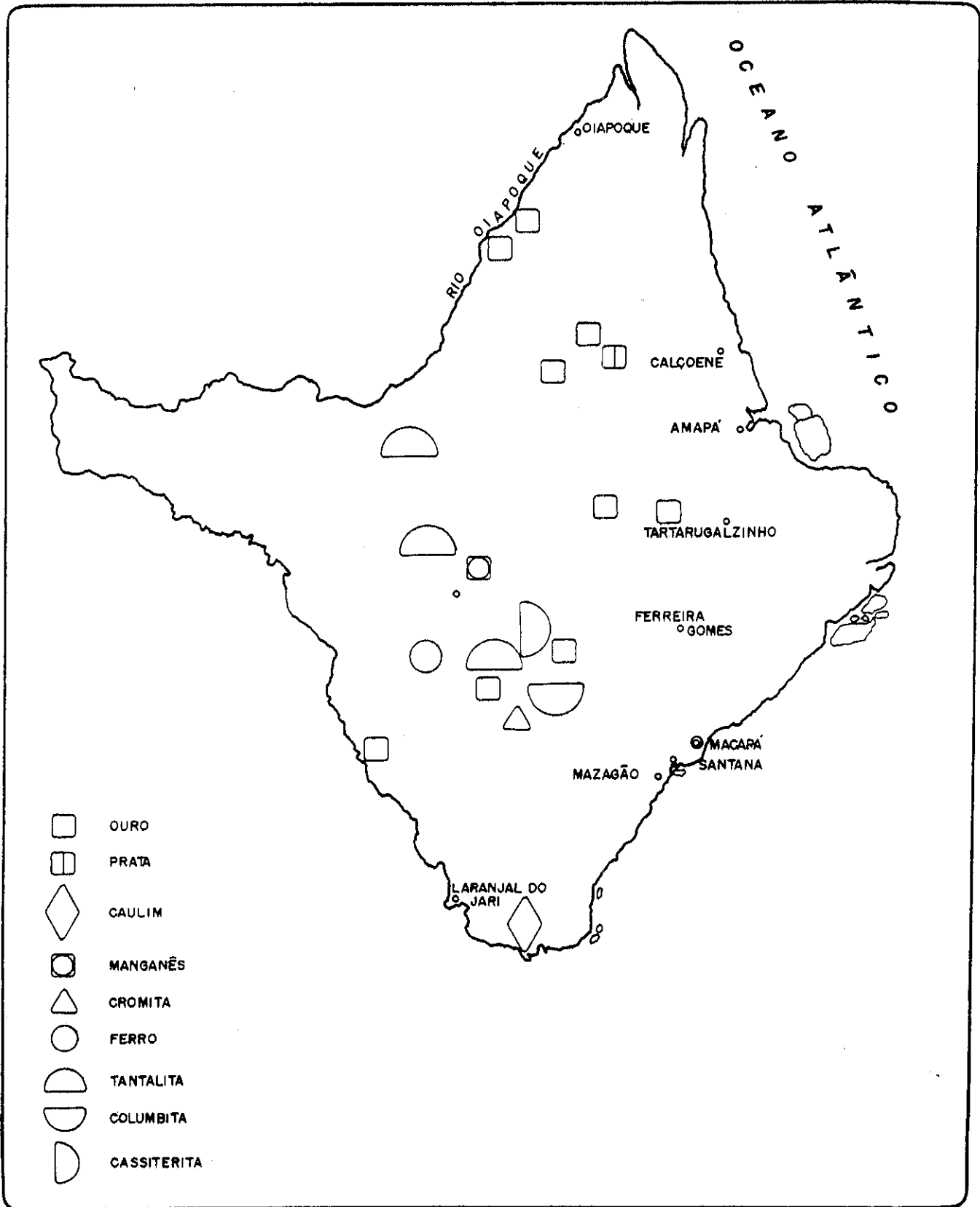


MAPA 3



MAPA 4

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL - 92/95
P L A G
FIG. 06 - MAPA DE RECURSOS MINERAIS
ESTADO DO AMAPÁ



QUADRO 1

EMPREENDIMENTOS NO SETOR MINERAL NO AMPÁ

| GRUPO | EMPRESA | ATIVIDADE | MUNICÍPIO |
|------------------|--|---|---------------------------|
| CAEMI | ICOMI | Lavra de Manganês Pesquisa de Cromita | Macapá Mazagão |
| | CADAM | Lavra de Caulim | Laranjal do Jari |
| | AMPARI | Pesquisa de Ouro | Mazagão |
| | COMPANHIA FERRO-LIGAS DO AMPÁ- CEA. | Produção de ferro-liga | Santana |
| CMP E OUTROS | NOVO ASTRO | Lavra de Ouro Pesquisa de Ouro | Calçoene Amapá/F.Gomes |
| AOKI E YUKIO | YUKIO YOSHIDOME | Lavra de Ouro | Calçoene |
| CIMACER | CIMACER | Lavra de Argila | Santana |
| RTZ | SERETAMA | Pesquisa de Ouro Pesquisa de Tantalita | Tartarugalzinho |
| INTERCONTINENTAL | INTERMINERAÇÕES | Pesquisa de Ouro | Oiapoque |
| PARANAPANEMA | TABOCA | Pesquisa de Ouro | Oiapoque |
| C.R.ALMEIDA | C.R.ALMEIDA | Pesquisa de Ouro | Oiapoque |
| SOPEMI | VALE DE SÃO JOÃO | Pesquisa de Diamante | Macapá |

FONTE: DIAGNÓSTICO DO SETOR MINERAL - CEAG-1989

QUADRO 2

ARRECAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO 1987/88

| DISCRIMINAÇÃO | ARRECAÇÃO - Cr\$ 1,00 | | PARTICIPAÇÃO % | | MÉDIA |
|---|-----------------------|----------------------|----------------|---------------|--------------|
| | 87 | 88 | 87 | 88 | |
| TOTAL GERAL | 689.652.651 | 4.003.325.127 | 100,00 | 100,00 | 87/88 |
| . Imposto s/Produtos Industrializados- <u>IPI.</u> | 15.676.276 | 77.283.388 | 2,27 | 1,93 | 2,1 |
| . Imposto Único Sobre Minerais- <u>IUM.</u> | 104.572.227 | 707.994.139 | 15,16 | 17,68 | 16,4 |
| . Imposto Sobre Circulação de Mercadoria- <u>ICM.</u> | 200.928.731 | 1.173.995.706 | 29,13 | 29,32 | 29,2 |
| . Imposto de Renda - Pessoa Jurídica- <u>IR.</u> | 23.133.686 | 165.354.924 | 3,35 | 4,13 | 3,7 |
| . Demais Itens de Receita | 345.341.731 | 1.878.596.970 | 50,09 | 46,94 | 48,5 |

FONTE: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO AMPÁ - 1989

TABELA 2

ÁREA E PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO ESTADO DO AMPÁ
1984 - 88

| CULTURAS | 1984 | | 1985 | | 1986 | | 1987 | | 1988 | |
|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | ÁREA (ha) | PROD. (t) | ÁREA (ha) | PROD. (t) | ÁREA (ha) | PROD. (t) | ÁREA (ha) | PROD. (t) | ÁREA (ha) | PROD. (t) |
| - Temporárias | | | | | | | | | | |
| . Mandioca | 5.036 | 47.640 | 4.259 | 46.099 | 3.984 | 42.773 | 2.425 | 25.060 | 2.600 | 26.366 |
| . Arroz (em casca) | 1.166 | 1.431 | 1.258 | 1.408 | 1.105 | 550 | 667 | 440 | 586 | 569 |
| . Milho | 1.129 | 701 | 1.042 | 801 | 851 | 574 | 453 | 461 | 694 | 573 |
| . Feijão | 236 | 90 | 345 | 212 | 338 | 185 | 103 | 48 | 255 | 167 |
| - Permanentes | | | | | | | | | | |
| . Pimenta-do-Reino | 85 | 176 | 100 | 153 | 80 | 150 | 46 | 69 | 44 | 85 |
| . Laranja (1) | 75 | 3.460 | 54 | 1.215 | 58 | 2.398 | 59 | 2.843 | 70 | 4.667 |
| . Abacaxi (1) | 20 | 80 | 71 | 281 | 72 | 285 | 43 | 359 | 43 | 276 |
| . Banana (2) | 514 | 399 | 532 | 413 | 605 | 467 | 365 | 252 | 331 | 204 |

FONTE: FIBGE

OBS : (1) mil frutos
(2) mil cachos

107

TABELA 3

EFETIVO DOS PRINCIPAIS REBANHOS
1985 - 88

| ESPÉCIES | UNIDADE | A N O S | | | |
|---------------------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | | 1985 | 1986 | 1987 | 1988 |
| . Bovinos | Cab. | 46.986 | 51.953 | 70.271 | 74.679 |
| . Bubalinos | Cab. | 47.165 | 50.798 | 67.420 | 72.063 |
| . Suínos | Cab. | 21.016 | 27.457 | 42.350 | 41.807 |
| . Equinos | Cab. | 2.588 | 2.740 | 5.250 | 5.225 |
| . Ovinos e Caprinos | Cab. | 2.719 | 3.258 | 5.000 | 4.255 |
| . Aves | Unid. | 189.198 | 126.503 | 256.968 | 195.875 |

FONTE: FIBGE